DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Brumado - BA

Quarta-feira, 21 de outubro de 2026 - Edição nº 560

SUMÁRIO

- AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 065/2026: "Futura e eventual contratação de Empresa especializada para a produção e o fornecimento, sob demanda, de materiais e serviços gráficos, impressos, personalizados, de comunicação visual, identificação, apoio institucional e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Brumado/BA e de suas unidades, serviços, programas e projetos vinculados, conforme Termo de Referência, Edital e seus anexos."
- AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 066/2026: "Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA."
- PORTARIA Nº 312/2026 E PORTARIA Nº 313/2026: "Destitui professoras da função de Articuladora Pedagógica, conforme adiante se define e dá outras providências."
- PORTARIA Nº 315/2026: "Dispõe sobre exoneração de servidor municipal ocupante de cargo de provimento efetivo, conforme adiante se especifica e dá outras providências."
- ERRATA Nº 05 - PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA - Edital 03/2026 – SESAU.
- EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 33/2026 E EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA Nº 31/2026.
- EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 0862/2026.
- EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 0268/2026.
- EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 0020/2026.
- EXTRATOS DE CONTRATOS NUMERADOS.
- AVISO E EDITAL - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 083/2026.
- EDTAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 065/2026.
- EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 066/2026.

Esta edição está assindada digitalmente com certificação digita emitida pela Certsign nos termos do Decreto 2.200/01 que instituiu a estrutura de chaves públicas (ICP-Brasil) e encontra-se disponível no site https://brumado.ba.gov.br/ no link Diário Oficial podendo ser validada neste mesmo endereço eletrônico com a utilização do nº de autenticação que consta no rodapé de cada uma das páginas.

Autenticação: 572B460C1C-F42533A03C-96B8E54EB1-0F77F35033 | Edição: 560

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 065/2026.

O MUNICÍPIO DE BRUMADO, ESTADO DA BAHIA, torna público aos interessados, o aviso da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP n.º 065/2026. **OBJETO**: Futura e eventual contratação de Empresa especializada para a produção e o fornecimento, sob demanda, de materiais e serviços gráficos, impressos, personalizados, de comunicação visual, identificação, apoio institucional e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Brumado/BA e de suas unidades, serviços, programas e projetos vinculados, conforme Termo de Referência, Edital e seus anexos. A Abertura das Propostas será no dia 05 de novembro de 2026 às 08:30h no site www.bnccompras.com. O edital e seus anexos estão disponíveis aos interessados no site www.bnccompras.com e no site www.brumado.ba.gov.br. Informações nos dias uteis das 08h às 12h e das 14h às 16h. Brumado/BA, em 20 de outubro de 2026. **MAGALY DO CARMO ALVES RODRIGUES –** Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 066/2026.

O MUNICÍPIO DE BRUMADO, ESTADO DA BAHIA, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público aos interessados, o aviso da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP n.º 066/2026. **OBJETO**: Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, conforme Termo de Referência, Edital e seus anexos. A Abertura das Propostas será no dia 05 de novembro de 2026 às 10:30h no site www.bnccompras.com. O edital e seus anexos estão disponíveis aos interessados no site www.bnccompras.com e no site www.brumado.ba.gov.br. Informações nos dias uteis das 08h às 12h e das 14h às 16h. **BRUMADO/BA**, em 20 de outubro de 2026. **ANA CRISTINA DOS SANTOS SILVA – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PORTARIA Nº 312, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Destitui professora da função de Articuladora Pedagógica, conforme adiante se define e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRUMADO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, com base nos arts. 73, inciso XI e 93, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica destituída a professora **NIETE ROSA DA SILVA MEIRA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 001.802.015-14, matrícula nº 11803, da função de Articuladora Pedagógica, com efeito a partir de 20 de outubro de 2026.

Art. 2º. Fica a Divisão de Recursos Humanos encarregada de adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta portaria**.**

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário**.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Brumado, em 21 de outubro de 2026.

Fabricio Abrantes Pires De Souza Oliveira
Prefeito Municipal

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PORTARIA Nº 313, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Destitui professora da função de Articuladora Pedagógica, conforme adiante se define e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRUMADO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, com base nos arts. 73, inciso XI e 93, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica destituída a professora **VILMA SILVEIRA SILVA MOREIRA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 007.601.125-92, matrícula nº 11801, da função de Articuladora Pedagógica, com efeito a partir de 20 de outubro de 2026.

Art. 2º. Fica a Divisão de Recursos Humanos encarregada de adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta portaria**.**

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário**.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Brumado, em 21 de outubro de 2026.

Fabricio Abrantes Pires De Souza Oliveira
Prefeito Municipal

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

PORTARIA Nº 315, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre exoneração de servidor municipal ocupante de cargo de provimento efetivo, conforme adiante se especifica e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRUMADO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, com base nos arts. 73, inciso XI e 93, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a servidora **DANIELLE BRITTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA,** matrícula 10.277, do cargo de provimento efetivo de Professora Pedagoga, com efeito a partir de 20 de outubro de 2026.

Art. 2º. Fica a Divisão de Recursos Humanos encarregada de adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta portaria**.**

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário**.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Brumado, em 21 de outubro de 2026.

Fabricio Abrantes Pires De Souza Oliveira
Prefeito Municipal

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

ERRATA Nº 05

PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO, ESTADO DA BAHIA, através da Secretaria Municipal de Saúde – SESAU, no uso de suas atribuições legais, Considerando que o Edital de Abertura de Inscrições nº 03/2026, visa a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para atuação no Hospital Municipal Professor Magalhães Neto, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA nº 05/2026 do Edital 03/2026 – SESAU, conforme descrito abaixo:

ONDE SE LÊ:

ANEXO II
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES
(EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2026 SESAU)

EVENTOS	DATAS
Publicação do Edital de Abertura de Inscrições	24.08.2026
Período de inscrições	26 e 27.08.2026
Divulgação da relação das inscrições	31.08.2026
Divulgação do resultado preliminar da classificação dos títulos	16.09.2026
Prazo para interposição de recursos quanto a avaliação de títulos	17.09.2026
Divulgação das respostas aos recursos Interpostos	22.09.2026
Divulgação do local e horário da entrevista	22.09.2026
Entrevista	24 e 25.09.2026
Divulgação do Resultado da entrevista	09.10.2026
Prazo para interposição de recursos quanto a entrevista	13.10.2026
Divulgação das Respostas aos Recursos Interpostos quanto a entrevista	20.10.2026
Divulgação do Resultado Final do Processo seletivo	21.10.2026

Assinado por 1 pessoa: GLEICA PEREIRA CHAVES DOS ANJOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/EBAA-7218-0B67-11D0 e informe o código EBAA-7218-0B67-11D0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

LEIA-SE

EVENTOS	DATAS
Publicação do Edital de Abertura de Inscrições	24.08.2026
Período de inscrições	26 e 27.08.2026
Divulgação da relação das inscrições	31.08.2026
Divulgação do resultado preliminar da classificação dos títulos	16.09.2026
Prazo para interposição de recursos quanto a avaliação de títulos	17.09.2026
Divulgação das respostas aos recursos Interpostos	22.09.2026
Divulgação do local e horário da entrevista	22.09.2026
Entrevista	24 e 25.09.2026
Divulgação do Resultado da entrevista	09.10.2026
Prazo para interposição de recursos quanto a entrevista	13.10.2026
Divulgação das Respostas aos Recursos Interpostos quanto a entrevista	20.10.2026
Divulgação do Resultado Final do Processo seletivo	22.10.2026

Assinado por 1 pessoa: GLEICA PEREIRA CHAVES DOS ANJOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/EBAA-7218-0B67-11D0 e informe o código EBAA-7218-0B67-11D0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: EBAA-7218-0B67-11D0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GLEICA PEREIRA CHAVES DOS ANJOS (CPF 052.XXX.XXX-67) em 21/10/2026 11:38:40 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://brumado.1doc.com.br/verificacao/EBAA-7218-0B67-11D0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 33/2026

A SMTT - Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte do Município de Brumado, Estado da Bahia, com fulcro nos arts. 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro, na Resolução 619/2016 do Conselho Nacional de Trânsito- CONTRAN, considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT devolveu as Notificações de Autuação por Infração de Trânsito por não ter localizado os proprietários dos veículos, ou porque não comprovou a entrega das Notificações de Autuação por Infração de Trânsito aos destinatários, proprietário dos veículos abaixo relacionados, notifica-os das respectivas Autuações por Infrações de Trânsito cometidas, concedendo-lhes, caso queiram, o prazo até **04/12/2025**, interporem Defesa junto à Autoridade Municipal de Trânsito de Brumado.

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	PRAZO DEFESA	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
132060	CDS0J10	07/10/2026 11:09	60502	Travessa Teixeira de Freitas S/N - Centro, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
ZA05120602	COE0599	15/10/2026 09:01	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120620	CZJ5716	15/10/2026 10:05	55412	Rua Coronel Tibério Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120632	DAH0310	15/10/2026 10:11	55412	Avenida Coronel Santos	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4700483	DGV2C80	19/10/2026 14:44	51851	AV. CENTENARIO	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802099	DJX2993	16/10/2026 10:08	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMRAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120619	DRS6378	15/10/2026 10:04	55412	Avenida Antônio Mourão Guimarães	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120594	DUP6E98	15/10/2026 08:07	55412	Rua Marcolino Rizeiro	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01112845	DZE9F61	07/10/2026 04:27	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120591	EAN7B27	15/10/2026 08:04	55412	Rua Exupério Pinheiro	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120616	EBV5F94	15/10/2026 10:04	55412	Rua Coronel Tibério Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120608	EEU3J67	15/10/2026 09:32	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
132079	EIW1707	13/10/2026 14:27	76332	Avenida Centenário, 61 - Mercado, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
ZA05120625	EJD5347	15/10/2026 10:06	55412	Avenida Antônio Mourão Guimarães	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
132072	EKD3G22	09/10/2026 20:02	70301	Avenida Vereadora Ester Trindade Serra, S/N - Jardim Brasil, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4802109	ESV6J42	16/10/2026 14:50	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700482	ETL0J48	19/10/2026 14:27	51851	AV. CENTENARIO	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
132061	EUN9G97	07/10/2026 11:45	65800	rua jose Costa Ribeiro , S/N - Ginásio Industrial, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
132073	FFN5E28	09/10/2026 20:50	51930	Praça Coronel Zeca Leite, 8 - Jardim Brasil, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4802105	FHS3D53	16/10/2026 11:21	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120635	FKK5G42	15/10/2026 10:15	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120623	FRO9D49	15/10/2026 10:05	55412	Rua Coronel Tibério Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
38209	FUI2J91	16/10/2026 06:30	54870	PRACA TEOFILO ALVES DE LIMA	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
132062	HGW5678	07/10/2026 14:47	57380	rua marechal Deodoro da fonseca - Centro, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
ZA05120593	IAO6C71	15/10/2026 08:05	55412	Praça Francisco Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120600	JGZ5J97	15/10/2026 08:26	55412	Rua Sargento Antenor	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120617	JHZ9B95	15/10/2026 10:04	55412	Avenida Antônio Mourão Guimarães	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802092	JLA5182	16/10/2026 08:34	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120588	JLP4458	15/10/2026 08:01	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120612	JLP4458	15/10/2026 10:01	55412	Rua Tiradentes	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120589	JLR3910	15/10/2026 08:01	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802107	JLR4309	16/10/2026 11:39	65640	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4700481	JLS5126	19/10/2026 08:46	51851	AV. CENTENARIO	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	PRAZO DEFESA	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
4802082	JLZ9C85	14/10/2026 08:08	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4802111	JMC9532	16/10/2026 15:25	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38923	JMD9200	16/10/2026 08:31	57380	SEBASTIAO DOS SANTOS LEITE	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
ZA05120598	JOX1384	15/10/2026 08:09	55412	Rua Marechal Deodoro	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
38924	JOX6723	16/10/2026 09:38	55500	TEIXEIRA DED FREITAS	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120633	JPN3C30	15/10/2026 10:11	55412	Avenida Coronel Santos	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802088	JPU8D63	14/10/2026 17:52	51930	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
ZA05120613	JQL7648	15/10/2026 10:02	55412	Rua Tiradentes	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120586	JRB8709	15/10/2026 08:01	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802101	JRE9I34	16/10/2026 10:25	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4802085	JRO0944	14/10/2026 15:03	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4802093	JRW0043	16/10/2026 08:34	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01112846	JSU5C77	07/10/2026 09:25	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38773	JSV4345	07/09/2026 05:49	70481	RUA BARAO DE MACAUBAS	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4802096	JSY0996	16/10/2026 08:54	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120614	JSZ0E28	15/10/2026 10:03	55412	Avenida Antônio Mourão Guimarães	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
132082	KCF7041	15/10/2026 11:21	55250	avenida Agnelo dos Santos Azevedo Brumado	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120637	KGW1702	15/10/2026 10:15	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802091	KHK8130	16/10/2026 08:22	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
132065	KOS1H76	09/10/2026 11:40	55250	Avenida Mestre Eufrásio, 128 - Bairro das Flores, Brumado	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120596	KOY4C94	15/10/2026 08:07	55412	Rua Marcolino Rizeiro	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01112843	KQN8J30	07/10/2026 04:22	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120618	MRI5G67	15/10/2026 10:04	55412	Avenida Antônio Mourão Guimarães	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
132081	MTV7C12	15/10/2026 10:14	54100	av dr Antonio mourao Guimarães o - Centro, Brumado	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38772	MUW6521	04/09/2026 10:40	57461	PRACA TEOFILO ALVES DE LIMA	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
132075	NFI1A32	09/10/2026 21:36	76332	Avenida Vereadora Ester Trindade Serra, S/N - Jardim Brasil, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
132064	NTD7432	09/10/2026 10:53	61220	av Otávio mangabeira Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
ZA05120629	NTE4990	15/10/2026 10:08	55412	Rua Dr. Mário Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120599	NTM5E23	15/10/2026 08:11	55412	Rua Coronel Tibério Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802102	NTS3544	16/10/2026 10:30	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120595	NTU0857	15/10/2026 08:07	55412	Rua Marcolino Rizeiro	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120605	NTW3157	15/10/2026 09:10	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802113	NYO0695	16/10/2026 16:09	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4802097	NYS7H13	16/10/2026 08:58	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38770	NYV1J08	07/09/2026 10:52	53800	TRAVESSA JOSE S. FLORES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120634	NYW5483	15/10/2026 10:12	55412	Avenida Coronel Santos	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120609	NZJ5309	15/10/2026 09:44	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120622	NZL9299	15/10/2026 10:05	55412	Rua Coronel Tibério Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4700479	NZN6397	14/10/2026 10:25	73400	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
132067	NZO4180	09/10/2026 18:49	57380	Praça coronel zeca leite I, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
132068	NZO4180	09/10/2026 18:49	70561	Praça coronel zeca leite I, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
132069	NZO4180	09/10/2026 18:49	52152	Praça coronel zeca leite I, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
38925	NZT7G86	16/10/2026 09:38	57380	RUA DR ANTONIO PINHEIRO CANGUCU	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
ZA05120585	NZX0534	15/10/2026 08:00	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802106	NZY4312	16/10/2026 11:21	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	PRAZO DEFESA	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
4802116	OKI5343	16/10/2026 17:35	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4802114	OKO8984	16/10/2026 16:10	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4802087	OKQ9689	14/10/2026 15:25	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
132078	OKT7314	13/10/2026 11:20	55250	Rua antonio Pinheiro cangucu - Centro, Brumado	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38864	OLB9J59	14/09/2026 19:18	55500	RUA JOSE COSTA RIBEIRO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
132071	OLE8129	09/10/2026 19:59	60681	Praça Coronel Zeca Leite, 415 - Jardim Brasil, Brumado	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120606	OLO3H43	15/10/2026 09:18	55412	Rua Coronel Tibério Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802098	OUK4764	16/10/2026 10:07	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4802089	OUM2F23	16/10/2026 07:54	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38862	OZG9685	14/09/2026 11:06	57380	RUA DR ANTONIO PINHEIRO CANGUCU	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
132077	OZQ6487	11/10/2026 08:51	70481	Rua Augusto alves S/N - Centro, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4802112	OZR0393	16/10/2026 15:41	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120592	PJC6694	15/10/2026 08:04	55412	Rua Exupério Pinheiro	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
132080	PJG0946	13/10/2026 17:29	68580	Avenida Otávio Mangabeira, 226 - Bairro das Flores, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
ZA05120590	PJJ6960	15/10/2026 08:04	55412	Rua Exupério Pinheiro	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802090	PJJ7809	16/10/2026 07:55	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120615	PJS7B16	15/10/2026 10:03	55412	Avenida Antônio Mourão Guimarães	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
132076	PKG6726	09/10/2026 22:15	70481	rua vereadora esther Trindade Serra Jardim Brasil, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
38771	PKO3721	04/09/2026 10:40	57380	RUA TIBURCIO LEITE	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4802100	PLB8053	16/10/2026 10:23	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120587	PLC0704	15/10/2026 08:01	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802115	PLD4253	16/10/2026 17:03	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4802118	PLD8442	16/10/2026 17:36	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
132083	PLF8A24	15/10/2026 11:55	60502	rua Cassimiro Pinheiro azevedo Centro, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
ZA05120627	PLG7G96	15/10/2026 10:07	55412	Rua Coronel Tibério Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
132070	PLO4E15	09/10/2026 19:05	70301	Avenida Vereadora Ester Trindade Serra, S/N - Jardim Brasil, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4802117	PLU2C47	16/10/2026 17:35	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4802094	PLX5I63	16/10/2026 08:53	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4802095	PLX5I63	16/10/2026 08:53	52070	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 70,70	R$ 88,38
ZA05120597	PLX9J85	15/10/2026 08:09	55412	Rua Marechal Deodoro	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120638	PUU0F70	15/10/2026 10:17	55412	Rua Exupério Pinheiro	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120628	PZZ7C06	15/10/2026 10:08	55412	Rua Antônio Pinheiro Canguçu	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
38799	QGY3F37	09/10/2026 10:17	54870	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01112847	QPQ3899	07/10/2026 12:19	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120607	QQF3G26	15/10/2026 09:18	55412	Rua Coronel Tibério Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120626	QTZ5B15	15/10/2026 10:06	55412	Rua Coronel Tibério Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120631	QWK2A99	15/10/2026 10:10	55412	Avenida Coronel Santos	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01112844	QWU7B61	07/10/2026 20:40	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
38927	RCR5H53	16/10/2026 11:40	53800	CORONEL TIBERIO MEIRA	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120621	RDE0B06	15/10/2026 10:05	55412	Rua Coronel Tibério Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802104	RDJ8H48	16/10/2026 10:55	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4802086	RDP0D34	14/10/2026 15:03	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	PRAZO DEFESA	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
38769	RDQ4A63	04/09/2026 08:07	57461	PRACA TEOFILO ALVES DE LIMA	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
132074	RFF9B69	09/10/2026 21:03	76332	Avenida Vereadora Ester Trindade Serra, S/N - Jardim Brasil, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
ZA05120604	RFS1J65	15/10/2026 09:03	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120611	RPT9C90	15/10/2026 09:47	55412	Avenida Antônio Mourão Guimarães	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120636	RPW1A16	15/10/2026 10:15	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802110	RPX8B35	16/10/2026 15:01	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120601	SJV1J68	15/10/2026 08:47	55412	Avenida Antônio Mourão Guimarães	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05120603	SKC3F11	15/10/2026 09:01	55412	Praça Armindo Azevedo	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01112848	SKP0G77	07/10/2026 12:48	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38797	SYO3D49	09/10/2026 10:16	54522	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802083	TGR1E46	14/10/2026 08:09	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4802108	TGS4A26	16/10/2026 14:33	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120610	TGX9C20	15/10/2026 09:46	55412	Rua Coronel Tibério Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
132066	TMM6A85	09/10/2026 11:54	55500	Avenida Doutor Guilherme Dias, 367 - Ginásio Industrial, Brumado	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05120624	TMN5B89	15/10/2026 10:06	55412	Rua Coronel Tibério Meira	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
132063	TMN7J24	09/10/2026 07:19	70481	rua exuperio pinheiro cangucu , S/N - Centro, Brumado	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
ZA05120630	TMQ4H38	15/10/2026 10:09	55412	Avenida Coronel Santos	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
38926	TMQ9G25	16/10/2026 11:15	57380	RUA ANTONIO PEINHEIRO CANGUCU	04/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4802103	TMX7C20	16/10/2026 10:51	73400	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700480	UAB5C30	15/10/2026 15:31	51851	AV. CENTENARIO	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4802084	UVO9A80	14/10/2026 09:31	51851	AVENIDA CENTENARIO	04/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
TOTAL: 141							

Brumado, 21 de outubro de 2026.

Osmar Botelho Cavalcante Neto
Superintendente Municipal de Trânsito e Transportes
Portaria Nº 021 de 07/01/2025

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA Nº 31/2026

A SMTT - Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte do Município de Brumado, Estado da Bahia, com fulcro nos Arts. 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro, na Resolução 619/2016 do Conselho Nacional de Trânsito- CONTRAN, considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT devolveu as Notificações de Penalidades por Infração de Trânsito por não ter localizado os proprietários dos veículos, ou porque não comprovou a entrega das Notificações de Penalidades por Infração de Trânsito aos destinatários, proprietário dos veículos abaixo relacionados, notifica-os das respectivas Autuações por Infrações de Trânsito cometidas, concedendo-lhes, caso queiram, o prazo até **09/12/2026**, interporem Recurso a JARI junto à Autoridade Municipal de Trânsito de Brumado.

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108376	BTR3738	08/08/2026 13:19	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700332	BUT8E25	14/08/2026 15:03	51851	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108351	BYF0777	08/08/2026 08:36	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108326	BYY4H28	07/08/2026 18:18	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
2201161	CBS6849	14/08/2026 08:53	54870	AV. CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4801776	CHD2G84	11/08/2026 14:55	51851	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
38755	CIW0302	06/08/2026 18:25	55500	TRAVESSA TEIXEIRA DE FREITAS	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700318	CPR7825	10/08/2026 17:13	51851	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108389	CSX4I59	08/08/2026 14:51	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108374	CTF4817	08/08/2026 13:04	74630	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108104	CYR9858	05/08/2026 12:57	74630	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
2201154	CZZ3655	12/08/2026 17:14	54010	AV. CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108249	DDF1C12	07/08/2026 04:22	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
38504	DET1I78	17/07/2026 07:56	55411	PRACA TEOFIO ALVES DE LIMA	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108095	DGF7382	05/08/2026 11:29	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108284	DGT0551	07/08/2026 11:05	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05140223	DHV8J79	03/08/2026 08:08	55412	Praça Armindo Azevedo, S/N, Vaga: 1420	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108358	DLF8G55	08/08/2026 09:44	74710	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 704,33	R$ 880,41
RT01108400	DTP6253	08/08/2026 18:15	74710	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 704,33	R$ 880,41
RT01108144	DUW4177	05/08/2026 17:25	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108312	DVN1C27	07/08/2026 14:58	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
135274	DWE6B57	10/08/2026 08:38	54870	Avenida Centenário, 1201 - Doutor Juracy Pereira Gomes, Brumado	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108270	DWS1E88	07/08/2026 08:57	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108071	DWT4D70	05/08/2026 08:55	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108372	DWT4D70	08/08/2026 11:55	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801794	DXV5I96	15/08/2026 15:39	51851	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108235	DYJ2A28	06/08/2026 23:23	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108239	EBE4F03	07/08/2026 00:52	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108390	EFG4D55	08/08/2026 15:01	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801773	EHU5J94	11/08/2026 11:09	52070	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 70,70	R$ 88,38
RT01108173	EIN1418	06/08/2026 09:13	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108387	ELH1F29	08/08/2026 14:39	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05140220	ENQ1294	03/08/2026 08:05	55412	Avenida Antônio Mourão Guimarães, 71, Vaga: 3098	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4801795	ENQ6G83	15/08/2026 15:44	51852	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108395	EOK8D77	08/08/2026 15:45	74710	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 704,33	R$ 880,41
RT01108316	ERK5H17	07/08/2026 16:31	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801777	ETL2927	11/08/2026 15:05	51851	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108215	ETQ2F60	06/08/2026 16:39	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
133264	EUD3D34	10/08/2026 15:21	76331	Avenida Doutor Antônio Mourão Guimarães, 264 - Ginásio Industrial, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
ZA05140219	EUY6G61	03/08/2026 08:25	55412	Avenida Centenário, S/N, Vaga: 2978	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
38585	EWG0C79	07/08/2026 07:53	57461	PRACA TEOFILO ALVES DE LIMA	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108298	EWY2E61	07/08/2026 13:12	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108143	EXF1A11	05/08/2026 17:23	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38588	EYG8F96	07/08/2026 09:15	55250	RUA UMBURANAS	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108117	FAJ3179	05/08/2026 14:39	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108369	FDD5C32	08/08/2026 11:25	74630	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108229	FER8A06	06/08/2026 20:58	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108094	FGK5382	05/08/2026 11:18	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108300	FOQ7F76	07/08/2026 13:30	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108140	FPZ6H68	05/08/2026 16:58	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108267	FQN9816	07/08/2026 08:08	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108077	FVD0D71	05/08/2026 09:30	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108234	FXP1390	06/08/2026 23:00	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108238	FYR1J68	07/08/2026 00:48	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108150	GFG4F44	05/08/2026 20:33	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700341	GOR6037	17/08/2026 09:31	51852	AV. DR. ANTONIO M. GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4700321	GSG2614	12/08/2026 09:23	51851	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
4700320	GSG2614	12/08/2026 09:23	61300	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108365	GSS5342	08/08/2026 10:34	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801789	GTF2027	15/08/2026 10:27	51851	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4700340	GVK0F47	17/08/2026 09:25	51852	AV. DR. ANTONIO M. GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
2201157	GWT6526	12/08/2026 10:02	54870	AV. CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4801778	HFR3221	11/08/2026 15:12	51851	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4801774	HHI7917	11/08/2026 11:19	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108113	HII9F68	05/08/2026 14:09	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108081	HKS5G57	05/08/2026 09:58	74710	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 704,33	R$ 880,41
RT01108079	HLE9A41	05/08/2026 09:39	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108342	HLP5D14	08/08/2026 05:55	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108242	INZ3H40	07/08/2026 03:06	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108135	IPE0I48	05/08/2026 16:27	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
2201158	ITJ0G14	12/08/2026 10:03	54870	AV. CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108202	JID1F40	06/08/2026 14:40	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108055	JJJ2B95	05/08/2026 05:15	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108171	JLG3776	06/08/2026 09:01	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108227	JLL7018	06/08/2026 20:56	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108310	JLR1129	07/08/2026 14:38	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05140228	JLR1F62	03/08/2026 08:11	55412	Rua Tiradentes, 150, Vaga: 3107	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108075	JLR3760	05/08/2026 09:18	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108356	JLR8584	08/08/2026 09:31	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108340	JLR8584	08/08/2026 04:52	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700335	JLS8566	14/08/2026 15:40	51851	AV.DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108110	JLS9358	05/08/2026 14:03	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38756	JLV9669	06/08/2026 18:56	55500	TV TEIXEIRA DE FREITAS	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108391	JLW9436	08/08/2026 15:15	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
2201156	JMH5723	12/08/2026 10:23	54521	AV. CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4700347	JML2226	17/08/2026 17:09	73400	AV.DR. ABTONIO M. GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108225	JMP3008	06/08/2026 20:35	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108127	JMU1856	05/08/2026 15:15	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108397	JMU2I23	08/08/2026 16:09	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108366	JMU3349	08/08/2026 10:53	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108192	JMU3933	06/08/2026 12:55	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108163	JMU6799	06/08/2026 06:47	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
4700343	JMU6I70	17/08/2026 10:35	73400	AV. DR. ANTONIO M. GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108101	JOF7293	05/08/2026 12:48	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108156	JOG8J09	05/08/2026 23:19	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108323	JOI8231	07/08/2026 17:29	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108279	JOQ8I59	07/08/2026 10:22	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108367	JOS3211	08/08/2026 10:59	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108289	JOS4564	07/08/2026 12:03	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108268	JOW6923	07/08/2026 08:10	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108205	JOX0659	06/08/2026 15:17	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108145	JOX0966	05/08/2026 18:01	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108348	JOX1J68	08/08/2026 08:03	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108352	JOY0G09	08/08/2026 08:49	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108195	JPK2B37	06/08/2026 13:18	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108220	JPR0I65	06/08/2026 19:00	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108283	JPV6330	07/08/2026 11:05	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108256	JQE6H22	07/08/2026 06:23	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108146	JQJ0725	05/08/2026 18:23	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108097	JQT1686	05/08/2026 11:44	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108346	JQV3H11	08/08/2026 07:59	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108230	JRB1622	06/08/2026 21:13	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108295	JRD0J27	07/08/2026 12:49	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108103	JRD0J27	05/08/2026 12:52	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108370	JRH7H27	08/08/2026 11:46	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108184	JRM7D82	06/08/2026 11:25	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108188	JRN7575	06/08/2026 12:40	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108383	JRT1451	08/08/2026 14:12	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801784	JRU0C32	13/08/2026 15:29	51852	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108181	JRW7683	06/08/2026 11:06	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108090	JRX4A92	05/08/2026 10:59	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38587	JSE0003	07/08/2026 08:00	57461	PRACA TEOFILO ALVES DE LIMA	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108161	JSJ0158	06/08/2026 06:41	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108303	JSJ8379	07/08/2026 13:48	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108136	JSK7641	05/08/2026 16:41	74630	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108058	JSL0186	05/08/2026 06:47	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108102	JSL1492	05/08/2026 12:51	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108355	JSL2889	08/08/2026 09:22	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108152	JSM0041	05/08/2026 21:28	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108096	JSM1C77	05/08/2026 11:32	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108087	JSN1237	05/08/2026 10:36	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801766	JSQ0907	11/08/2026 08:01	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108106	JSS1131	05/08/2026 13:02	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108319	JSU3315	07/08/2026 16:41	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108311	KJY1D08	07/08/2026 14:47	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801765	KME3554	11/08/2026 07:55	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108207	KPX2A20	06/08/2026 15:25	74550	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108291	LIQ3560	07/08/2026 12:25	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108324	LOY4F70	07/08/2026 17:34	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108187	LQD4J93	06/08/2026 12:14	74550	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108254	MQD6072	07/08/2026 05:51	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108338	MTF6H28	08/08/2026 01:29	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
135282	NLW9F54	10/08/2026 17:38	54100	Avenida Otávio Mangabeira, 282 - Bairro das Flores, Brumado	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108091	NTF7352	05/08/2026 11:03	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
133273	NTJ2933	14/08/2026 07:18	76331	Praça Teófilo Alves de Lima, S/N - Mercado, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4700329	NTJ9334	14/08/2026 10:17	61220	AV.DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4801787	NTN5736	15/08/2026 09:01	51852	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
133260	NTR2G84	10/08/2026 14:40	76331	Avenida Doutor Antônio Mourão Guimarães, 250 - Ginásio Industrial, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108196	NTW5H21	06/08/2026 13:44	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108405	NUQ7I05	08/08/2026 22:05	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108398	NYJ4D73	08/08/2026 16:23	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108179	NYK3499	06/08/2026 10:48	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108378	NYL3734	08/08/2026 13:27	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108347	NYL8848	08/08/2026 07:59	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700326	NYP6I47	13/08/2026 09:22	61220	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108410	NYQ9A68	08/08/2026 23:20	74710	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 704,33	R$ 880,41
RT01108344	NYT2G38	08/08/2026 07:48	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO
NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108092	NYT3687	05/08/2026 11:08	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
133266	NYU5B95	10/08/2026 16:59	76331	Avenida Doutor Antônio Mourão Guimarães, 264 - Ginásio Industrial, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108060	NYV8073	05/08/2026 06:54	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108334	NYW9E54	07/08/2026 22:24	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108354	NZB5G22	08/08/2026 09:10	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700336	NZC7236	14/08/2026 16:59	51852	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108263	NZD6566	07/08/2026 08:02	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108345	NZE1066	08/08/2026 07:54	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108214	NZG7649	06/08/2026 16:36	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108269	NZI4925	07/08/2026 08:22	74550	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108160	NZJ6410	06/08/2026 06:25	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108301	NZM2C92	07/08/2026 13:30	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108076	NZM7067	05/08/2026 09:26	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801805	NZN5980	17/08/2026 17:13	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700325	NZQ9782	13/08/2026 09:15	73400	AV.DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108264	NZS2262	07/08/2026 08:02	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108209	NZT9F05	06/08/2026 15:44	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108329	NZU2H10	07/08/2026 19:04	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108116	NZW1111	05/08/2026 14:20	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108217	NZX5273	06/08/2026 17:10	74550	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108175	NZY4312	06/08/2026 09:49	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108203	OGG6G02	06/08/2026 14:43	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108061	OKJ2D00	05/08/2026 07:11	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108304	OKL3D86	07/08/2026 13:59	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108375	OKN7959	08/08/2026 13:10	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108138	OKP4E79	05/08/2026 16:47	74550	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05140227	OKT8H46	03/08/2026 08:10	55412	Rua Coronel Tibério Meira, 312, Vaga: 2592	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108126	OKV6899	05/08/2026 15:12	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
135278	OKY3417	10/08/2026 10:43	60501	Rua Coronel Tibério Meira, 56 - Centro, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108084	OLA9G15	05/08/2026 10:15	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700338	OLB7E83	14/08/2026 17:09	51851	AV.DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4700346	OLC0C28	17/08/2026 16:51	73400	AV. DR. ANTONIO M.GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108343	OLC2I64	08/08/2026 07:24	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700342	OLC5G98	17/08/2026 10:02	73400	AV.DR. ANTONIO M. GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38589	OLC7H19	12/08/2026 10:21	55411	RUA MANOEL FERNANDES DOS SANTOS	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108266	OLE5982	07/08/2026 08:07	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
38360	OLE6368	14/08/2026 10:37	57461	PRACA TEOFILO ALVES DE LIMA	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700334	OMI9G04	14/08/2026 15:14	51851	AV.DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108243	OMU5599	07/08/2026 03:15	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801796	ONM6I76	15/08/2026 16:34	51851	AVENIDA DR AANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108255	OOK0E65	07/08/2026 06:13	74550	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108221	OOO2J89	06/08/2026 19:33	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108257	OPY1G60	07/08/2026 06:40	74550	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
2201159	OQN2946	12/08/2026 14:41	54010	AV. CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108285	OTW7H37	07/08/2026 11:46	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700337	OUF7E69	14/08/2026 17:04	51851	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4801802	OUG2H51	17/08/2026 10:18	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108082	OUJ5D58	05/08/2026 10:05	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108353	OUK1730	08/08/2026 09:06	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108232	OUK2I35	06/08/2026 21:38	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801771	OUK6D51	11/08/2026 09:55	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801798	OUL8D35	17/08/2026 09:20	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108088	OUM2123	05/08/2026 10:46	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
133267	OUS7H17	10/08/2026 17:01	51930	Avenida Doutor Antônio Mourão Guimarães, 250 - Ginásio Industrial, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108157	OUX0D04	06/08/2026 05:28	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38458	OVC2059	07/08/2026 07:50	54100	PRACA TEOFILO ALVES DE LIMA	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108177	OVC3466	06/08/2026 10:16	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108114	OVD1488	05/08/2026 14:15	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
133268	OVD7D36	10/08/2026 17:10	70301	Avenida Doutor Antônio Mourão Guimarães, 264 - Ginásio Industrial, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4801767	OYG9H43	11/08/2026 08:01	65800	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4801768	OYG9H43	11/08/2026 08:01	51851	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108253	OZC2F17	07/08/2026 05:41	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700322	OZC9373	12/08/2026 15:10	61220	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108129	OZE3D08	05/08/2026 15:28	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108392	OZF1B64	08/08/2026 15:36	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4700330	OZF7225	14/08/2026 14:50	73400	AV.DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700324	OZG9I81	12/08/2026 17:19	51851	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108121	OZH8281	05/08/2026 14:55	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108368	OZJ2041	08/08/2026 11:03	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108068	OZK5A14	05/08/2026 08:02	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108170	OZK8470	06/08/2026 08:49	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108297	OZO2528	07/08/2026 13:06	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108251	OZO3184	07/08/2026 05:19	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108302	OZP8B72	07/08/2026 13:39	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700328	OZQ8316	13/08/2026 15:26	73400	AV, DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108065	OZR4140	05/08/2026 07:38	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108292	OZR9J29	07/08/2026 12:43	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108384	OZT0674	08/08/2026 14:32	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108308	OZT1J18	07/08/2026 14:18	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108359	PAI4G93	08/08/2026 09:50	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108199	PBI5A49	06/08/2026 14:11	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108290	PBU5D99	07/08/2026 12:03	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108189	PBX8641	06/08/2026 12:40	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108159	PFJ1J00	06/08/2026 05:39	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108105	PHR4J25	05/08/2026 13:01	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
133262	PJA5340	10/08/2026 14:57	76331	Avenida Doutor Antônio Mourão Guimarães, 264 - Ginásio Industrial, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
133269	PJB5933	10/08/2026 17:27	51930	Avenida Doutor Antônio Mourão Guimarães, 250 - Ginásio Industrial, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
133258	PJC2J90	10/08/2026 10:16	76331	Avenida Doutor Antônio Mourão Guimarães, 250 - Ginásio Industrial, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108183	PJF3764	06/08/2026 11:24	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108333	PJG5J50	07/08/2026 20:58	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108149	PJG5J50	05/08/2026 20:08	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108073	PJH0547	05/08/2026 09:05	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108168	PJH1721	06/08/2026 08:21	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108158	PJK7483	06/08/2026 05:31	74710	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 704,33	R$ 880,41
4801772	PJL2448	11/08/2026 09:55	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108154	PJM0509	05/08/2026 22:55	74710	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 704,33	R$ 880,41
RT01108262	PJN2I10	07/08/2026 07:55	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4801793	PJN9D21	15/08/2026 15:31	51851	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
133272	PJR3C42	12/08/2026 15:52	66020	Avenida Dr. Guilherme Dias	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108222	PJR9A05	06/08/2026 19:41	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108275	PJT3A36	07/08/2026 09:29	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108236	PJU2126	06/08/2026 23:44	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108237	PJU2126	06/08/2026 23:46	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700333	PJW5910	14/08/2026 15:08	51851	AV. DR, ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108380	PJY1443	08/08/2026 13:29	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108078	PJZ5954	05/08/2026 09:38	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
135277	PKA9951	10/08/2026 10:11	76332	Rua Iluminato Lôbo, S/N - Centro, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
2201153	PKH8871	10/08/2026 17:35	54870	AV. CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108349	PKJ2967	08/08/2026 08:12	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108148	PKJ5407	05/08/2026 19:31	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700344	PKJ8587	17/08/2026 11:44	51851	AV. DR. ANTONIO M. GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108228	PKL4F44	06/08/2026 20:57	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108259	PKP2382	07/08/2026 07:09	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108336	PKQ5A00	08/08/2026 00:45	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4700319	PKR3G52	12/08/2026 09:01	51851	AV.DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4801769	PKT1913	11/08/2026 09:07	51851	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108093	PKT3H64	05/08/2026 11:11	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108371	PKU3H58	08/08/2026 11:48	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108131	PKV2217	05/08/2026 15:53	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108357	PKV8466	08/08/2026 09:38	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108322	PKX5378	07/08/2026 17:10	74550	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801804	PKX9367	17/08/2026 16:56	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108120	PKY7477	05/08/2026 14:50	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108186	PLA5761	06/08/2026 11:49	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108258	PLB5636	07/08/2026 06:53	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108299	PLC0D42	07/08/2026 13:12	74630	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
ZA05140229	PLC5B48	03/08/2026 08:12	55412	Avenida Antônio Mourão Guimarães, 638, Vaga: 2792	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108341	PLE0357	08/08/2026 05:37	74710	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 704,33	R$ 880,41
4801786	PLF2H84	15/08/2026 09:01	51852	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108278	PLG2H45	07/08/2026 10:02	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108067	PLG2H45	05/08/2026 07:59	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108404	PLH0I30	08/08/2026 21:34	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108276	PLI4055	07/08/2026 09:43	74710	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 704,33	R$ 880,41
RT01108213	PLK9G14	06/08/2026 16:29	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108108	PLL0H07	05/08/2026 13:28	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108327	PLM2A25	07/08/2026 18:34	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
135284	PLP1C72	14/08/2026 17:40	54870	av dr Antonio mourao Guimarães	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108141	PLP4B67	05/08/2026 17:06	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
135279	PLQ5H06	10/08/2026 15:49	60501	Avenida Otávio Mangabeira, 226 - Bairro das Flores, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108381	PLT0H74	08/08/2026 14:03	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801770	PLT2C53	11/08/2026 09:47	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108072	PLT8A01	05/08/2026 09:05	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108320	PLU2G54	07/08/2026 16:54	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108377	PLW5F98	08/08/2026 13:21	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108328	PLY2B37	07/08/2026 18:40	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108315	POA5A43	07/08/2026 15:47	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108153	PPO4A44	05/08/2026 21:32	74550	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108244	PPU2D34	07/08/2026 03:34	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108248	PPU2D50	07/08/2026 04:10	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108111	PZO6H78	05/08/2026 14:04	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108339	QCW9A60	08/08/2026 01:41	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
38505	QMB6C14	17/07/2026 08:11	65640	PRACA TEOFILO ALVES DE LIMA	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108231	QPJ6H96	06/08/2026 21:28	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108059	QRC3E43	05/08/2026 06:51	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
2201162	QRE9B76	14/08/2026 08:52	54010	AV. CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108246	QRL7H30	07/08/2026 03:53	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
38455	QRS4F68	06/08/2026 18:26	55500	TRAVAESSA TEIXEIRA DE FREITAS	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108337	QRX0G37	08/08/2026 01:10	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108056	QSX6G15	05/08/2026 05:29	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108277	QTJ8G79	07/08/2026 09:49	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108245	QTU0E40	07/08/2026 03:49	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108272	QTV0H67	07/08/2026 09:05	74630	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4801803	QTY2B77	17/08/2026 11:43	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108233	QXY6C84	06/08/2026 22:42	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108086	RBU6C44	05/08/2026 10:20	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108393	RCO3B38	08/08/2026 15:40	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108385	RCO6J40	08/08/2026 14:24	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700339	RCQ6H40	14/08/2026 17:47	73400	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108083	RCU8E51	05/08/2026 10:08	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108402	RCV8I33	08/08/2026 20:16	74710	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 704,33	R$ 880,41

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108240	RCW4H46	07/08/2026 01:28	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108066	RCW5J16	05/08/2026 07:47	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108406	RCX0C14	08/08/2026 22:06	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
38503	RDE7G23	17/07/2026 07:49	54010	PRACA TEOFILO ALVES DE LIMA	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108318	RDF8I39	07/08/2026 16:38	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108218	RDG9F79	06/08/2026 17:15	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108139	RDH4A36	05/08/2026 16:54	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108100	RDJ6H00	05/08/2026 12:40	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108216	RDJ6I07	06/08/2026 17:10	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108287	RDJ7E18	07/08/2026 11:57	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108281	RDK3B89	07/08/2026 10:36	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108394	RDL0J89	08/08/2026 15:41	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4801792	RDL1F68	15/08/2026 15:25	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108314	RDM1H80	07/08/2026 15:29	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108409	RDM7C36	08/08/2026 22:33	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108198	RDN1D92	06/08/2026 14:05	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108261	RDN4I63	07/08/2026 07:30	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700331	RDP0I85	14/08/2026 14:57	73400	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
133257	RDR2B41	10/08/2026 10:04	76331	Avenida Doutor Antônio Mourão Guimarães, 264 - Ginásio Industrial, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108174	RDR2D22	06/08/2026 09:36	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108362	RDR4J07	08/08/2026 10:18	74630	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108388	RDV6F80	08/08/2026 14:44	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
133259	REN6F76	10/08/2026 10:23	76331	Avenida Doutor Antônio Mourão Guimarães, 264 - Ginásio Industrial, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108382	RES3C38	08/08/2026 14:06	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108273	RFY5A67	07/08/2026 09:23	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108325	RKY9E36	07/08/2026 18:18	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801788	RPB4H89	15/08/2026 09:34	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108107	RPC3G50	05/08/2026 13:04	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801785	RPC8B74	15/08/2026 08:31	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700323	RPD2I89	12/08/2026 15:26	73400	AV. DR. ANTONIO M. GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108128	RPE0C85	05/08/2026 15:24	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108124	RPE8E09	05/08/2026 15:09	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108169	RPF2E30	06/08/2026 08:36	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700327	RPF7A73	13/08/2026 14:58	73400	AV. DR. ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108176	RPJ1H93	06/08/2026 10:15	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108360	RPL3E18	08/08/2026 10:02	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108070	RPM5J89	05/08/2026 08:47	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108280	RPM8H00	07/08/2026 10:27	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
133265	RPN4B50	10/08/2026 16:43	66371	Avenida João Paulo I, S/N - Olhos D'água, Brumado	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108363	RPN5G63	08/08/2026 10:29	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05140224	RPO0F14	03/08/2026 08:08	55412	Praça Armindo Azevedo, S/N, Vaga: 1443	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108271	RPO6C26	07/08/2026 08:58	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108197	RPP7J67	06/08/2026 13:47	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108403	RPP7J67	08/08/2026 21:23	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108118	RPQ4E95	05/08/2026 14:43	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108350	RPR3F76	08/08/2026 08:23	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108401	RPS4F29	08/08/2026 18:41	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108089	RPS4I04	05/08/2026 10:50	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108208	RPX6J93	06/08/2026 15:37	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108317	RPY2A20	07/08/2026 16:36	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108212	RPY6G30	06/08/2026 16:26	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108185	SDY3C06	06/08/2026 11:45	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
133261	SGQ9B25	10/08/2026 14:43	76331	Avenida Doutor Antônio Mourão Guimarães, 264 - Ginásio Industrial, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
133274	SJJ7I13	14/08/2026 08:41	76331	Avenida Doutor Antônio Morão Guimarães	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4801783	SJL8A08	13/08/2026 09:54	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108112	SJM2D88	05/08/2026 14:06	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
2201160	SJS8H11	12/08/2026 17:48	54870	AV. CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108063	SJU9E38	05/08/2026 07:29	74630	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108164	SJV1H21	06/08/2026 07:11	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
ZA05140222	SJW0A51	03/08/2026 08:08	55412	Praça Armindo Azevedo, S/N, Vaga: 1422	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108309	SJW7I35	07/08/2026 14:33	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108219	SJW8E76	06/08/2026 17:21	74550	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
135275	SJZ5G93	10/08/2026 08:39	60501	rua exuperio pinheiro cangucu Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108201	SJZ8F17	06/08/2026 14:33	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108313	SKA0B56	07/08/2026 15:23	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108122	SKA4E80	05/08/2026 14:59	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
135280	SKA8J02	10/08/2026 17:22	55500	Rua Exupério Pinheiro Canguçu, S/N - Centro, Brumado	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801780	SKB2B32	11/08/2026 16:15	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108274	SKB7J56	07/08/2026 09:29	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108296	SKC1D38	07/08/2026 13:01	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108210	SKE2H65	06/08/2026 16:00	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108206	SKF4G43	06/08/2026 15:22	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108151	SKF5F43	05/08/2026 20:56	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108119	SKG9H77	05/08/2026 14:47	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108288	SKH9H14	07/08/2026 12:03	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108057	SKI6E22	05/08/2026 06:20	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108178	SKI8D62	06/08/2026 10:35	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108191	SKJ6B72	06/08/2026 12:52	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108223	SKL6A53	06/08/2026 20:12	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108085	SKM1B96	05/08/2026 10:15	74550	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108294	SKM4E81	07/08/2026 12:49	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108293	SKO5E97	07/08/2026 12:45	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108098	SKO7B25	05/08/2026 11:45	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108247	SKP4J06	07/08/2026 03:57	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108252	SNV9A16	07/08/2026 05:30	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108167	SQH2B85	06/08/2026 08:15	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108130	SSZ1F43	05/08/2026 15:41	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
133271	SUU7H30	12/08/2026 13:55	55250	Rua Doutor Mário Meira, 35 - Centro, Brumado	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108204	SVB3C94	06/08/2026 14:48	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108172	TCC2C74	06/08/2026 09:07	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108265	TCR8H57	07/08/2026 08:07	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4700345	TCT4C89	17/08/2026 15:45	61220	AV. DR. ANTONIO M. GUIMARAES	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108332	TCU9B36	07/08/2026 20:19	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108330	TCZ2D07	07/08/2026 19:33	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108123	TDX6D94	05/08/2026 15:06	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108180	TGR4J42	06/08/2026 11:03	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108335	TGT1I81	08/08/2026 00:40	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108193	TGT4D69	06/08/2026 12:58	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108115	TGU1A12	05/08/2026 14:19	74630	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108373	TGV4B91	08/08/2026 12:59	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
2201155	TGX0H94	12/08/2026 09:32	54870	AV. CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108109	TGX2F52	05/08/2026 13:40	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108142	TGX3E97	05/08/2026 17:18	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801781	TGY0B81	13/08/2026 08:34	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108379	TGY2D57	08/08/2026 13:28	74550	AV JOAO PAULO I, N° 394, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108137	TGY3C84	05/08/2026 16:42	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108211	TGZ8F53	06/08/2026 16:25	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108411	THA1A86	08/08/2026 23:44	74630	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108200	THB1F43	06/08/2026 14:30	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108399	THB7F18	08/08/2026 18:10	74550	AV JOAO PAULO I, N° 850, UNICO.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108194	THC2E04	06/08/2026 13:07	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108331	THC9E33	07/08/2026 20:19	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108125	THD4H35	05/08/2026 15:11	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801797	THF4F53	15/08/2026 16:28	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108224	THH0D67	06/08/2026 20:20	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108062	TIY9J71	05/08/2026 07:12	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108074	TMN2D34	05/08/2026 09:08	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4801801	TMN9E08	17/08/2026 10:18	73400	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801800	TMN9E08	17/08/2026 10:18	70301	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108305	TMT5F43	07/08/2026 14:02	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108166	TMT5J34	06/08/2026 07:53	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
4801779	TMT8A78	11/08/2026 15:12	51852	AVENIDA CENTENARIO	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
133263	TMX0E71	10/08/2026 15:05	76331	Avenida Doutor Antônio Mourão Guimarães, 250 - Ginásio Industrial, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108407	TMX7J80	08/08/2026 22:08	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108408	TMX7J80	08/08/2026 22:12	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108361	TMX9C94	08/08/2026 10:07	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108064	TMZ3E03	05/08/2026 07:34	74550	AV CENTENARIO, N° 678, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108165	TMZ9I66	06/08/2026 07:37	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108307	TNA3A28	07/08/2026 14:16	74710	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 704,33	R$ 880,41
RT01108226	TNA3B43	06/08/2026 20:38	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108133	TNA6J92	05/08/2026 16:16	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108134	TNA6J92	05/08/2026 16:26	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108080	TNC2F25	05/08/2026 09:47	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108396	TND9G41	08/08/2026 16:02	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108250	TNF0H00	07/08/2026 04:27	74630	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
4801791	TNQ6H26	15/08/2026 15:10	70301	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
4801790	TNQ6H26	15/08/2026 15:10	73400	AVENIDA DR ANTONIO MOURAO GUIMARAES	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SMTT

BRUMADO - BAHIA

NR AIT	PLACA	DT. AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO	LOCAL	VENCIMENTO	VL c/ DESCONTO	VL MULTA
RT01108099	TOM3H09	05/08/2026 12:32	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108132	TOU7B69	05/08/2026 16:14	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108241	TXS5D16	07/08/2026 02:27	74550	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108190	TXZ2H33	06/08/2026 12:44	74630	AV LINDOLFO AZEVEDO BRITO, N° 507, Feliciano Pereira Santos.	09/12/2026	R$ 156,18	R$ 195,23
RT01108162	TYR3F56	06/08/2026 06:47	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
RT01108069	TZO4F13	05/08/2026 08:19	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
135283	TZO6I37	14/08/2026 14:43	57380	rua auta leite de Oliveira Santa Tereza, Brumado	09/12/2026	R$ 234,78	R$ 293,47
RT01108364	TZS9E22	08/08/2026 10:32	74550	AV AGNELO DOS SANTOS AZEVEDO, Novo Brumado.	09/12/2026	R$ 104,13	R$ 130,16
TOTAL: 472							

Brumado, 21 de outubro de 2026.

Osmar Botelho Cavalcante Neto
Superintendente Municipal de Trânsito e Transportes
Portaria Nº 021 de 07/01/2025

Assinado por 1 pessoa: OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0 e informe o código E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: E53D-DF76-11EE-ECC0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

OSMAR BOTELHO CAVALCANTE NETO (CPF 002.XXX.XXX-60) em 20/10/2026 10:44:55 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://brumado.1doc.com.br/verificacao/E53D-DF76-11EE-ECC0

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADOESTADO DA BAHIACNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 0862/2026.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 13.759.150/0001-25

Objeto do contrato originário: Constitui objeto do presente instrumento o credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços Médicos e de ENFERMAGEM destinados ao atendimento de URGÊNCIA e EMERGÊNCIA no Pronto Socorro do Hospital Municipal Professor Magalhães Neto e na Unidade Verde e Azul, no Município de Brumado/BA.

Objeto do apostilamento: inclusão nos termos do Contrato nº 0862/2026, de empenho de dotações orçamentárias.

Dotação acrescida: 33.90.34 Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização

Data do apostilamento: 11 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADOESTADO DA BAHIACNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 0268/2026.

Processo: CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 13.759.150/0001-25

Objeto do contrato originário: contratação de empresa para a prestação de serviços médicos/clínicos especializados em ANESTESIOLOGIA.

Objeto do apostilamento: troca da razão social do contratante.

Dotação acrescida: RAZÃO SOCIAL: BRENO FERNANDES SERVIÇOS MEDICOS LTDA

Data do apostilamento: 01 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADOESTADO DA BAHIACNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 0020/2026.

Processo: Concorrência Eletrônica n. 016/2025

Contratante: O MUNICIPIO DE BRUMADO – ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ sob o nº 14.105.704/0001-33.

Objeto do contrato originário: O objeto do presente instrumento é a contratação de Empresa especializada para execução de serviços de recuperação de pavimentação, meios-fios e drenagem pluvial, nos logradouros públicos que estão danificados, nos Bairros Dr. Mário Meira, Irmã Dulce, Apertado do Morro, Malhada Branca, São Felix, Cidade das Esmeraldas, Feliciano Pereira Santos, São José, Santa Tereza, Centro, Monsenhor Fagundes, Olhos D'Agua, Campo de Aviação, Baraúnas, Alto do Escalavrado, Rodoviário, Novo Brumado, Dr. Juracy, São Jorge e Esconso, localizados no Município de BRUMADO/BA.

Objeto do apostilamento: inclusão nos termos do Contrato nº 0020/2026, de empenho de dotações orçamentárias.

Dotação acrescida: Unidade: 06.02. FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Atividade: 2015 GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Elemento: 33.90.39 - OUT. SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA
Fonte: 1759
Data do apostilamento: 08 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0710/2026

CONTRATO Nº 0710/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

CNPJ. 16.595.230/0001-80

CONTRATADA: EMPRESA BRUCOM SERVIÇOS LTDA.

CNPJ nº 06.230.223/0001-21.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de montagem, instalação, acompanhamento técnico e desmontagem de estruturas temporárias para a realização de 02 (dois) eventos institucionais, conforme as especificações detalhadas a seguir: Evento 1: Palestra “O amor próprio que ninguém te ensinou”, com Alessandra Câmara, realizada no dia 05 de agosto, no Espaço FADESB, em Brumado/BA; Evento 2: Formatura do Empreender Mulher, realizada no dia 14 de agosto, também no Espaço FADESB, em Brumado/BA.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 030/2025.

VALOR TOTAL: R$ 41.479,71. (quarenta e um mil quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos.).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Unidade	Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	05.00.1 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2058	3.3.9.0.39.00.00.00	1500

Brumado - BA, 27 de agosto de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0884/2026.

CONTRATO Nº 0884/2026.

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.
CNPJ Nº. 16.595.230/0001-80.

CONTRATADA: EMPRESA BRUCOM SERVIÇOS LTDA.
CNPJ nº 06.230.223/0001-21.

OBJETO: A contratação de empresa especializada justifica-se pela necessidade de disponibilização de infraestrutura técnica e operacional adequada à realização do evento oficial de inauguração da Casa de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Município de Brumado – BA, previsto para o dia 18 de setembro de 2026.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Credenciamento nº 030/2025.

VALOR TOTAL: R$ 3.948,62 (três mil novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Unidade	Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
05.001 – Fundo Municipal de assistência Social	2058-Gestão das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social	2058	3.3.9.0.39.00.00.00	1500

Brumado - BA, 16 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0868/2026.

CONTRATO Nº 0868/2026.

CONTRATANTE: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CNPJ Nº. 13.759.150/0001-25.

CONTRATADA: EMPRESA BRUCOM SERVIÇOS LTDA.
CNPJ nº 06.230.223/0001-21.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de montagem e desmontagem de estruturas, destinadas à realização dos eventos de inauguração da Unidade Básica De Saúde (UBS) Marcionílio Rodrigues, localizada no bairro Baraúnas, ocorrido no dia 12 de setembro de 2026

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Credenciamento nº 030/2025.

VALOR TOTAL: R$ 27.049,76 (vinte e sete mil e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2042 - Manutenção da Policlínica Municipal
33.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica
1500 / 1600

Brumado - BA, 11 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0861/2026.

CONTRATO Nº 0861/2026.

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.
CNPJ Nº. 16.595.230/0001-80.

CONTRATADA: EMPRESA BRUCOM SERVIÇOS LTDA.
CNPJ nº 06.230.223/0001-21.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de montagem e desmontagem de estruturas, destinadas à realização dos eventos de inauguração das Cozinhas Comunitárias do município, ocorridos no dia 11 de setembro de 2026 , conforme detalhamento dos locais atendidos a seguir: Cozinha Comunitária Julita de Oliveira (Brisas 3): Serviços de montagem e desmontagem de estrutura para o evento de inauguração local; Cozinha Comunitária Anedi Costa da Silva (Urbis 2): Serviços de montagem e desmontagem de estrutura para o evento de inauguração local.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Credenciamento nº 030/2025.

VALOR TOTAL: R$ 37.916,42 (trinta e sete mil novecentos e dezesseis reais quarentam e dois centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade	Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
05.00.01. – Fundo Municipal da Assistência Social	2058-Bloco das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social -	3.3.9.0.30.00.00.00-Material de Consumo	1500

Brumado - BA, 10 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0847/2026.

CONTRATO Nº 0847/2026.

CONTRATANTE: A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
CNPJ Nº. 30.612.975/0001-31.

CONTRATADA: EMPRESA BRUCOM SERVIÇOS LTDA.
CNPJ nº 06.230.223/0001-21.

OBJETO: Prestação de serviços de locação e montagem de infraestrutura completa para a realização do Desfile de Sete de Setembro de 2026.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Credenciamento nº 030/2025.

VALOR TOTAL: R$ 52.395,64 (cinquenta e dois mil trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ação: 2070 – Gestão das Ações Administrativas da Sec. de Educação
Elemento: 3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 1500

Brumado - BA, 11 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0838/2026.

CONTRATO Nº 0838/2026.

CONTRATANTE: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ Nº. 13.759.150/0001-25.

CONTRATADA: EMPRESA BRUCOM SERVIÇOS LTDA.

CNPJ nº 06.230.223/0001-21.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de montagem e desmontagem de estruturas, destinadas à realização dos eventos de inauguração da Unidade Básica De Saúde (UBS) Keila Franciole, localizada no Bairro são Jorge, ocorrido no dia 04 de setembro de 2026..

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Credenciamento nº 030/2025.

VALOR TOTAL: R$ 12.484,53 (doze mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2042 - Manutenção da Policlínica Municipal
33.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica
1500 / 1600

Brumado - BA, 03 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0862/2026.

CONTRATO Nº 0862/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ Nº. 13.759.150/0001-25

CONTRATADA: STI MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

CNPJ nº 29.702.641/0001-70.

OBJETO: prestação de serviços médicos e enfermagem destinados ao atendimento de urgência e emergência no pronto socorro do hospital municipal Magalhães neto, e na unidade verde e azul, no município de Brumado/BA.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, contados na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/2021.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 016/2026.

VALOR TOTAL: R$ 8.249.308,80 (oito milhões duzentos e quarenta e nove mil trezentos e oito reais e oitenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2038- GESTÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL PROFESSOR MAGALHÃES NETO
33.90.39 – Outros serviços terceiros – pessoa jurídica
1600,1500.

Brumado - BA, 10 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0917/2026.

CONTRATO Nº 0917/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ Nº. 13.759.150/0001-25

CONTRATADA: CLINICA SALUTE EDUCAZIONE LTDA.

CNPJ nº 27.459.243/0001-49.

OBJETO: prestação de serviços em Psicologia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, destinados ao atendimento das necessidades assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Brumado/BA.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência de 06 (seis) meses, com início em 25 de setembro de 2026 e término em 25 de março de 2027, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/2021.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 014/2026.

VALOR TOTAL: R$ 2.009.224,00 (dois milhões, nove mil, duzentos e vinte e quatro reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.302.0010.2042 MANUTENÇÃO DA POLICLINICA MUNICIPAL
3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.9.0.34.00.00.00 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirizacao
1500/1600

Brumado - BA, 25 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0875/2026.

CONTRATO Nº 0875/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ Nº. 16.595.230/0001-80

CONTRATADA: ROMERITO SOARES DE ALMEIDA E CIA LTDA.

CNPJ nº 24.248.790/0001-97

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026.

VALOR TOTAL: R$ 6.959,40 (seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.02. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2052 - Gestão do Conselho Tutelar	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500
11.02. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2059 - Bloco da Proteção Social Básica	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1600 / 1621
11.02. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2063 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1660

Brumado - BA, 11 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0874/2026.

CONTRATO Nº 0874/2026.

CONTRATANTE: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ Nº. 13.759.150/0001-25

CONTRATADA: ROMERITO SOARES DE ALMEIDA E CIA LTDA.

CNPJ nº 24.248.790/0001-97

OBJETO: presente instrumento a prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Saúde Municipal.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026.

VALOR TOTAL: R$ 6.959,40 (seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade	Dotação	Elementos de Despesa	Fonte de Recurso
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2032 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2034 - Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2035 - Manutenção das Ações de Atenção à Saúde Bucal	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2038 - Gestão do Hospital Municipal Professor Magalhães Neto	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500 / 1600 / 1621

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

		33.90.30 - Material de Consumo	
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2039 - Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2040 - Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2041 - Manutenção do LACEN	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2042 - Manutenção da Policlínica Municipal	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2044 - Manutenção da Central de Marcação e Regulação de Exames	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2045 - Manutenção do Tratamento Fora de Domicílio - TFD	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2047 - Programa de Assistência Farmacêutica	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2049 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621

Brumado - BA, 11 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0873/2026.

CONTRATO Nº 0873/2026.

CONTRATANTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO URBANO
CNPJ Nº. 14.105.704/0001-33

CONTRATADA: ROMERITO SOARES DE ALMEIDA E CIA LTDA.
CNPJ nº 24.248.790/0001-97

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Administração Municipal.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026.

VALOR TOTAL: R$ 6.959,40 (seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

07.01. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO URBANO	2018 - Gestão das Ações Administrativas da Secretaria de Infraestrutura	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1501

Brumado - BA, 11 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0872/2026.

CONTRATO Nº 0872/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CNPJ Nº. 30.612.975/0001-31.

CONTRATADA: ROMERITO SOARES DE ALMEIDA E CIA LTDA.

CNPJ nº 24.248.790/0001-97

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Educação Municipal.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026.

VALOR TOTAL: R$ 6.959,40 (seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade	Dotação	Elementos de Despesa	Fonte de Recurso
12.01. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2070 - Gestão das Ações Administrativas da Secretaria de Educação	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500
12.01. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2083 - Programa de Transporte Escolar - Fundamental	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1540 / 1541 / 1542
12.01. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2082 - Programa de Transporte Escolar - Infantil	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1540 / 1541 / 1542

Brumado - BA, 11 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0923/2026.

CONTRATO Nº 0923/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ Nº. 16.595.230/0001-80

CONTRATADA: LUCI ANGELA DA SILVA MACEDO.

CNPJ nº 15.007.151/0001-49.

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026.

VALOR TOTAL: R$ 2.319,80 (dois mil trezentos e dezenove reais e oitenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.02. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2052 - Gestão do Conselho Tutelar	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500
11.02. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2059 - Bloco da Proteção Social Básica	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1600 / 1621
11.02. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2063 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1660

Brumado - BA, 28 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0922/2026.

CONTRATO Nº 0922/2026.

CONTRATANTE: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ Nº. 13.759.150/0001-25

CONTRATADA: LUCI ANGELA DA SILVA MACEDO.

CNPJ nº 15.007.151/0001-49.

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Secretaria de Saúde.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026.

VALOR TOTAL: R$ 9.599,90 (nove mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade	Dotação	Elementos de Despesa	Fonte de Recurso
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2032 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2034 - Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2035 - Manutenção das Ações de Atenção à Saúde Bucal	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2038 - Gestão do Hospital Municipal Professor Magalhães Neto	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500 / 1600 / 1621

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

		33.90.30 - Material de Consumo	
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2039 - Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2040 - Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2041 - Manutenção do LACEN	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2042 - Manutenção da Policlínica Municipal	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2044 - Manutenção da Central de Marcação e Regulação de Exames	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2045 - Manutenção do Tratamento Fora de Domicílio - TFD	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2047 - Programa de Assistência Farmacêutica	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2049 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621

Brumado - BA, 28 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0921/2026.

CONTRATO Nº 0921/2026.

CONTRATANTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO URBANO
CNPJ Nº. 14.105.704/0001-33

CONTRATADA: LUCI ANGELA DA SILVA MACEDO.
CNPJ nº 15.007.151/0001-49.

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Administração Municipal.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026.

VALOR TOTAL: R$ 53.074,80 (cinquenta e três mil setenta e quatro reais e oitenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

07.01. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO URBANO	2018 - Gestão das Ações Administrativas da Secretaria de Infraestrutura	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1501

Brumado - BA, 28 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0920/2026.

CONTRATO Nº 0920/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CNPJ Nº. 30.612.975/0001-31.

CONTRATADA: LUCI ANGELA DA SILVA MACEDO.

CNPJ nº 15.007.151/0001-49.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Educação Municipal.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026.

VALOR TOTAL: R$ 14.880,90 (quatorze mil oitocentos e oitenta reais e noventa centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade	Dotação	Elementos de Despesa	Fonte de Recurso
12.01. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2070 - Gestão das Ações Administrativas da Secretaria de Educação	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500
12.01. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2083 - Programa de Transporte Escolar - Fundamental	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1540 / 1541 / 1542
12.01. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2082 - Programa de Transporte Escolar - Infantil	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1540 / 1541 / 1542

Brumado - BA, 28 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0879/2026.

CONTRATO Nº 0879/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ Nº. 13.759.150/0001-25.

CONTRATADA: 28.569.271 FABRICIO DE ANDRADE BARRETO.

CNPJ nº 28.569.271/0001-81.

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Secretaria de Saúde.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026

VALOR TOTAL: R$ 6.959,40 (seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade	Dotação	Elementos de Despesa	Fonte de Recurso
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2032 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2034 - Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2035 - Manutenção das Ações de Atenção à Saúde Bucal	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2038 - Gestão do Hospital Municipal Professor Magalhães Neto	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2039 - Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500 / 1600 / 1621

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

		33.90.30 - Material de Consumo	
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2040 - Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2041 - Manutenção do LACEN	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2042 - Manutenção da Policlínica Municipal	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2044 - Manutenção da Central de Marcação e Regulação de Exames	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2045 - Manutenção do Tratamento Fora de Domicílio - TFD	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2047 - Programa de Assistência Farmacêutica	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2049 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621

Brumado - BA, 11 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0879-1/2026.

CONTRATO Nº 0879-1/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ Nº. 16.595.230/0001-80

CONTRATADA: 28.569.271 FABRICIO DE ANDRADE BARRETO.

CNPJ nº 28.569.271/0001-81.

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026

VALOR TOTAL: R$ 6.959,40 (seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.02. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2052 - Gestão do Conselho Tutelar	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500
11.02. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2059 - Bloco da Proteção Social Básica	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1600 / 1621
11.02. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2063 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1660

Brumado - BA, 11 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0878/2026.

CONTRATO Nº 0878/2026.

CONTRATANTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO URBANO
CNPJ Nº. 14.105.704/0001-33

CONTRATADA: 28.569.271 FABRICIO DE ANDRADE BARRETO.
CNPJ nº 28.569.271/0001-81.

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026

VALOR TOTAL: R$ 6.959,40 (seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

07.01. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO URBANO	2018 - Gestão das Ações Administrativas da Secretaria de Infraestrutura	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1501

Brumado - BA, 11 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0877/2026.

CONTRATO Nº 0877/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CNPJ Nº. 30.612.975/0001-31.

CONTRATADA: 28.569.271 FABRICIO DE ANDRADE BARRETO.

CNPJ nº 28.569.271/0001-81.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Educação Municipal.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026

VALOR TOTAL: R$ 6.959,40 (seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade	Dotação	Elementos de Despesa	Fonte de Recurso
12.01. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2070 - Gestão das Ações Administrativas da Secretaria de Educação	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500
12.01. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2083 - Programa de Transporte Escolar - Fundamental	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1540 / 1541 / 1542
12.01. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2082 - Programa de Transporte Escolar - Infantil	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1540 / 1541 / 1542

Brumado - BA, 11 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0842/2026.

CONTRATO Nº 0842/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
CNPJ Nº. 13.759.150/0001-25.

CONTRATADA: AUTO MECÂNICA SELIS LTDA.
CNPJ nº 03.993.810/0001-84.

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026

VALOR TOTAL: R$ 54.317,50 (cinquenta e quatro mil trezentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade	Dotação	Elementos de Despesa	Fonte de Recurso
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2032 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2034 - Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2035 - Manutenção das Ações de Atenção à Saúde Bucal	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2038 - Gestão do Hospital Municipal Professor Magalhães Neto	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2039 - Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2040 - Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2041 - Manutenção do LACEN	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2042 - Manutenção da Policlínica Municipal	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2044 - Manutenção da Central de Marcação e Regulação de Exames	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2045 - Manutenção do Tratamento Fora de Domicílio - TFD	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2047 - Programa de Assistência Farmacêutica	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621
10.01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2049 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1600 / 1621

Brumado - BA, 03 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0841/2026.

CONTRATO Nº 0841/2026.

CONTRATANTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO URBANO.
CNPJ Nº. 14.105.704/0001-33

CONTRATADA: AUTO MECÂNICA SELIS LTDA.
CNPJ nº 03.993.810/0001-84.

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Administração Municipal.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026

VALOR TOTAL: R$ 53.821,00 (cinquenta e três mil oitocentos e vinte e um reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

07.01. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO URBANO	2018 - Gestão das Ações Administrativas da Secretaria de Infraestrutura	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1501

Brumado - BA, 03 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0840/2026.

CONTRATO Nº 0840/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CNPJ Nº. 30.612.975/0001-31.

CONTRATADA: AUTO MECÂNICA SELIS LTDA.

CNPJ nº 03.993.810/0001-84.

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Secretaria de Educação.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026

VALOR TOTAL: R$ 46.566,90 (quarenta e seis mil quinhentos e sessenta e seis reais e noventa centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade	Ação	Elementos de Despesa	Fonte de Recurso
Unidade	**Dotação**	**Elementos de Despesa**	**Fonte de Recurso**
12.01. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2070 - Gestão das Ações Administrativas da Secretaria de Educação	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500
12.01. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2083 - Programa de Transporte Escolar - Fundamental	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500 / 1540 / 1541 / 1542
12.01. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2082 - Programa de Transporte Escolar - Infantil	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500 / 1540 / 1541 / 1542

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

		33.90.30 - Material de Consumo	

Brumado - BA, 03 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0839/2026.

CONTRATO Nº 08392026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CNPJ Nº. 16.595.230/0001-80.

CONTRATADA: AUTO MECÂNICA SELLIS LTDA.

CNPJ nº 03.993.810/0001-84.

OBJETO: prestação de serviços mecânicos em geral, compreendendo manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Brumado/BA, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios genuínos ou originais de fábrica, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos automotores pertencentes ou vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, consoante art. 107 da Lei Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 009/2026

VALOR TOTAL: R$ 6.959,40 (seis mil novecentos cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.02. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2052 - Gestão do Conselho Tutelar	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1500
11.02. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2059 - Bloco da Proteção Social Básica	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1600 / 1621
11.02. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2063 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.30 - Material de Consumo	1660

Brumado - BA, 03 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0820/2026.

CONTRATO Nº 0820/2026.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ Nº. 13.759.150/0001-25.

CONTRATADA: BRENO FERNANDES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

CNPJ nº 29.119.892-0001/26.

OBJETO: contratação de empresa para a prestação de serviços médicos/clínicos especializados em ANESTESIOLOGIA.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá a vigência de 06 (SEIS) meses, com início em 01 de setembro de 2026 e término em 01 de março de 2027, podendo ser prorrogado ou reincidido, no local e tempo requeridos, mediante requisições do preposto autorizado, consoante art. 107 da Lai Nº 14.133/21.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

VALOR TOTAL: R$ 137.400,00 (cento e trinta e sete mil quatrocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ORGÃO	UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GESTÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL PROFESSOR MAGALHÃES NETO	10.302.0010.2038/3.3.9.0.34.00.00.00 – OUTRAS DEPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	(1500) (1600)

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

			10.302.0010.2038/3.3.9.0.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA (1600)	**(1500)** **(1600)**

Brumado - BA, 30 de setembro de 2026.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

AVISO DE PUBLICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 083/2026

O **MUNICÍPIO DE BRUMADO,** por meio do Fundo Municipal de Saúde, torna público aos interessados, o aviso da Licitação na modalidade DISPENSA n.º 083/2026. OBJETO: Aquisição de cortinas, com instalação, bem como de artigos de ornamentação, destinados aos diversos órgãos e unidades vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Brumado/BA, conforme Edital e Termo de Referência, as informações para envio dos documentos e propostas, conforme a seguir:

Endereço Eletrônico para Recepção de Proposta e Documentos: semad_licitacao@brumado.ba.gov.br
Endereço para Protocolo Físico: Rua Guilherme Dias, 280, Centro, Brumado – BA, CEP 46.100-000
Dia e Horário Limite para Recepção de Propostas: 26/10/2026 às 09h00min

Gleica Pereira Chaves dos Anjos
Secretária Municipal de Saúde

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 083/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0798/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de **BRUMADO/BA**, por meio do Fundo Municipal de Saúde, realizará Dispensa, com critério de julgamento menor preço global, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, e demais legislações aplicáveis.

Endereço Eletrônico para Recepção de Proposta e Documentos: semad_licitacao@brumado.ba.gov.br
Endereço para Protocolo Físico: Rua Guilherme Dias, 280, Centro, Brumado – BA, CEP 46.100-000
Dia e Horário Limite para Recepção de Propostas: 26/10/2026 até às 09h:00m

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:

1.1. O objeto da presente dispensa é a Aquisição de cortinas, com instalação, bem como de artigos de ornamentação, destinados aos diversos órgãos e unidades vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Brumado/BA.

1.2. A contratação ocorrerá em até 05 (cinco) dias, conforme Termo de Referência anexo a este Aviso de Contratação Direta.

1.2.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor apresentar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por global, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1. A participação na presente dispensa se dará através de protocolo físico no endereço da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Guilherme Dias, n.º 280, bairro Centro no município Brumado /BA, ou remessa de mensagem eletrônica ao e-mail semad_licitacao@brumado.ba.gov.br até o fim do prazo limite previsto no preâmbulo do Aviso de Contratação Direta.

2.1.1. Os interessados deverão atender aos procedimentos previstos neste instrumento e proceder a entrega da documentação de proposta e de habilitação exigidos neste Aviso.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

a) Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

3.1. A participação do fornecedor na dispensa se dará com a apresentação de sua proposta inicial, na forma deste item, que deverá ser apresentada concomitantemente com a documentação exigida para a habilitação.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, através do endereço eletrônico indicado neste Aviso ou mediante protocolo direto no Setor de Licitações, da proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe **o Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas necessárias, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez apresentada a proposta, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. Na apresentação da proposta, o fornecedor deverá encaminhar Declaração Conjunta, preferencialmente no modelo anexo previsto neste instrumento, informando:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. A assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

3.9.7. O encerramento do prazo ocorrerá até as 09hs00min (nove horas) do dia fixado como limite para recepção de propostas, sem qualquer possibilidade de prorrogação.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrada o prazo, até às 09hs:00m, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação. Será confeccionado ata com a relação das propostas obtidas.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada ao endereço eletrônico contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata lavrada para deliberação da Comissão ou Agente de Contratação na dispensa.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada a negociação de preços, acaso existente.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. Contiver vícios insanáveis;

4.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

4.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.6.2. Apresentar um ou mais valores de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pela Prefeitura, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no Termo de Referência, anexo I deste Edital e serão solicitados do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar.

5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

5.4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio dos documentos exigidos para habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista.

5.5.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

5.5.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.9. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

5.10. No caso de haver mais de um item ou lote, o fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

5.10.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

5.10.2. O subitem acima só se aplica nas dispensas por itens, e desde que o Aviso de Contratação Direta exija comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido, para fins de qualificação econômico-financeira, ou comprovação de aptidão, para fins de qualificação técnica.

5.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.12.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. De acordo com o art. 95 da Lei nº 14.133/21, o termo de contrato é facultativo nas contratações fundadas no art. 75, incisos I e II (dispensa por valor) e no caso de compras com entrega imediata.

6.3. O adjudicatário terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

6.5. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.6. O prazo de vigência da contratação é de acordo o Termo de Referência, podendo ser prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

6.7. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato. Nesse momento, deve haver a checagem da manutenção de todas as condições de habilitação.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. O procedimento será divulgado no Diário Oficial do Município e Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Brumado/BA.

7.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

7.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

7.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

7.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

7.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

7.3. As providências dos subitens 7.2.1 e 7.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

7.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

7.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

7.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

7.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

7.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

7.11. O procedimento será conduzido pela Agente de Contratação Portaria nº. 076/2026, e demais membros designados pelo mesmo ato.

7.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Documentação exigida para habilitação
ANEXO II - Documentação Complementar/Declarações
ANEXO III – Termo de Referência;
ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Brumado – Bahia, 21 de outubro de 2026.

EDINEIDE LOUSADO DE ALMEIDA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação/ Pregoeiro

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

Portaria nº 076/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a aquisição de cortinas, com instalação, bem como de artigos de ornamentação, destinados aos diversos órgãos e unidades vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Brumado/BA, conforme condições constantes neste Termo.

1.1.1. Este Termo de Referência deverá ser interpretado e aplicado conjuntamente com o Documento de Formalização da Demanda (DFD), instrumento que fundamenta a necessidade administrativa, descreve o problema a ser solucionado e estabelece os parâmetros iniciais da contratação, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

1.1.2. Em caso de divergência entre as informações constantes do Termo de Referência e do DFD, prevalecerá a interpretação que melhor atenda ao interesse público, aos objetivos da contratação e aos princípios da Administração Pública, especialmente eficiência, economicidade, transparência e planejamento.

2. DA JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

2.1. Considerando a necessidade de melhoria das condições de conforto térmico e visual, privacidade, funcionalidade, organização e ambientação dos espaços públicos utilizados no desenvolvimento das atividades administrativas e assistenciais.

Considerando também a necessidade de proporcionar ambientes adequados ao funcionamento dos serviços públicos de saúde, assegurando melhores condições de trabalho aos servidores, maior conforto e bem-estar aos pacientes e acompanhantes, além da preservação dos equipamentos, mobiliários e demais bens pertencentes ao patrimônio público municipal.

No que se refere à aquisição de cortinas, a necessidade decorre, principalmente, da elevada incidência de luz solar em determinados ambientes, circunstância que provoca desconforto térmico e visual, prejudica o desempenho das atividades e pode comprometer a conservação de equipamentos e materiais expostos continuamente à radiação solar.

Parte das cortinas será destinada às janelas das salas localizadas no novo espaço da Prefeitura Municipal, utilizadas para o desenvolvimento de atividades administrativas, considerando que as superfícies envidraçadas permitem a incidência direta e intensa da luz solar no interior dos ambientes. Essa situação tem ocasionado desconforto aos servidores e dificuldades na utilização de computadores e demais equipamentos, em razão do excesso de luminosidade e dos reflexos nas telas, comprometendo as condições adequadas para a execução das atividades institucionais.

Além disso, a exposição prolongada de computadores, impressoras, documentos, mobiliários e outros equipamentos à radiação solar pode acelerar seu desgaste e comprometer sua conservação, tornando necessária a adoção de medidas preventivas que contribuam para a proteção desses bens, a ampliação de sua vida útil e a redução de eventuais despesas com manutenção e substituição.

A aquisição também contempla cortinas destinadas às janelas da recepção, da sala de medicação e da sala vermelha do Hospital Municipal, ambientes que necessitam de condições apropriadas de luminosidade, conforto

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

e privacidade, em razão da natureza dos atendimentos realizados e da permanência de pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde.

Na recepção, as cortinas contribuirão para proporcionar um ambiente mais confortável e acolhedor aos usuários que aguardam atendimento. Na sala de medicação, permitirão maior controle da luminosidade e melhores condições de privacidade durante os procedimentos assistenciais. Na sala vermelha, destinada ao atendimento de pacientes em situações de urgência e emergência, contribuirão para a adequação das condições ambientais, respeitadas as exigências de segurança, higienização e funcionalidade próprias desse espaço.

Quanto aos artigos de ornamentação, sua aquisição destina-se à melhoria da organização, apresentação e ambientação dos espaços vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, especialmente recepções, salas de espera, ambientes administrativos e demais locais de atendimento ao público. A utilização desses materiais busca proporcionar ambientes mais acolhedores, organizados e humanizados, contribuindo para o bem-estar dos usuários e profissionais e para a melhoria das condições de recepção e permanência nas unidades de saúde.

Ressalta-se que os artigos de ornamentação deverão atender às necessidades efetivamente identificadas, observando critérios de funcionalidade, adequação aos ambientes, durabilidade, facilidade de conservação e economicidade, de modo que sua aquisição esteja vinculada à melhoria das condições de utilização dos espaços públicos, afastando despesas desnecessárias ou de caráter meramente supérfluo.

A inclusão dos serviços de instalação das cortinas como responsabilidade do fornecedor justifica-se pela necessidade de garantir a correta fixação, o adequado posicionamento e o pleno funcionamento dos materiais adquiridos, considerando as dimensões e características das janelas e dos ambientes contemplados. Tal medida permitirá que os produtos sejam entregues em condições imediatas de utilização, evitando a necessidade de contratação complementar e proporcionando maior eficiência, praticidade e economicidade à Administração Municipal.

A contratação pretendida encontra respaldo nos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos objetivos estabelecidos em seu art. 11, especialmente quanto à busca da solução mais vantajosa para a Administração Pública, considerando a adequada aplicação dos recursos disponíveis e os benefícios esperados com a aquisição.

Dessa forma, a demanda apresenta-se necessária para assegurar melhores condições de funcionamento dos órgãos e unidades vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Brumado/BA, contribuindo para a preservação do patrimônio público, a melhoria dos ambientes administrativos e assistenciais, a proteção dos equipamentos e mobiliários, a privacidade dos pacientes e a promoção de espaços mais confortáveis, funcionais e acolhedores.

Diante do exposto, justifica-se a aquisição de cortinas, com instalação a cargo do fornecedor, e de artigos de ornamentação, considerando sua importância para a adequação dos espaços físicos, a melhoria das condições de trabalho dos profissionais e o aprimoramento da qualidade dos ambientes destinados ao atendimento da população, em consonância com as necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde e com o interesse público.

2.2. DA BASE LEGAL

É cediço que, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio, é que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, assim a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixa dúvidas quanto ao acima exposto, entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 diz que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, nesse sentido é o art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

> LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021:
>
> Art. 75. É dispensável a licitação:
> [...].
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) , no caso de outros materiais e compras; (valor atualizado pelo Decreto n.º 12.807, de 30 de dezembro de 2025).
> [...].
> § 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente. No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

a)por dispensa de licitação;
b)por inexigibilidade de licitação.

Especificamente para o caso em tela, assim dispõe o art. 75, inciso II, c/c § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, acima citado.

2.3.DO PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

A opção pelo não parcelamento do objeto, referente à aquisição de cortinas, com instalação a cargo do fornecedor, bem como de artigos de ornamentação destinados aos órgãos e unidades vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Brumado/BA, fundamenta-se na necessidade de assegurar maior eficiência administrativa, economicidade e adequada execução da contratação, observadas as disposições do art. 40, inciso V, alínea “b”, e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerando as características da demanda, a contratação conjunta do fornecimento das cortinas e dos respectivos serviços de instalação justifica-se pela interdependência dessas atividades, uma vez que a adequada utilização dos materiais depende de sua correta instalação, incluindo a fixação, os ajustes e a disponibilização dos acessórios necessários ao pleno funcionamento.

A execução dessas atividades por um único fornecedor permite maior controle da qualidade, padronização dos materiais, definição clara das responsabilidades e redução dos riscos de incompatibilidade entre os produtos fornecidos e os serviços executados, evitando eventuais custos adicionais e dificuldades na fiscalização contratual.

Quanto aos artigos de ornamentação, sua inclusão na mesma contratação poderá proporcionar maior racionalização dos procedimentos administrativos e redução dos custos operacionais, desde que demonstrada a compatibilidade mercadológica entre os produtos e a efetiva vantajosidade econômica da aquisição conjunta.

Dessa forma, o não parcelamento poderá ser adotado quando a análise das condições de mercado demonstrar que a contratação conjunta é técnica e economicamente vantajosa, sem comprometer a competitividade do certame, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

2.5. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ENQUADRADAS NA LC Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

A participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) na presente contratação encontra-se plenamente justificada e amparada na legislação vigente, conforme arts. 42 e 43, com as alterações promovidas pela LC nº 147/2014.

A adoção dessa prerrogativa é obrigatória para a Administração Pública, conforme determina a legislação federal, além de encontrar reforço no art. 4º da LC 123/2006, que estabelece como objetivos da norma:

- fomentar o desenvolvimento econômico regional;
- incentivar a participação de pequenos negócios nas compras governamentais;
- promover a competitividade e o crescimento sustentável das MEs e EPPs.

Além disso, a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 4º, reforça que a Administração deve observar políticas públicas de desenvolvimento local e regional, o que inclui o estímulo à participação de pequenos negócios nas contratações públicas.

Assim, sendo o valor da contratação inferior a R$ 65.492,11, a participação de ME e EPP é plenamente adequada e juridicamente exigível, observando-se o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na LC nº 123/2006, garantindo:

- ampliação da competitividade;
- democratização das compras públicas;
- desenvolvimento econômico local;
- atendimento ao princípio constitucional da isonomia.

2.4.DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

Nos termos dos arts. 5º e 11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação deverá observar, no que couber, os seguintes critérios:

a) Fornecer produtos que apresentem condições adequadas de qualidade, resistência e durabilidade, de modo a proporcionar maior vida útil aos materiais e reduzir a necessidade de substituições frequentes, contribuindo para a utilização racional dos recursos públicos;

b) Priorizar, sempre que tecnicamente viável e compatível com as especificações estabelecidas, materiais que apresentem menor impacto ambiental durante sua fabricação, utilização e descarte, observadas as características dos produtos disponíveis no mercado;

c) Utilizar embalagens adequadas à proteção dos produtos, evitando acondicionamentos excessivos e priorizando, quando possível, materiais recicláveis ou reutilizáveis, de modo a reduzir a geração desnecessária de resíduos;

d) Adotar práticas de redução de desperdícios durante o fornecimento e a instalação das cortinas, especialmente quanto ao aproveitamento dos materiais, à utilização adequada dos acessórios e à prevenção de perdas decorrentes de erros de medição, cortes ou procedimentos inadequados de instalação;

e) Responsabilizar-se pelo recolhimento e pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados diretamente pelos serviços de instalação, incluindo sobras de materiais, embalagens e demais resíduos decorrentes da execução contratual, observadas as normas ambientais aplicáveis;

f) Fornecer cortinas e artigos de ornamentação que apresentem facilidade de limpeza, conservação e manutenção, especialmente quando destinados a ambientes assistenciais, observando as condições de higiene e segurança necessárias ao funcionamento das unidades de saúde;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

g) Adotar procedimentos adequados de transporte, manuseio e armazenamento dos materiais, visando evitar danos, deterioração, perdas e desperdícios que possam comprometer a qualidade dos produtos e gerar custos adicionais à Administração;

h) Observar a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e de segurança do trabalho aplicável às atividades de fornecimento e instalação, garantindo que a execução contratual ocorra em condições adequadas de segurança e responsabilidade socioambiental;

i) Executar os serviços de instalação de maneira eficiente, evitando intervenções desnecessárias, danos às estruturas físicas dos imóveis públicos e consumo excessivo de materiais, assegurando a preservação das instalações existentes;

j) Priorizar a utilização de produtos e componentes que permitam manutenção, reparação ou substituição de peças e acessórios, quando tecnicamente possível, favorecendo o prolongamento da vida útil das cortinas e a redução da geração de resíduos;

k) Evitar a utilização de materiais que contenham substâncias proibidas ou estejam em desacordo com as normas ambientais e sanitárias aplicáveis, especialmente nos produtos destinados aos ambientes de atendimento à saúde;

l) Promover a utilização racional dos recursos materiais e financeiros empregados na execução contratual, assegurando que os produtos fornecidos e os serviços realizados atendam efetivamente às necessidades da Administração, sem desperdícios ou custos desnecessários.

A adoção desses critérios justifica-se pela necessidade de conciliar a satisfação das demandas administrativas e assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde com a preservação ambiental, a eficiência na utilização dos recursos públicos e a responsabilidade na execução contratual.

2.5. DA ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO E MEMORIAL DE CALCULO

2.5.1. Justificativa do Quantitativo a ser adquirido

Os quantitativos previstos para a aquisição de cortinas, com instalação a cargo do fornecedor, bem como de artigos de ornamentação, foram estimados considerando as necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Brumado/BA, as características dos ambientes a serem contemplados e a finalidade de utilização dos materiais, buscando assegurar o atendimento adequado da demanda, sem excessos ou desperdícios.

A previsão de 48 metros de cortina destina-se à adequação das janelas das salas do novo espaço da Prefeitura Municipal utilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como da recepção, da sala de medicação e da sala vermelha do Hospital Municipal, considerando a necessidade de controle da incidência solar, melhoria do conforto térmico e visual, proteção dos equipamentos e garantia de privacidade aos usuários.

Quanto aos artigos de ornamentação, foram previstas 01 (uma) unidade de Ficus X 1008, com 2,10 m de altura, 01 (um) vaso de 40 x 70 cm e 01 (um) quilograma de casca de pinus, destinados à composição de um conjunto ornamental para ambientação de espaço institucional vinculado à Secretaria Municipal de Saúde. Os quantitativos consideram a necessidade pontual de ornamentação, sendo suficientes para a composição pretendida, sem previsão de aquisição de materiais excedentes.

Dessa forma, as quantidades estimadas refletem a demanda identificada pela Administração Municipal, observando a natureza dos materiais, a destinação prevista e a necessidade de utilização racional dos recursos públicos, em conformidade com os princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade, previstos no art. 5º, bem como com as diretrizes do art. 40, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Assim, os quantitativos propostos visam assegurar o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brumado/BA, proporcionando a adequada utilização dos espaços administrativos e assistenciais, a

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

preservação do patrimônio público e a melhoria das condições de conforto e acolhimento dos usuários dos serviços municipais de saúde.

2.5.2. Memorial de Cálculo da Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação foi realizada em observância ao disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços na plataforma Banco de Preços, utilizando-se como referência valores registrados em contratações similares realizadas pela Administração Pública, conforme previsto no § 1º, inciso II, do referido artigo. No levantamento em exame, as fontes identificadas no relatório foram o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o Compras BR e a Licitanet. A utilização de registros de contratações similares da Administração Pública encontra fundamento, em especial, no art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observadas a atualidade, a similaridade dos objetos e as condições de fornecimento.

A pesquisa indicada no relatório abrangeu o período de 29/07/2026 a 16/10/2026, tendo o documento sido gerado em 16/10/2026, às 11h49min49s. Foram apresentados três registros de preços para cada um dos quatro itens, totalizando doze registros no demonstrativo, sujeitos à análise crítica de comparabilidade.

3. Do critério matemático adotado

O relatório adotou a média aritmética simples dos três preços selecionados para cada item, com arredondamento monetário a duas casas decimais. O preço unitário estimado corresponde à expressão PM = (P1 + P2 + P3) / 3. O valor total do item resulta da multiplicação do preço médio unitário pela quantidade prevista: VT = PM × Q. O orçamento global corresponde à soma dos valores totais dos itens.

4. Do memorial de cálculo analítico

Item / descrição	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média unitária
01 — Cortina em tecido CL27 corta-luz PVC 205mm	R$ 495,00	R$ 510,00	R$ 498,50	R$ 501,17
02 — AFICUS X 1008, 2,10m	R$ 438,90	R$ 367,85	R$ 420,00	R$ 408,92
03 — Vaso 40x70cm	R$ 284,70	R$ 252,93	R$ 284,70	R$ 274,11
04 — Casca de pinus	R$ 33,70	R$ 35,00	R$ 35,00	R$ 34,57

Item 01: (R$ 495,00 + R$ 510,00 + R$ 498,50) ÷ 3 = R$ 501,1666..., arredondado para R$ 501,17. Quantidade: 48 metros. Total: 48 × R$ 501,17 = R$ 24.056,16.

Item 02: (R$ 438,90 + R$ 367,85 + R$ 420,00) ÷ 3 = R$ 408,9166..., arredondado para R$ 408,92. Quantidade: 1 unidade. Total: R$ 408,92.

Item 03: (R$ 284,70 + R$ 252,93 + R$ 284,70) ÷ 3 = R$ 274,11. Quantidade: 1 unidade. Total: R$ 274,11.

Item 04: (R$ 33,70 + R$ 35,00 + R$ 35,00) ÷ 3 = R$ 34,5666..., arredondado para R$ 34,57. Quantidade: 1 quilograma. Total: R$ 34,57.

5. Do orçamento consolidado

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Preço unitário	Total
01	Cortina em tecido CL27 corta-luz PVC 205mm	Metro	48	R$ 501,17	R$ 24.056,16
02	AFICUS X 1008, 2,10m	Unidade	1	R$ 408,92	R$ 408,92
03	Vaso 40x70cm	Unidade	1	R$ 274,11	R$ 274,11

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

04	Casca de pinus	Quilograma	1	R$ 34,57	R$ 34,57
	VALOR GLOBAL ESTIMADO				R$ 24.773,76

6. Da análise crítica e da validação dos preços

A adoção da média aritmética e a utilização da plataforma de pesquisa não dispensam a avaliação técnica dos registros. Antes da aprovação definitiva do orçamento, deverão ser verificadas a equivalência das especificações, a natureza da operação (aquisição ou locação), as unidades de fornecimento, a atualidade e a independência das referências, bem como eventuais condições de instalação, frete e demais custos que influenciem o preço.

Especificamente, o relatório apresenta: (i) referências de cortinas cotadas por unidade, enquanto o quantitativo pretendido está expresso em metros; (ii) para a planta ornamental, uma referência de locação de plantas para eventos, cuja equivalência com aquisição deve ser justificada ou substituída; (iii) para o vaso, dois registros associados à mesma contratação, além de referência expressa em diária, recomendando-se fontes independentes e preços de aquisição comparáveis; e (iv) para a casca de pinus, referências em unidade ou pacote, enquanto a demanda é expressa em quilograma, exigindo conversão comprovada ou nova pesquisa.

Em consequência, o montante de R$ 24.773,76 reproduz fielmente o resultado matemático do relatório anexo, mas sua utilização como orçamento definitivo do Termo de Referência depende do saneamento das divergências apontadas e da confirmação de que os preços correspondem aos bens e às unidades efetivamente contratados. Se a validação resultar em substituição de referências, os valores unitários e global deverão ser recalculados e atualizados neste Termo de Referência.

A metodologia adotada justifica-se pela utilização de referências provenientes de contratações públicas, conferindo objetividade, transparência e rastreabilidade à formação do orçamento, observada a necessária compatibilidade entre as especificações e unidades de fornecimento dos produtos pesquisados.

O relatório detalhado da pesquisa realizada na plataforma Banco de Preços integra os anexos do processo administrativo, constituindo documento comprobatório dos valores utilizados na elaboração da estimativa da contratação.

4.DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento dos bens objeto da presente contratação deverá ocorrer em estrita observância às especificações técnicas, quantitativos, características e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada pela empresa contratada e nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.2. A contratação compreende o fornecimento de cortinas em tecido CL27 corta-luz PVC, plantas ornamentais, vasos decorativos e casca de pinus, devendo todos os produtos ser entregues em perfeitas condições de utilização, adequados às finalidades a que se destinam e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pela Administração Pública.

4.2. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.2.1. O fornecimento dos materiais será realizado mediante solicitação formal da Administração, por meio de Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, emitido pelo setor competente.

4.2.2. A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento, salvo prazo diverso expressamente estabelecido pela Administração.

4.2.3. Os produtos deverão ser entregues no local indicado pela Administração Municipal, conforme endereço e orientações constantes da Ordem de Fornecimento, durante o horário de expediente do órgão requisitante.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

4.2.4. A entrega poderá ocorrer de forma integral ou parcelada, de acordo com as necessidades da Administração, respeitados os quantitativos contratados e as solicitações formalmente expedidas.

4.2.5. A contratada deverá comunicar formalmente à Administração qualquer circunstância que possa comprometer o cumprimento do prazo de entrega, apresentando as devidas justificativas, para avaliação do setor responsável, sem prejuízo da aplicação das medidas contratuais cabíveis.

4.3. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.3.1. Os produtos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, quando aplicável, e apresentar características compatíveis com as especificações constantes deste Termo de Referência, sendo vedado o fornecimento de materiais danificados, deteriorados, defeituosos ou em desconformidade com as exigências estabelecidas.

4.3.2. As cortinas deverão apresentar dimensões, composição, acabamento, características de bloqueio de luminosidade e demais especificações compatíveis com o objeto contratado, não sendo admitidos produtos com rasgos, manchas, falhas de fabricação ou defeitos que comprometam sua funcionalidade e aparência.

4.3.3. As plantas ornamentais deverão apresentar características correspondentes às especificações exigidas, incluindo espécie ou modelo, altura, aparência e condições de conservação, devendo estar livres de avarias e deformações que comprometam sua utilização decorativa.

4.3.4. Os vasos ornamentais deverão apresentar dimensões, material, acabamento e demais características estabelecidas neste Termo de Referência, sendo vedada a entrega de produtos com trincas, rachaduras, quebras, deformações ou outros defeitos.

4.3.5. A casca de pinus deverá ser fornecida em condições adequadas de conservação, acondicionada de forma a preservar suas características e evitar contaminação, umidade excessiva ou deterioração.

4.3.6. Todos os materiais deverão ser devidamente acondicionados, embalados e transportados de maneira a garantir sua integridade até o local de entrega, cabendo exclusivamente à contratada a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do transporte, manuseio, carregamento e descarregamento.

4.3.7. Os custos relativos ao fornecimento, transporte, frete, tributos, encargos, seguros, embalagens e demais despesas necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais deverão estar integralmente incluídos nos preços ofertados, não sendo admitida cobrança adicional à Administração.

4.4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

4.4.1. O recebimento dos bens objeto da presente contratação será realizado em conformidade com o disposto no art. 140, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as especificações técnicas, os quantitativos, os padrões de qualidade e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, mediante recebimento provisório e definitivo.

4.4.2. Do Recebimento Provisório

4.4.2.1. O recebimento provisório será realizado de forma sumária, no ato da entrega dos produtos, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, mediante conferência inicial dos quantitativos, das condições aparentes dos materiais e da documentação fiscal apresentada, para posterior verificação de sua conformidade com as exigências contratuais.

4.4.2.2. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva dos produtos, constituindo etapa preliminar destinada a possibilitar a análise detalhada das características, especificações técnicas, qualidade e adequação dos bens fornecidos.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

4.4.2.3. Durante a conferência inicial, poderão ser identificadas irregularidades relacionadas à quantidade, integridade das embalagens, condições de conservação, dimensões, características físicas ou demais aspectos que possam comprometer a conformidade dos materiais.

4.4.2.4. Constatadas irregularidades ou desconformidades evidentes no momento da entrega, a Administração poderá recusar o recebimento dos produtos, total ou parcialmente, registrando as ocorrências e notificando a contratada para adoção das providências necessárias.

4.4.3. Do Recebimento Definitivo

4.4.3.1. O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos produtos com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta apresentada pela contratada, formalizando-se a aceitação mediante termo detalhado.

4.4.3.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, desde que constatado o atendimento integral das condições estabelecidas para o fornecimento.

4.4.3.3. A verificação de conformidade compreenderá, especialmente:

a) A conferência dos quantitativos efetivamente entregues em relação aos solicitados pela Administração;
b) A avaliação das características técnicas, dimensões, materiais, acabamento e demais especificações dos produtos;
c) A verificação das condições de conservação, integridade e qualidade dos bens fornecidos;
d) A constatação da inexistência de defeitos, avarias, deteriorações ou outras irregularidades que comprometam a utilização dos produtos;
e) A análise da correspondência entre os produtos entregues, a proposta da contratada e as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.4.3.4. O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que os produtos foram entregues em conformidade com as condições contratuais, não sendo admitida a aceitação de materiais que apresentem características inferiores às exigidas pela Administração.

4.5. Da Rejeição e Substituição dos Produtos

4.5.1. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos ou demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta da contratada ou no instrumento contratual.

4.5.2. Na hipótese de rejeição, a contratada será formalmente notificada para proceder à substituição ou regularização dos produtos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

4.5.3. Todas as despesas decorrentes da retirada, transporte, substituição e nova entrega dos produtos rejeitados serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

4.5.4. A substituição dos produtos não afastará a possibilidade de aplicação das sanções administrativas cabíveis, quando caracterizado o descumprimento das obrigações contratuais, observados o contraditório e a ampla defesa.

4.5.5. Os produtos substituídos serão submetidos a nova verificação de conformidade, observados os mesmos critérios estabelecidos para o recebimento provisório e definitivo.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

4.6. Das Responsabilidades Após o Recebimento

4.6.1. O recebimento provisório ou definitivo dos produtos não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela qualidade, segurança, solidez e adequação dos bens fornecidos, nem afastará sua responsabilidade por vícios, defeitos ou irregularidades identificados posteriormente, nos termos do art. 140, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis.

4.6.2. A Administração poderá exigir da contratada, durante o período de garantia legal ou contratual, quando aplicável, a adoção das providências necessárias à correção de defeitos ou vícios identificados nos produtos fornecidos, sem prejuízo das demais responsabilidades legalmente previstas.

4.6.3. O recebimento definitivo constituirá condição para o atesto da regularidade do fornecimento, sem prejuízo das demais verificações documentais e contratuais necessárias à liquidação da despesa e ao pagamento.

4.6.4. Todas as etapas de recebimento deverão ser devidamente documentadas nos autos do processo administrativo, assegurando a rastreabilidade dos procedimentos, a transparência dos atos praticados e o adequado controle da execução contratual.

5. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O pagamento decorrente da presente contratação será efetuado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observadas as normas de execução orçamentária, financeira e contábil da Administração Pública, estando condicionado ao efetivo fornecimento do objeto, ao recebimento definitivo dos produtos, à regular liquidação da despesa e ao cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada.

5.1. Critérios para Pagamento

5.1.1. O pagamento será realizado exclusivamente pelos produtos efetivamente fornecidos, aceitos e recebidos definitivamente pela Administração, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, na Ordem de Fornecimento e na proposta adjudicada.

5.1.2. Somente serão considerados aptos ao pagamento os produtos que atenderem integralmente às especificações de qualidade, quantidade, personalização, acabamento e demais exigências contratuais, após manifestação favorável do fiscal do contrato.

5.1.3. O simples recebimento físico dos produtos não implicará aceitação definitiva do objeto, permanecendo a Administração com o direito de promover inspeções, verificações e testes necessários para comprovação da conformidade dos materiais fornecidos.

5.2. Liquidação da Despesa

5.2.1. A liquidação da despesa ocorrerá após a verificação do direito adquirido pelo credor, mediante comprovação do efetivo cumprimento das obrigações contratuais, observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320/1964 e nos arts. 141 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5.2.2. Para fins de liquidação, a Contratada deverá apresentar Nota Fiscal ou Fatura emitida em nome do órgão contratante, contendo, obrigatoriamente:

a) identificação do processo administrativo;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

b) número do contrato ou instrumento equivalente, quando houver;
c) número da Ordem de Fornecimento;
d) discriminação completa dos produtos fornecidos;
e) quantitativos, valores unitários e valor total;
f) dados bancários para pagamento.

5.2.3. O fiscal do contrato procederá à conferência dos produtos entregues, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, quantidades solicitadas, qualidade, personalização, acabamento e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, emitindo o respectivo atesto somente após o recebimento definitivo do objeto.

5.2.4. Constatada qualquer irregularidade, divergência, defeito, vício de fabricação, falha na personalização ou descumprimento das condições contratuais, a liquidação da despesa ficará suspensa até a completa regularização pela Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e sem qualquer ônus para a Administração.

5.2.5. A Administração poderá exigir, quando necessária à regular liquidação da despesa, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada, nos termos da legislação vigente.

5.3. Prazo de Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da liquidação da despesa, mediante o atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, desde que não existam pendências administrativas, fiscais ou documentais imputáveis à Contratada.

5.3.2. O descumprimento de qualquer obrigação contratual ou a apresentação de documentação incompleta, incorreta ou irregular interromperá a contagem do prazo para pagamento, que será reiniciado somente após a completa regularização da pendência.

5.4. Forma de Pagamento

5.4.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, por crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, informada por ocasião da contratação.

5.4.2. Não serão efetuados pagamentos antecipados, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas pela Lei nº 14.133/2021 e desde que devidamente justificadas pela Administração.

5.4.3. A emissão da Nota Fiscal deverá ocorrer somente após o fornecimento do objeto e deverá observar todas as exigências legais, tributárias e fiscais aplicáveis.

5.4.4. Verificada qualquer incorreção na Nota Fiscal ou na documentação apresentada, a Contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias, hipótese em que o prazo para pagamento ficará suspenso e reiniciará após a apresentação da documentação regular, não sendo devida qualquer atualização monetária ou compensação financeira durante esse período.

5.4.5. O pagamento não implicará reconhecimento da perfeita execução contratual nem afastará a responsabilidade da Contratada pelos vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, falhas de personalização, desconformidades ou demais obrigações decorrentes da garantia legal e contratual,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

permanecendo obrigada a promover a substituição dos produtos sempre que constatada qualquer irregularidade, sem qualquer custo adicional para a Administração.

6. DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021, será acompanhado e fiscalizado pelo fiscal do contrato a Servidora Sra. Gláucia Lima Pessoa, matrícula 13187, conforme portaria nº 143/2026, representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou servidores formalmente designados pela Administração, na condição de gestor e fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as atribuições estabelecidas na regulamentação municipal aplicável.

7.3. A gestão do contrato compreenderá o acompanhamento administrativo da execução contratual, o controle dos prazos, a verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e a adoção das providências necessárias à adequada execução do objeto.

7.4. A fiscalização contratual terá como finalidade verificar a conformidade do fornecimento das bolsas de colostomia e dos kits de placa e bolsa com as especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

7.5. Compete ao fiscal do contrato:

a) Acompanhar e fiscalizar as entregas dos produtos, verificando o cumprimento do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da solicitação ou Ordem de Fornecimento;

b) Conferir as quantidades, especificações técnicas, condições das embalagens, identificação dos lotes, prazos de validade e demais características dos produtos entregues;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

c) Registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual e comunicar ao gestor as irregularidades identificadas;

d) Solicitar a substituição dos produtos que apresentarem defeitos, avarias ou desconformidades com as especificações exigidas;

e) Acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais e comunicar tempestivamente eventuais atrasos ou descumprimentos;

f) Realizar o recebimento provisório dos produtos, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.6. Compete ao gestor do contrato:

a) Coordenar e acompanhar a execução contratual, assegurando o cumprimento das condições pactuadas;

b) Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato e adotar as providências necessárias à regularização das ocorrências identificadas;

c) Controlar os prazos de vigência contratual e, quando cabível, propor as medidas administrativas necessárias à continuidade do fornecimento;

d) Acompanhar os procedimentos relacionados ao recebimento definitivo, à liquidação e ao pagamento das despesas, observadas as competências dos setores responsáveis;

e) Encaminhar à autoridade competente as ocorrências que possam justificar a aplicação de sanções administrativas, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

f) Adotar as providências necessárias à adequada execução do contrato, observados os limites de sua competência.

7.7. A contratada deverá manter preposto ou representante responsável pela comunicação com a Administração, disponibilizando meios de contato que permitam o recebimento das solicitações de fornecimento e a resolução tempestiva de eventuais ocorrências.

7.8. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, inclusive por meio eletrônico, sempre que o ato exigir formalidade, de modo a assegurar a rastreabilidade das solicitações, notificações e providências adotadas.

7.9. A contratada deverá atender às solicitações da Administração nos prazos estabelecidos, garantindo a entrega dos produtos em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Fornecimento, bem como a substituição dos materiais rejeitados no prazo previsto neste Termo de Referência.

7.10. A fiscalização exercida pela Administração não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, integridade e conformidade dos produtos fornecidos, inclusive perante terceiros, nos termos da legislação aplicável.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

7.11. O descumprimento das obrigações contratuais será registrado e comunicado à autoridade competente para adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, observados os procedimentos legais.

7.12. A gestão e a fiscalização do contrato deverão assegurar a regularidade do fornecimento, a eficiência na utilização dos recursos públicos e a continuidade do atendimento aos pacientes que necessitam de bolsas de colostomia e dispositivos correlatos, evitando atrasos ou interrupções que possam comprometer a assistência prestada pela rede municipal de saúde.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações já descritas neste Termo, são ainda obrigações da Contratada:

a) Fornecer os produtos objeto da contratação em estrita conformidade com as especificações técnicas, características, quantitativos, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual;
b) Cumprir rigorosamente os prazos, locais e condições de entrega estabelecidos pela Administração, observando as Ordens de Fornecimento emitidas pelo setor competente;
c) Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos produtos, garantindo que sejam entregues em perfeitas condições de utilização, conservação, funcionamento e apresentação, conforme a natureza e as características de cada item;
d) Fornecer cortinas, plantas ornamentais, vasos decorativos e casca de pinus em conformidade com as especificações exigidas, assegurando a qualidade dos materiais, a adequação das dimensões e a compatibilidade dos produtos com as finalidades pretendidas pela Administração;
e) Garantir que as cortinas sejam fornecidas com as dimensões, composição, acabamento e características de bloqueio de luminosidade estabelecidas no Termo de Referência, livres de manchas, rasgos, defeitos de fabricação ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização;
f) Assegurar que as plantas ornamentais apresentem características compatíveis com as especificações contratadas, especialmente quanto ao modelo, altura, aparência, estrutura e condições de conservação, não sendo admitidos produtos danificados ou inadequados à finalidade decorativa;
g) Fornecer os vasos ornamentais com as dimensões, materiais, acabamento e demais características exigidas, livres de trincas, rachaduras, quebras, deformações ou outros defeitos que comprometam sua resistência, estabilidade, segurança ou aparência;
h) Garantir que a casca de pinus seja fornecida em condições adequadas de conservação e acondicionamento, livre de materiais estranhos, contaminações ou deteriorações que prejudiquem sua utilização;
i) Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas ao fornecimento dos produtos, incluindo transporte, frete, carregamento, descarregamento, embalagens, tributos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais custos necessários à execução integral do objeto contratado;
j) Realizar o transporte dos materiais em condições adequadas, adotando medidas necessárias para preservar sua integridade, qualidade e características originais até o local indicado pela Administração;
k) Proceder à entrega dos produtos devidamente acondicionados e protegidos, de modo a evitar danos, avarias, deteriorações ou perdas durante o transporte, manuseio e descarregamento;
l) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os produtos que apresentarem defeitos, avarias, irregularidades ou desconformidades com as especificações contratuais, nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021;
m) Providenciar a substituição dos produtos rejeitados pela fiscalização no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação formal, sem qualquer custo adicional para a Administração;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

n) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento dos produtos, observadas as disposições da legislação aplicável e do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021;
o) Comunicar formalmente à Administração, com a devida antecedência e justificativa, quaisquer fatos ou circunstâncias que possam comprometer o cumprimento dos prazos ou das demais obrigações assumidas;
p) Atender prontamente às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato, prestando os esclarecimentos e informações necessários ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual;
q) Facilitar o exercício da fiscalização pela Administração, permitindo a conferência dos produtos fornecidos e disponibilizando, quando solicitados, documentos e informações relacionados ao cumprimento das obrigações contratuais;
r) Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na contratação, conforme disposto no art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
s) Cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos decorrentes da execução contratual, não transferindo à Administração responsabilidades que legalmente lhe sejam atribuídas;
t) Emitir e apresentar as notas fiscais correspondentes aos produtos efetivamente fornecidos, contendo a descrição dos itens, os quantitativos, os valores e as demais informações necessárias à conferência, liquidação e pagamento da despesa;
u) Não fornecer produtos com características inferiores às estabelecidas no Termo de Referência, sendo vedada a substituição de marcas, modelos, materiais ou especificações sem prévia autorização da Administração, quando a alteração depender de sua anuência;
v) Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência de sua atuação na execução contratual, não sendo essa responsabilidade excluída ou reduzida pela fiscalização exercida pelo contratante;
w) Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, a execução das obrigações contratuais, salvo nas hipóteses de subcontratação expressamente admitidas no instrumento convocatório ou contratual, observadas as disposições legais aplicáveis;
x) Cumprir as normas de segurança, saúde e proteção ambiental aplicáveis às atividades de fornecimento, transporte, manuseio e entrega dos produtos, adotando medidas destinadas à prevenção de acidentes e danos;
y) Manter representante ou preposto devidamente identificado para atuar como interlocutor junto à Administração, quando exigido, responsabilizando-se pelo atendimento das solicitações e pela solução das ocorrências relacionadas ao fornecimento;
z) Arcar com todos os custos decorrentes de atrasos, falhas de fornecimento, substituições, devoluções ou correções ocasionadas por descumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis;
aa) Observar os princípios da boa-fé, probidade, eficiência e transparência durante toda a execução contratual, abstendo-se de praticar atos que possam comprometer a regularidade da contratação ou causar prejuízos à Administração Pública;
ab) Cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Termo de Referência, da proposta apresentada e do instrumento contratual, responsabilizando-se pela adequada execução do objeto e pelo atendimento das necessidades que motivaram a contratação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações já descritas neste Termo, são ainda obrigações da contratante:

a) Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas, em conformidade com as disposições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

b) Proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias à adequada execução do objeto, disponibilizando as informações, orientações e esclarecimentos indispensáveis ao fornecimento dos produtos contratados;
c) Emitir as respectivas Ordens de Fornecimento ou documentos equivalentes, especificando os produtos solicitados, os quantitativos, os locais de entrega e as demais informações necessárias à execução contratual;
d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por intermédio de servidor ou comissão formalmente designada, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
e) Receber os produtos fornecidos, observando os procedimentos de recebimento provisório e definitivo estabelecidos no art. 140, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e as condições previstas no Termo de Referência;
f) Verificar, no momento do recebimento, a conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas, características, quantitativos, padrões de qualidade e demais exigências estabelecidas na contratação;
g) Proceder à conferência das cortinas, plantas ornamentais, vasos decorativos e casca de pinus, verificando suas condições de conservação, integridade, dimensões, características e adequação às finalidades pretendidas pela Administração;
h) Rejeitar, total ou parcialmente, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações técnicas, condições de qualidade ou demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e no instrumento contratual;
i) Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de quaisquer irregularidades, defeitos, avarias, divergências de quantitativos ou desconformidades identificadas durante a execução contratual, estabelecendo prazo para adoção das providências corretivas cabíveis;
j) Exigir da CONTRATADA a substituição, correção ou regularização dos produtos que apresentarem defeitos ou desconformidades, observados os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência;
k) Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega e de substituição dos produtos, adotando as medidas administrativas necessárias em caso de atraso injustificado ou descumprimento das obrigações contratuais;
l) Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, definindo suas atribuições e responsabilidades, em conformidade com a legislação aplicável;
m) Registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual, por intermédio da fiscalização, determinando as providências necessárias à regularização das falhas identificadas e comunicando à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atribuições;
n) Prestar à CONTRATADA os esclarecimentos necessários à execução do objeto, especialmente quanto às condições de entrega, especificações dos produtos e procedimentos administrativos relacionados ao fornecimento;
o) Permitir o acesso dos representantes da CONTRATADA aos locais indicados para entrega dos produtos, observadas as normas internas de funcionamento, identificação e segurança das instalações públicas;
p) Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos produtos efetivamente fornecidos e regularmente recebidos, nos prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual, após a devida liquidação da despesa e observadas as exigências legais aplicáveis;
q) Conferir e atestar, por intermédio dos agentes competentes, as notas fiscais e demais documentos apresentados pela CONTRATADA, verificando sua correspondência com os produtos efetivamente entregues e aceitos pela Administração;
r) Comunicar formalmente à CONTRATADA eventuais inconsistências identificadas na documentação fiscal apresentada, solicitando as correções necessárias à regular instrução do procedimento de pagamento;
s) Observar a ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

t) Aplicar à CONTRATADA, quando cabíveis, as sanções administrativas previstas no instrumento contratual e na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante procedimento administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
u) Adotar as providências administrativas necessárias à apuração de eventuais descumprimentos contratuais, observando os princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade, motivação e interesse público;
v) Manifestar-se formalmente sobre as solicitações, reclamações e requerimentos relacionados à execução contratual, observados os prazos e as disposições estabelecidos no art. 123 da Lei Federal nº 14.133/2021;
w) Avaliar, quando devidamente solicitadas e justificadas, eventuais necessidades de alteração contratual, observadas as hipóteses e os limites estabelecidos nos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;
x) Assegurar que eventuais alterações das condições de fornecimento sejam formalizadas pelos instrumentos administrativos adequados, vedada a modificação informal das obrigações originalmente pactuadas;
y) Manter organizados e atualizados os documentos relacionados à execução contratual, incluindo Ordens de Fornecimento, notas fiscais, registros de fiscalização, notificações, comprovantes de recebimento e demais documentos pertinentes;
z) Disponibilizar os recursos orçamentários e financeiros necessários ao cumprimento das obrigações assumidas, observadas as normas de direito financeiro e as condições estabelecidas na contratação;
aa) Adotar medidas destinadas à prevenção de irregularidades e à adequada gestão dos riscos relacionados à execução contratual, buscando assegurar a continuidade, a eficiência e a regularidade do fornecimento;
ab) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as decisões administrativas que possam interferir na execução do objeto, especialmente aquelas relacionadas à suspensão do fornecimento, alteração de quantitativos, aplicação de penalidades ou extinção contratual;
ac) Não assumir obrigações que sejam de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, especialmente aquelas relacionadas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ressalvadas as hipóteses de responsabilidade expressamente previstas em lei;
ad) Zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público durante toda a execução contratual;

10. DAS SANÇÕES

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como a prática de quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas no art. 156 da referida Lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
10.2. Constituem infrações administrativas, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Dar causa à inexecução total do contrato;
d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

10.3. Pela prática das infrações administrativas previstas no item anterior, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme a natureza e a gravidade da conduta, as seguintes sanções:

a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração prevista no art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.5. A multa poderá ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações contratuais, observados os seguintes critérios:

a) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor dos produtos não entregues no prazo estabelecido, limitada a 15% (quinze por cento) desse valor;

b) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, nos casos de inexecução parcial do contrato;

c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total;

d) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos produtos entregues em desconformidade, quando a CONTRATADA deixar de providenciar sua substituição no prazo estabelecido, sem prejuízo da obrigação de regularizar o fornecimento.

10.6. As multas previstas neste Termo de Referência deverão observar os limites estabelecidos no art. 156, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, não podendo ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superiores a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, consideradas as disposições do edital e do instrumento contratual.

10.7. A aplicação das multas observará a proporcionalidade da infração, vedada a cobrança cumulativa de penalidades pecuniárias que representem dupla punição pelo mesmo fato, sem prejuízo da possibilidade de aplicação conjunta de multa e outras sanções, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

10.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada às infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo a empresa de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.9. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada às infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às infrações previstas nos incisos II a VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo a empresa de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.10. Na aplicação das sanções administrativas serão considerados, conforme disposto no art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos decorrentes da infração para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11. A aplicação das sanções será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observados os procedimentos e prazos estabelecidos nos arts. 157 e 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.12. Na aplicação da sanção de multa, será facultada à CONTRATADA a apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.13. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade dependerá da instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão constituída nos termos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurado o direito de defesa.

10.14. As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente com a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, conforme disposto no art. 156, § 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.15. Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou da garantia contratual, quando existente, observadas as disposições do art. 156, § 8º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial dos valores remanescentes.

10.16. O atraso injustificado na entrega das bolsas de colostomia e dos kits de placa e bolsa, cujo prazo máximo de fornecimento é de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação da Administração, poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste item, considerando-se a essencialidade dos produtos para a continuidade da assistência aos pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

10.17. A aplicação de sanções administrativas não afasta a possibilidade de extinção contratual, quando configuradas as hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os procedimentos legais pertinentes.

10.18. As penalidades aplicadas serão registradas e divulgadas nos cadastros oficiais competentes, quando exigido pela legislação, observando-se as disposições do art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.19. Os casos omissos relacionados às infrações e sanções administrativas serão resolvidos com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, na regulamentação municipal aplicável e nas demais disposições legais pertinentes.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE

11.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, qualificação econômica-financeira e qualificação técnica são as usuais para a generalidade dos objetos e estão descritas no Edital da DISPENSA DE LICITAÇÃO.

11.2. Previamente à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geralda União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

11.3. **Qualificação Técnica:** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. O Atestado apresentado deve conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado, do Contratante, identificação do objeto e local da prestação dos serviços.

a.1) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o art. 64, da Lei Federal nº 14.133/21.

12. DA DOTAÇÃO

Conforme descrito acima, as despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do ano de 2026:

Unidade	Atividade	Elemento de Despesa	Fontes
1001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2032 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2046 – GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	3.3.9.0.30.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1500 1600

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A presente contratação decorre de dispensa de licitação, devidamente motivada e formalizada nos autos do processo administrativo correspondente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, estando instruída com a documentação exigida pela legislação vigente;

13.1.2 A dispensa de licitação não afasta a observância dos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público;

13.1.3.A contratação somente produzirá efeitos após a assinatura do instrumento contratual ou equivalente, a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento e a comprovação da manutenção das condições de habilitação da Contratada;

13.1.4. O fornecimento ficará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, devidamente empenhada, nos termos da legislação aplicável;

13.1.5 A Administração poderá, a qualquer tempo, anular ou revogar a dispensa, total ou parcialmente, por razões de interesse público devidamente motivadas, ou por ilegalidade, nos termos da legislação vigente, sem que disso resulte direito à indenização, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

13.1.6. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na execução do objeto serão resolvidos pela Contratante, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da legislação correlata e das normas administrativas aplicáveis;
13.1.7.A Contratada declara ter pleno conhecimento das condições estabelecidas neste processo de dispensa, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto contratado, nos termos pactuados;

13.1.8. A eventual tolerância da Administração quanto ao descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais não constituirá novação, renúncia ou precedente, permanecendo válidas e exigíveis todas as condições estabelecidas;

15.1.9. Fica eleito o foro da Comarca de Brumado/BA para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução da contratação, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo disposição legal em sentido diverso.

Brumado – Bahia, 19 de outubro de 2026.

Darlene Lima dos Santos
Técnica Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

APROVO o presente Termo de Referência.

Brumado- BA, 19 de outubro de 2026.

GLEICA PEREIRA CHAVES DOS ANJOS
Secretária Municipal do Fundo Municipal de Saúde
Portaria n.º 102/2026 de 14/07/2026

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR/DECLARAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 083/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0798/2026.

OBJETO: Aquisição de cortinas, com instalação, bem como de artigos de ornamentação, destinados aos diversos órgãos e unidades vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Brumado/BA.

Pelo presente, declaro:

1. QUE não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;

2. QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/Dispensa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3. QUE na sua empresa inexiste servidor e ou dirigente no Município de Brumado;

4. QUE **a proposta apresentada** foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa (**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA).**

Local _____de _____ de 2026.

_____
PROPONENTE INTERESSADO
CPF ASSINATURA

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO Nº
DISPENSA Nº

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em conjunto com o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 13.759.150/0001-25 com sede Avenida Guilherme Dias, nº 280, Bairro Centro, Brumado, Bahia, CEP 46.100-000, neste ato representado por sua gestora, **GLEICA PEREIRA CHAVES DOS ANJOS**, brasileira, maior, portador da cédula de identidade nº 05.***.***-09, expedida pela SSP/BA e cadastrado no CPF nº 826.***.***-30, residente e domiciliado neste Município de Brumado, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, do outro lado**,** a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **.***.***/0001-**, estabelecida xxxxxxxxxxxxxxx no município de XXXXXXXXXX - XXXX, representada XXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade nº ***** expedidor XXXXX e CPF nº ***.xxx.xxx-**, doravante denominado CONTRATADO, resolvem firmar o presente Termo de Contrato, com base no Administrativo n° ****/2026 e Dispensa nº ***/2026, regido no que couber pela Lei Federal n° 14.133/2021, art. 75, inc. II e pelas cláusulas e condições abaixo estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de cortinas, com instalação, bem como de artigos de ornamentação, destinados aos diversos órgãos e unidades vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Brumado/BA, conforme especificações técnicas, quantitativos, condições de execução e demais parâmetros estabelecidos neste instrumento e em seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1. DFD ;
1.2.2. Termo de Referência ;
1.2.3. Proposta da contratado;
1.2.4. Documentação de Habilitação do contratado;

Parágrafo Primeiro: A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, alterações quantitativas como as qualitativas no serviço da presente Dispensa, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Lei nº 14.133/2021, em seu art. 125.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA não poderá transferir o serviço de que trata o presente contrato, nem tampouco, transferir ou caucionar os direitos ou garantias deste contrato, no todo ou em parte.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade	Atividades	Elemento de Despesa	Fontes
1001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2032 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2046 – GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	3.3.9.0.30.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1500 1600

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de até 31 de dezembro de 2026, podendo este ser rescindido ou ter seu prazo prorrogado, de acordo com a necessidade e interesse da administração, na conformidade do estabelecido no artigo 105 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
O valor global deste contrato é de **R$ 00,00 (**********)**, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA, a serem pagos de acordo com a entrega do material.

Parágrafo único: Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os materiais necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

Parágrafo Primeiro: A Ordem Bancária será emitida em nome da **CONTRATADA** para o **Banco XXXXX Agência nº. ****, Conta Corrente nº *****-***.

Parágrafo Segundo: Nos preços ofertados na proposta do Contratado já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes do fornecimento e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

Parágrafo Terceiro - Quando houver erro de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será imediatamente devolvido para substituição e/ou emissão de Nota de Correção, ficando estabelecido que esse intervalo de tempo não seja considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E REAJUSTAMENTO
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

Parágrafo Primeiro: Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP - DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – menos 1 (um) mês), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro: O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações já descritas neste Termo, são ainda obrigações da Contratada:

a) Fornecer os produtos objeto da contratação em estrita conformidade com as especificações técnicas, características, quantitativos, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual;
b) Cumprir rigorosamente os prazos, locais e condições de entrega estabelecidos pela Administração, observando as Ordens de Fornecimento emitidas pelo setor competente;
c) Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos produtos, garantindo que sejam entregues em perfeitas condições de utilização, conservação, funcionamento e apresentação, conforme a natureza e as características de cada item;
d) Fornecer cortinas, plantas ornamentais, vasos decorativos e casca de pinus em conformidade com as especificações exigidas, assegurando a qualidade dos materiais, a adequação das dimensões e a compatibilidade dos produtos com as finalidades pretendidas pela Administração;
e) Garantir que as cortinas sejam fornecidas com as dimensões, composição, acabamento e características de bloqueio de luminosidade estabelecidas no Termo de Referência, livres de manchas, rasgos, defeitos de fabricação ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização;
f) Assegurar que as plantas ornamentais apresentem características compatíveis com as especificações contratadas, especialmente quanto ao modelo, altura, aparência, estrutura e condições de conservação, não sendo admitidos produtos danificados ou inadequados à finalidade decorativa;
g) Fornecer os vasos ornamentais com as dimensões, materiais, acabamento e demais características exigidas, livres de trincas, rachaduras, quebras, deformações ou outros defeitos que comprometam sua resistência, estabilidade, segurança ou aparência;
h) Garantir que a casca de pinus seja fornecida em condições adequadas de conservação e acondicionamento, livre de materiais estranhos, contaminações ou deteriorações que prejudiquem sua utilização;
i) Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas ao fornecimento dos produtos, incluindo transporte, frete, carregamento, descarregamento, embalagens, tributos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais custos necessários à execução integral do objeto contratado;
j) Realizar o transporte dos materiais em condições adequadas, adotando medidas necessárias para preservar sua integridade, qualidade e características originais até o local indicado pela Administração;
k) Proceder à entrega dos produtos devidamente acondicionados e protegidos, de modo a evitar danos, avarias, deteriorações ou perdas durante o transporte, manuseio e descarregamento;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

l) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os produtos que apresentarem defeitos, avarias, irregularidades ou desconformidades com as especificações contratuais, nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021;
m) Providenciar a substituição dos produtos rejeitados pela fiscalização no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação formal, sem qualquer custo adicional para a Administração;
n) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento dos produtos, observadas as disposições da legislação aplicável e do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021;
o) Comunicar formalmente à Administração, com a devida antecedência e justificativa, quaisquer fatos ou circunstâncias que possam comprometer o cumprimento dos prazos ou das demais obrigações assumidas;
p) Atender prontamente às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato, prestando os esclarecimentos e informações necessários ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual;
q) Facilitar o exercício da fiscalização pela Administração, permitindo a conferência dos produtos fornecidos e disponibilizando, quando solicitados, documentos e informações relacionados ao cumprimento das obrigações contratuais;
r) Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na contratação, conforme disposto no art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
s) Cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos decorrentes da execução contratual, não transferindo à Administração responsabilidades que legalmente lhe sejam atribuídas;
t) Emitir e apresentar as notas fiscais correspondentes aos produtos efetivamente fornecidos, contendo a descrição dos itens, os quantitativos, os valores e as demais informações necessárias à conferência, liquidação e pagamento da despesa;
u) Não fornecer produtos com características inferiores às estabelecidas no Termo de Referência, sendo vedada a substituição de marcas, modelos, materiais ou especificações sem prévia autorização da Administração, quando a alteração depender de sua anuência;
v) Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência de sua atuação na execução contratual, não sendo essa responsabilidade excluída ou reduzida pela fiscalização exercida pelo contratante;
w) Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, a execução das obrigações contratuais, salvo nas hipóteses de subcontratação expressamente admitidas no instrumento convocatório ou contratual, observadas as disposições legais aplicáveis;
x) Cumprir as normas de segurança, saúde e proteção ambiental aplicáveis às atividades de fornecimento, transporte, manuseio e entrega dos produtos, adotando medidas destinadas à prevenção de acidentes e danos;
y) Manter representante ou preposto devidamente identificado para atuar como interlocutor junto à Administração, quando exigido, responsabilizando-se pelo atendimento das solicitações e pela solução das ocorrências relacionadas ao fornecimento;
z) Arcar com todos os custos decorrentes de atrasos, falhas de fornecimento, substituições, devoluções ou correções ocasionadas por descumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis;
aa) Observar os princípios da boa-fé, probidade, eficiência e transparência durante toda a execução contratual, abstendo-se de praticar atos que possam comprometer a regularidade da contratação ou causar prejuízos à Administração Pública;
ab) Cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Termo de Referência, da proposta apresentada e do instrumento contratual, responsabilizando-se pela adequada execução do objeto e pelo atendimento das necessidades que motivaram a contratação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações já descritas neste Termo, são ainda obrigações da contratante:

a) Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas, em conformidade com as disposições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual;
b) Proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias à adequada execução do objeto, disponibilizando as informações, orientações e esclarecimentos indispensáveis ao fornecimento dos produtos contratados;
c) Emitir as respectivas Ordens de Fornecimento ou documentos equivalentes, especificando os produtos solicitados, os quantitativos, os locais de entrega e as demais informações necessárias à execução contratual;
d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por intermédio de servidor ou comissão formalmente designada, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
e) Receber os produtos fornecidos, observando os procedimentos de recebimento provisório e definitivo estabelecidos no art. 140, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e as condições previstas no Termo de Referência;
f) Verificar, no momento do recebimento, a conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas, características, quantitativos, padrões de qualidade e demais exigências estabelecidas na contratação;
g) Proceder à conferência das cortinas, plantas ornamentais, vasos decorativos e casca de pinus, verificando suas condições de conservação, integridade, dimensões, características e adequação às finalidades pretendidas pela Administração;
h) Rejeitar, total ou parcialmente, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações técnicas, condições de qualidade ou demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e no instrumento contratual;
i) Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de quaisquer irregularidades, defeitos, avarias, divergências de quantitativos ou desconformidades identificadas durante a execução contratual, estabelecendo prazo para adoção das providências corretivas cabíveis;
j) Exigir da CONTRATADA a substituição, correção ou regularização dos produtos que apresentarem defeitos ou desconformidades, observados os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência;
k) Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega e de substituição dos produtos, adotando as medidas administrativas necessárias em caso de atraso injustificado ou descumprimento das obrigações contratuais;
l) Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, definindo suas atribuições e responsabilidades, em conformidade com a legislação aplicável;
m) Registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual, por intermédio da fiscalização, determinando as providências necessárias à regularização das falhas identificadas e comunicando à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atribuições;
n) Prestar à CONTRATADA os esclarecimentos necessários à execução do objeto, especialmente quanto às condições de entrega, especificações dos produtos e procedimentos administrativos relacionados ao fornecimento;
o) Permitir o acesso dos representantes da CONTRATADA aos locais indicados para entrega dos produtos, observadas as normas internas de funcionamento, identificação e segurança das instalações públicas;
p) Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos produtos efetivamente fornecidos e regularmente recebidos, nos prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual, após a devida liquidação da despesa e observadas as exigências legais aplicáveis;
q) Conferir e atestar, por intermédio dos agentes competentes, as notas fiscais e demais documentos apresentados pela CONTRATADA, verificando sua correspondência com os produtos efetivamente entregues e aceitos pela Administração;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

r) Comunicar formalmente à CONTRATADA eventuais inconsistências identificadas na documentação fiscal apresentada, solicitando as correções necessárias à regular instrução do procedimento de pagamento;
s) Observar a ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;
t) Aplicar à CONTRATADA, quando cabíveis, as sanções administrativas previstas no instrumento contratual e na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante procedimento administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
u) Adotar as providências administrativas necessárias à apuração de eventuais descumprimentos contratuais, observando os princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade, motivação e interesse público;
v) Manifestar-se formalmente sobre as solicitações, reclamações e requerimentos relacionados à execução contratual, observados os prazos e as disposições estabelecidos no art. 123 da Lei Federal nº 14.133/2021;
w) Avaliar, quando devidamente solicitadas e justificadas, eventuais necessidades de alteração contratual, observadas as hipóteses e os limites estabelecidos nos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;
x) Assegurar que eventuais alterações das condições de fornecimento sejam formalizadas pelos instrumentos administrativos adequados, vedada a modificação informal das obrigações originalmente pactuadas;
y) Manter organizados e atualizados os documentos relacionados à execução contratual, incluindo Ordens de Fornecimento, notas fiscais, registros de fiscalização, notificações, comprovantes de recebimento e demais documentos pertinentes;
z) Disponibilizar os recursos orçamentários e financeiros necessários ao cumprimento das obrigações assumidas, observadas as normas de direito financeiro e as condições estabelecidas na contratação;
aa) Adotar medidas destinadas à prevenção de irregularidades e à adequada gestão dos riscos relacionados à execução contratual, buscando assegurar a continuidade, a eficiência e a regularidade do fornecimento;
ab) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as decisões administrativas que possam interferir na execução do objeto, especialmente aquelas relacionadas à suspensão do fornecimento, alteração de quantitativos, aplicação de penalidades ou extinção contratual;
ac) Não assumir obrigações que sejam de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, especialmente aquelas relacionadas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ressalvadas as hipóteses de responsabilidade expressamente previstas em lei;
ad) Zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público durante toda a execução contratual;

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 A execução do contrato/ata de registro de preço deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal do contrato a Servidora Sra. Gláucia Lima Pessoa, matrícula 13187, conforme portaria nº 143/2026, nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021 e este deverá acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato/ata de registro de preço, indicando o que for necessário à regularização

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O licitante e/ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste edital e na legislação aplicável.

9.2. Comete infração administrativa o licitante/contratado que, com dolo ou culpa:

9.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não apresentar qualquer documento solicitado pela Administração (art. 155, IV, da Lei nº 14.133/2021).

9.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta (art. 155, V, da Lei nº 14.133/2021), em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigido;

c) pedir para ser desclassificado após encerrada a etapa competitiva;

d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

9.2.3. Não celebrar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta (art. 155, VI, da Lei nº 14.133/2021).

9.2.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (art. 155, VIII, da Lei nº 14.133/2021).

9.2.5. Fraudar a licitação (art. 155, IX, da Lei nº 14.133/2021).

9.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, X, da Lei nº 14.133/2021), em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar equipamento usado, falsificado, com defeito ou em desacordo com as especificações.

9.2.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art. 155, XI, da Lei nº 14.133/2021).

9.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (art. 155, XII, da Lei nº 14.133/2021).

9.3. Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante/contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa compensatória e moratória;
- impedimento de licitar e contratar com a Administração;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente ou não à penalidade de multa, conforme a gravidade da infração cometida.

SANÇÃO DE MULTA COMPENSATÓRIA

9.4. A multa compensatória será aplicada nos seguintes percentuais:

Infração (Subitens)	Percentual da multa
9.2.1. 9.2.2.	de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação
9.2.3.	de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação
9.2.4. 9.2.5. 9.2.6. 9.2.7. 9.2.8.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação

9.4.1. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Município de Brumado/BA, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

9.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Brumado/BA, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
9.2.1.	impedimento pelo período de até três meses.
9.2.2. 9.2.3.	impedimento pelo período de até quatro meses

SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

9.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.2.4, 8.2.5, 8.2.6, 8.2.7 e 8.2.8, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

Infração (Subitens)	Pena
9.2.4. 9.2.7.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
9.2.5. 9.2.6. 9.2.8.	declaração de inidoneidade de até seis anos

9.6.1. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 8.6 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo Sancionador.

9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.1. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.2. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

10.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 132 da Lei nº 14.133/2021, vedada a modificação do objeto, conforme artigo 126 do mesmo diploma legal.

Parágrafo Único: A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS PADRÕES DE QUALIDADE.

Quaisquer serviços que não atendam os padrões de qualidade serão recusados, não sendo, inclusive, objeto de faturamento enquanto perdurarem os motivos determinantes da recusa, sujeitando-se ainda à CONTRATADA à aplicação de sanções administrativas, correspondentes aos atrasos no cronograma de execução não justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O presente Termo de Contrato integra o processo administrativo e orienta o fornecimento de cortinas, com instalação, bem como de artigos de ornamentação, destinados aos diversos órgãos e unidades vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Brumado/BA, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A participação no procedimento implica plena ciência e aceitação das condições, especificações e obrigações previstas neste Termo de Referência, nos anexos, no contrato e na legislação aplicável.

13.3. As comunicações relativas à execução dos serviços deverão ocorrer preferencialmente por meio oficial, assegurando a formalização dos atos.

13.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

13.5. Eventuais ajustes na execução do objeto somente poderão ocorrer mediante formalização contratual, sendo vedadas alterações informais.

13.6. A Administração poderá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF nº 14.105.704/0001-33

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da cidade de Brumado - Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, de igual teor e forma vai assinado pelas partes contratantes.

Brumado – Bahia, ** de ****** de 202*.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ. 13.759.150/0001-25
GLEICA PEREIRA CHAVES DOS ANJOS – SECRETÁRIA
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: **.***.***/0001-**
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CONTRATADO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO N. 065/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0809/2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP:
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DE BRUMADO/BA, por meio da Comissão de Contratação

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DE BRUMADO/BA.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOCAL E DATA PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA DISPUTA

Início de acolhimento de propostas: dia 21/10/2026.
Recebimento de Propostas: até as 07h00min do dia 05/11/2026.
Início da sessão de disputa de lances: às 08h30min do dia 05/11/2026.

ENDEREÇO ELETRÔNICO:
Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos https://bnccompras.com ou por e-mail: semad_licitacao@brumado.ba.gov.br

OBJETO:
Futura e eventual contratação de Empresa especializada para a produção e o fornecimento, sob demanda, de materiais e serviços gráficos, impressos, personalizados, de comunicação visual, identificação, apoio institucional e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Brumado/BA e de suas unidades, serviços, programas e projetos vinculados, conforme Termo de Referência, Edital e seus anexos.

VALOR ESTIMADO:
Sigiloso para evitar que as propostas ou lances sejam feitos apenas com base no valor fixado pela administração, incentivando assim propostas mais competitivas e realistas economicamente, conforme item 13 do edital.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor lance por lote

MODO DE DISPUTA:
Aberto e Fechado

AMOSTRA:
Não será exigido amostra

ME/EPP/EQUIPARADAS:
Não existem lotes/itens reservados e/ou exclusivos para as empresas enquadradas como ME /EPP/EQUIPARADAS

PROGRAMA DE INTEGRIDADE:
Não será exigida a implantação de programa de integridade

EQUIPE DE PREGÃO RESPONSÁVEL:
- **Nome do(a) Pregoeiro(a)**: EDINEIDE LOUSADO DE ALMEIDA DE OLIVEIRA
- **E-mail:** semad_licitacao@brumado.ba.gov.br
- **Endereço**: Avenida Guilherme Dias, nº 280, Bairro Centro, no Município de **BRUMADO/BA.**

LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:
- Lei Federal nº 14.133/2021; Lei Complementar Federal nº 123/2006;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o **Registro de Preços** para contratação de Empresa especializada para a produção e o fornecimento, sob demanda, de materiais e serviços gráficos, impressos, personalizados, de comunicação visual, identificação, apoio institucional e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Brumado/BA e de suas unidades, serviços, programas e projetos vinculados, conforme Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será menor preço por lote, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e nas condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.

1.5. O valor previamente estimado da contratação da presente licitação está indicado no Termo de Referência **ANEXO I**.

2. DA AMPLA CONCORRÊNCIA

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atendam aos requisitos do Edital.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. DO CREDENCIAMENTO:

3.1.1. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio https://bnccompras.com

3.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

3.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. DAS VEDAÇÕES:

3.2.1. Não poderá participar desta licitação:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) Pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observado o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas, a ser editado pelo Poder Executivo.

c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

e) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f) Diretamente ou indiretamente, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, bem como a empresa da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, sendo que tal proibição também se aplica aos seus parentes em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, bem como àqueles que mantêm relacionamento afetivo público e notório com os servidores e dirigentes de todos os órgãos e entidades promotores, participantes da licitação, bem como contratantes;

g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

h) Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória;

i) Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

j) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que não tenham observado o disposto no subitem 3.4 deste Edital.

3.2.2. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:

3.3.1. **NÃO** será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo;

3.4. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:

3.4.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

4. DO ACESSO AO SISTEMA E DA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS

4.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico denominado https://bnccompras.com, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do credenciado.

4.1.1. As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas pelo E-mail: semad_licitacao@brumado.ba.gov.br

4.1.2. O licitante enquadrado como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparada deverá se identificar em campo próprio do sistema eletrônico, e declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2.1. O licitante que não se identificar no campo próprio do sistema eletrônico como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas ficará impedido de participar dos itens/lotes exclusivos e da cota reservada, se houver, e não poderá fazer uso do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.2.2. Para os fins do disposto no subitem 4.1.2 deste Edital, considera-se como “equiparada” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta e os respectivos documentos solicitados para esta etapa procedimental (indicados no subitem 5.2 deste Edital) **necessariamente antes da data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública**.

4.2.1. Os documentos relacionados à fase de habilitação (item 07) devem ser apresentados apenas naquela etapa procedimental, conforme disposto no subitem 7.2 deste Edital.

4.2.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os respectivos documentos anteriormente inseridos no sistema, desde que antes da data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

4.2.3. Os documentos que compõem a proposta somente serão disponibilizados para avaliação dO(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

4.3. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo aO(a) Pregoeiro(a)(a) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Caberá à licitante interessada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Caberá à licitante interessada comunicar imediatamente, por escrito, ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. As propostas de preços serão efetuadas via sistema eletrônico, devidamente preenchidos os campos disponíveis conforme as regras abaixo:

a) Valores unitários e total global, em moeda corrente nacional, cotados com apenas duas casas decimais, expressos em algarismos;

b) Devem informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a sua apresentação. No caso de o prazo de validade ser omitido na proposta, O(a) Pregoeiro(a) considerará o prazo acima mencionado;

c) Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, uma única marca por item ofertado, devendo o modelo ser discriminado quando pertinente;

5.1.1. O licitante **não poderá se identificar** no preenchimento da proposta de que trata o subitem 5.1 deste Edital.

5.1.2. As especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

5.1.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.2. Dos documentos a serem anexados com a proposta

5.2.1. Deverão ser anexados via sistema eletrônico (anexos da proposta) os documentos abaixo relacionados, podendo ser inseridos item a item ou selecionada a opção “marcar todos”, para inserir a documentação de todos os itens com proposta:

I. Declaração firmada pelo licitante de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

II. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no subitem 3.4 deste Edital.

5.3. GARANTIA DA PROPOSTA

5.3.1. Não será exigido seguro garantia para o presente processo.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA apresentação de propostas e lances, ENCERRAMENTO DA SESSÃO, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O(a) Pregoeiro(a) verificará a descrição do objeto ofertado, nos termos do subitem 5.1, alínea “c”, deste Edital, e desclassificará sumariamente:

a) As propostas cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos no item 5;

b) As propostas cuja descrição do objeto identifique a licitante.

6.2.1. Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela licitante, O(a) Pregoeiro(a) ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos acerca do material ofertado.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

6.3. A desclassificação sumária da proposta será fundamentada, registrada no sistema e disponibilizada em tempo real para todos os participantes.

6.4. A apresentação de proposta acima do orçamento estimado para a contratação não resultará na desclassificação sumária de que trata o item 6.2, ficando a referida análise relegada à fase seguinte à apresentação de lances, se houver, e/ou posterior à negociação.

6.5. A não desclassificação sumária da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O(a) Pregoeiro(a) e as licitantes.

DOS LANCES

6.8. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total de cada lote.

6.8.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.8.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior **ao último por ela ofertado** e registrado pelo sistema.

6.8.5. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for registrado em primeiro lugar.

6.8.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 10,00 (dez reais).

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

6.8.7. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

DO MODO DE DISPUTA

6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto e fechado",** em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.9.1, o sistema abrirá oportunidade para que a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 6.9.2, poderão as autoras dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens 6.9.2 e 6.9.3, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.9.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens 6.9.2 e 6.9.3, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.6. Poderá O(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, no caso de nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

6.10. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos seus lances.

6.11. Retornando a conexão do(a) Pregoeiro(a) ao sistema, todos os atos praticados pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.

6.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e a ocorrência será registrada em ata.

DO CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.13. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.14. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para estas.

6.14.1. Considera-se como “equiparadas” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

6.14.2. Entende-se por empate, situações em que as propostas, mediante lances apresentados pelas MEs, EPPs e equiparadas sejam iguais ou até de 5% (por cento) superiores ao melhor preço, quando a primeira colocada for empresa de maior porte.

6.14.2. A preferência de contratação será concedida da seguinte forma:

a) Ocorrendo o empate, a ME, EPP ou equiparada melhor classificada nos termos do subitem 6.14 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados após a comunicação para tanto.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

b) Caso a ME, EPP ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo da alínea “a”, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido na alínea “a”.

6.14.3. O tratamento diferenciado de que trata o subitem 6.14 não será aplicado às licitações cujo item seja de valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ainda que as potenciais beneficiárias sejam qualificadas como ME, EPP ou equiparada.

6.14.4. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada não poderá fazer uso do tratamento diferenciado de que trata o subitem 6.14 se no ano-calendário de realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.15. Após aplicada a regra do subitem anterior e persistindo o empate, ou, caso não seja licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida.

6.16. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

DA NEGOCIAÇÃO

6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, caso a proposta/lance do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar esteja acima do valor estimado da contratação, O(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas.

6.17.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.2. A negociação de que trata o subitem 6.17 deste Edital poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor estimado da contratação.

6.17.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ULTIMO LANCE OFERTADO

6.18. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar proposta adequada ao último lance ofertado, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação, devidamente preenchida e assinada, para fins de exame de aceitabilidade do preço, enviando-a para o e-mail a ser informado durante a sessão, **no prazo MÁXIMO de 02 (duas) horas,** contadas a partir da solicitação dO(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação.

6.18.1. A sessão PODERÁ ser suspensa para aguardo da proposta de preços, cabendo aO(a) Pregoeiro(a) informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.19. Encerrada a etapa de negociação (subitem 6.17) e apresentada a proposta adequada (subitem 6.18), se for o caso, O(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da proposta do licitante provisoriamente vencedor quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço.

6.19.1. Serão desclassificadas as propostas que:

I - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus anexos;

II - Apresentarem preços inexequíveis;

III - Permanecerem acima do valor estimado da contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Contiverem vícios insanáveis;

VI - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.19.2. Para os fins do disposto nos incisos V e VI do subitem 6.19.1, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

I – A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - O desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

III - Aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;

IV - A atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

V – A juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou

VI – A juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

6.19.2.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 6.19.2 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

6.19.3. No caso de apresentação de proposta inexequível (inciso IV do subitem 6.19.1), o(a) Pregoeiro(a), para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:

a) Apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

b) Solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

6.19.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 6.19.2.1 e subitem 6.19.3, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hrs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.20. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

6.20.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedora for desclassificada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 6.13.

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

6.21. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

6.21.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

6.21.1.1. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

6.21.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

6.21.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

6.21.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.21.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.21.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

6.21.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

6.21.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

6.21.6.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.21.6.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.22. Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após o término do julgamento das propostas, manifestar em campo próprio do sistema sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas nessa fase processual, sob pena de preclusão**.

6.22.1. Ao término do julgamento das propostas, será concedido na sessão pública o prazo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 6.22, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

6.22.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

6.23. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação da licitante classificada em primeiro lugar e **dos aderentes de preços, se houver**, observado o disposto neste edital.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

7.1.2. A consulta aos cadastros referidos no subitem 7.1 será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

7.1.3. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará a licitante inabilitada por falta de condição de participação.

7.1.4. Caso o(a) Pregoeiro(a) identifique que uma pessoa física ou jurídica atua em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, deverá observar o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas a ser editado pelo Poder Executivo.

DAS REGRAS GERAIS DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.2. Superada a consulta de que trata o subitem 7.1 deste Edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**, anexo I deste Edital, via sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação dO(a) Pregoeiro(a).

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório, observado o disposto no subitem 13.2 deste Edital.

7.4. A verificação pelO(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5. As exigências de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Para fins de assinatura da ata de registro de preço, os documentos exigidos para a habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.7.1. Para os fins previstos no subitem 7.7 deste Edital, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para:

I - Sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante;

II – A juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

7.7.2. O(a) Pregoeiro(a) poderá determina a realização das diligências de que tratam os subitens 7.7 e 7.7.1 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

7.7.3. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de inabilitação.

7.7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.8. Compete ao(à) Pregoeiro(a) verificar e julgar as condições de habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, oportunidade em que deverá promover:

I – A conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor;

II –A emissão na sessão pública de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprove a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação, independentemente da apresentação de certidão ainda válida pelo licitante.

7.8.1. A emissão de que trata o inciso II do subitem 7.8 deste Edital fica dispensada na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

do pagamento de taxa pela Administração Pública.

7.8.2 Quaisquer das circunstâncias a que se referem o subitem 7.8.1 deverão ser registradas na ata de sessão pública e comprovadas no processo administrativo por meio de documentos.

7.8.3. Caso a emissão de novo documento de que trata o inciso II do subitem 7.8 indique a irregularidade fiscal e trabalhista do licitante na data da realização da sessão pública, será declarada a sua inabilitação, salvo na hipótese de licitante caracterizado como Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas, ao qual será ofertado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comprovar a regularização, conforme determina o art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.8.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedor for inabilitada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 6.14.

7.10. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

7.11. Após o encerramento da fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) disponibilizará no sistema, os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor e aqueles oriundos das diligências promovidas em cumprimento aos subitens 7.4, 7.6 e 7.7 deste Edital.

7.12. Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após a declaração do vencedor do certame (subitem 7.10), manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão**.

7.12.1. Após a declaração do vencedor do certame, será concedido na sessão pública o prazo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 7.12, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

7.12.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS PELOS LICITANTES NA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.13. Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar as seguintes declarações ou gerá-las em campo próprio do Sistema https://bnccompras.com

I - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
II - Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, empregados menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, observadas as seguintes disposições:
I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, na forma e no prazo previsto nos subitens 6.24 e 7.12 deste Edital, **sob pena de preclusão**;
II – O prazo para apresentação das razões recursais, é de 03 (três) dias úteis, será iniciado na sessão pública em que o licitante for declarado vencedor do certame (subitem 7.10 deste Edital);
III – A apreciação e julgamento dos recursos interpostos em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante se dará em fase única.

8.2. A não apresentação das razões mencionadas no prazo descrito no item II do subitem 8.1 acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese dos motivos apresentadas em sede da manifestação de recorrer de que tratam os subitens 6.24 e 7.12 deste Edital.

8.2.1. Na hipótese de que trata o subitem 8.2, o recurso não será conhecido caso não seja possível compreender as razões indicadas pelo licitante, tenha caráter meramente protelatório, ou seja baseado em fatos genéricos.

8.3. Os demais licitantes, desde logo, ficam intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do licitante recorrente.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

8.4. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos nos itens anteriores.

8.5. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

8.6. O recurso de que trata o subitem 8.1 deste Edital será dirigido ao(à) Pregoeiro(a) que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6.1. A autoridade competente poderá solicitar auxilio do órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas jurídicas e subsidiá-la com as informações necessárias.

8.6.2. O prazo para proferir a decisão ficará suspenso caso a autoridade competente solicite o auxílio de que trata o subitem 8.6.1.

8.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o(a) Pregoeiro(a) deverá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

9.2. O processo licitatório, acompanhado do relatório de que trata o subitem 9.1, será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, a qual deverá adotar uma das condutas descritas no item anterior.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.8. Depois de assinada a Ata de Registro de Preço, as contratações eventualmente formalizadas pelo órgão ou entidade participante deverão observar o disposto naquele instrumento jurídico, bem como respeitar as condições e requisitos constantes no Termo de Referência.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO POR "NÃO PARTICIPANTES"

10.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, desde que cumpridos os requisitos descritos no §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. As sansões são aquelas previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA, anexo a este Edital**.

DA APLICAÇÃO DA SANÇÃO

11.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa poderá, **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame,** impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

12.2. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser enviadas **exclusivamente em campo próprio do Sistema** https://bnccompras.com

12.3. Compete ao(à) Pregoeiro(a) receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e decidir as impugnações.

12.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
12.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

12.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações vincularão os participantes e a Administração.

12.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

13. DO VALOR SIGILOSO

13.1. Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, será adotado o sigilo do orçamento estimado da presente contratação até a conclusão da fase de julgamento das propostas, como medida destinada a preservar a competitividade do certame e favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13.2. Dessa forma, o orçamento estimado permanecerá restrito aos agentes públicos diretamente envolvidos no planejamento, instrução e condução do processo licitatório, sendo divulgado somente após o encerramento da fase de julgamento das propostas, observadas as disposições legais aplicáveis.

13.3. A adoção do sigilo orçamentário justifica-se pela necessidade de evitar que os licitantes utilizem o valor previamente estimado pela Administração como parâmetro para formulação de propostas próximas ao limite orçamentário do certame, circunstância que poderia reduzir a efetiva competitividade e comprometer a obtenção de condições mais vantajosas para o Poder Público.

13.4. Ressalta-se que o sigilo do orçamento não compromete a transparência nem o controle da contratação, uma vez que a estimativa permanecerá devidamente registrada, fundamentada e documentada nos autos do processo administrativo, com acesso assegurado aos órgãos de controle interno e externo, e será oportunamente divulgada após a fase de julgamento das propostas.

13.5. Dessa forma, a adoção do orçamento sigiloso constitui medida legítima de gestão da contratação pública, voltada à ampliação da competitividade, à proteção da estratégia administrativa de contratação e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Todas as referências de tempo estabelecidas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília.

14.2. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico e/ou apresentado em formato legível.

14.2.1. É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujos documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

14.2.2. Ao participar da presente licitação, os licitantes assumem integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da lei, por qualquer irregularidade constatada.

14.2.3. Caso o(a) Pregoeiro(a) julgue necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio do sistema eletrônico poderá ser verificada:
I - Mediante apresentação de original perante o(a) Pregoeiro(a) ou os servidores que compõem a sua equipe de apoio;
II – Por meio de autenticação por cartório competente;
III – Por meio de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
IV – Perante publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no site oficial do órgão emissor.

14.3. As declarações da empresa licitante solicitadas no edital deverão ser assinadas e identificadas (nome completo, RG e CPF) pelo representante legal ou pelo procurador por ele constituído, não havendo a necessidade de autenticação do documento.

14.3.1. No caso de documentação assinada por procurador, o(a) Pregoeiro(a) solicitará na sessão o envio da procuração outorgada pelo representante legal da licitante, devidamente autenticado por cartório competente, ou assinada digitalmente por meio de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

14.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

14.8. As informações inerentes a este pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, na Sala de Licitação, localizada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, na Avenida Guilherme Dias, nº 280, Bairro Centro, no Município de **BRUMADO/BA**, CEP 46.100-000, das 8h às 12h, das 14h às 17hs.

14.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereços eletrônicos https://bnccompras.com ou por e-mail: semad_licitacao@brumado.ba.gov.br

14.9.1. A cópia do Edital e seus Anexos poderá ser retirada junto à Comissão de Contratação, mediante apresentação do recolhimento da taxa de reprodução, proporcional ao número de cópias.

14.10. Fica eleito o foro da cidade de **BRUMADO/BA**, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

14.11. Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO;
ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.
ANEXO V – MODELOS DE DECLARAÇÕES (A, B, C, D, E).

BRUMADO/BA, em 20 de outubro de 2026.

EDINEIDE LOUSADO DE ALMEIDA DE OLIVEIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa ou empresas especializadas para a produção e o fornecimento, sob demanda, de materiais e serviços gráficos, impressos, personalizados, de comunicação visual, identificação, apoio institucional e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Brumado/BA e de suas unidades, serviços, programas e projetos vinculados.

A contratação compreende a produção, impressão, personalização, acabamento, montagem, encadernação, acondicionamento, transporte e entrega dos materiais e a execução dos serviços especificados neste Termo de Referência, conforme os quantitativos estimados, as ordens de fornecimento/serviço e as artes e conteúdos aprovados pela Administração, quando aplicável.

Os materiais e serviços destinam-se ao suporte das atividades administrativas, institucionais e socioassistenciais, incluindo ações de comunicação visual, identificação, divulgação de serviços e benefícios, orientação aos usuários, campanhas, projetos, reuniões, capacitações, eventos, mobilizações comunitárias e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e suas unidades vinculadas.

1.1.2. Vedação à participação de consórcios

Para a presente contratação, não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

A vedação fundamenta-se na natureza do objeto, composto por materiais e serviços gráficos comuns, com especificações objetivamente definíveis e amplamente executados por empresas do setor. A contratação não apresenta complexidade técnica ou operacional que demande, como condição necessária, a conjugação de esforços entre diferentes empresas para sua execução.

O mercado dispõe de empresas de produção gráfica, comunicação visual, personalização e fornecimento de materiais correlatos aptas a executar individualmente os lotes definidos neste Termo de Referência. A admissão de consórcios poderia aumentar a complexidade da gestão contratual quanto à definição de responsabilidades, aprovação de artes, controle de produção, entregas e correção de desconformidades, sem que exista necessidade técnica que justifique tal modelo de participação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

Dessa forma, considerando a natureza comum do objeto, a estrutura do mercado fornecedor e a necessidade de assegurar simplicidade, eficiência e objetividade na execução e fiscalização contratual, entende-se adequada a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio.

1.1.3. DO SIGILO ORÇAMENTÁRIO

Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, será adotado o sigilo do orçamento estimado da presente contratação até a conclusão da fase de julgamento das propostas, como medida destinada a preservar a competitividade do certame e favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, o orçamento estimado permanecerá restrito aos agentes públicos diretamente envolvidos no planejamento, instrução e condução do processo licitatório, sendo divulgado somente após o encerramento da fase de julgamento das propostas, observadas as disposições legais aplicáveis.

A adoção do sigilo orçamentário justifica-se pela necessidade de evitar que os licitantes utilizem o valor previamente estimado pela Administração como parâmetro para formulação de propostas próximas ao limite orçamentário do certame, circunstância que poderia reduzir a efetiva competitividade e comprometer a obtenção de condições mais vantajosas para o Poder Público.

Ressalta-se que o sigilo do orçamento não compromete a transparência nem o controle da contratação, uma vez que a estimativa permanecerá devidamente registrada, fundamentada e documentada nos autos do processo administrativo, com acesso assegurado aos órgãos de controle interno e externo, e será oportunamente divulgada após a fase de julgamento das propostas.

Dessa forma, a adoção do orçamento sigiloso constitui medida legítima de gestão da contratação pública, voltada à ampliação da competitividade, à proteção da estratégia administrativa de contratação e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

1.1.4. Este Termo de Referência integra o processo de planejamento da contratação e deverá ser interpretado de forma sistemática e complementar ao Documento de Formalização de Demanda (DFD), ao Estudo Técnico Preliminar (ETP), à pesquisa de preços, ao mapa de riscos e aos demais documentos que instruem o processo administrativo, os quais fundamentam a necessidade administrativa, a viabilidade técnica e econômica da solução e a adequação do objeto ao interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

1.1.5. A execução do objeto deverá observar os princípios que regem as contratações públicas, especialmente os da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, competitividade, julgamento objetivo, segurança jurídica, sustentabilidade e interesse público, constituindo o presente Termo de Referência o instrumento técnico destinado a orientar a produção e o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços, a aprovação de artes e provas quando aplicável, o recebimento, a gestão contratual, a fiscalização, a correção de desconformidades e as demais obrigações necessárias ao adequado atendimento das atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Brumado/BA.

2. DA JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Brumado/BA de dispor de materiais e serviços gráficos necessários ao desenvolvimento de suas atividades administrativas, institucionais e socioassistenciais, assegurando suporte adequado à comunicação com os usuários, à divulgação de serviços e benefícios, à identificação de equipes e participantes e à realização das ações desenvolvidas ao longo do exercício.

A Secretaria desenvolve atividades permanentes de atendimento, orientação, acompanhamento, proteção social, mobilização comunitária, divulgação de informações, campanhas, projetos, reuniões, capacitações e eventos, inclusive no âmbito do CRAS, CREAS, Cadastro Único, Programa Bolsa Família e demais unidades, serviços, programas e projetos vinculados, circunstâncias que demandam materiais gráficos com qualidade, padronização e disponibilidade compatível com as necessidades efetivamente apresentadas.

Nesse contexto, a produção externa especializada, sob demanda, mostra-se adequada para viabilizar folders, folhetos, blocos, envelopes, crachás, pulseiras de identificação, banners, faixas, backdrops, adesivos, totens, displays, canetas e chaveiros personalizados, carimbos e componentes, encadernações, cadernos, certificados, impressões e demais itens previstos, sem necessidade de implantação e manutenção de parque gráfico próprio pelo Município.

A solução permite o atendimento de diferentes processos de impressão, personalização, corte, gravação, acabamento, montagem e encadernação, utilizando a capacidade técnica e produtiva disponível no mercado especializado, com execução vinculada às solicitações efetivamente emitidas pela Administração.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

O atendimento sob demanda contribui para evitar produção antecipada de materiais personalizados, reduzir desperdícios, preservar a atualidade de datas, textos, imagens e identidades visuais e compatibilizar o desembolso com as necessidades concretas das ações administrativas e socioassistenciais.

A padronização das especificações, o fluxo de aprovação de artes e a conferência dos materiais e serviços executados contribuem para maior qualidade, uniformidade da comunicação institucional e redução de retrabalhos ou perdas decorrentes de desconformidades.

Dessa forma, a contratação assegura disponibilidade contínua de materiais e serviços gráficos adequados às diferentes finalidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, fortalecendo o suporte às atividades administrativas, institucionais e socioassistenciais e promovendo maior eficiência operacional.

2.2.DA BASE LEGAL

Para fins da presente contratação, os materiais e serviços gráficos objeto deste Termo de Referência enquadram-se como bens e serviços comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, vejamos:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
> (...)
> XIII – **bens e serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
> (...)

Considerando o enquadramento do objeto como comum e a disciplina prevista na Lei nº 14.133/2021 para o Pregão, a opção pelo Pregão Eletrônico mostra-se compatível com as características da contratação, permitindo julgamento objetivo a partir das especificações, quantitativos, condições de execução e critérios definidos no instrumento convocatório. A adoção da forma eletrônica oferece, entre outras, as seguintes vantagens:

a) **Ampla Competitividade:** A modalidade eletrônica amplia a participação de fornecedores de diferentes localidades, aumentando a competitividade e possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

b) **Transparência e Eficiência:** O processo eletrônico assegura maior transparência nas etapas da licitação e otimiza os procedimentos, resultando em maior celeridade e eficiência na contratação.

c) **Redução de Custos:** A competição ampliada tende a resultar em propostas com preços mais competitivos, gerando economia para os cofres públicos.

Além da Lei nº 14.133/2021, deverão ser observadas, no que couber ao objeto, a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a regulamentação ambiental pertinente e as normas técnicas aplicáveis à produção, impressão, acabamento, acondicionamento e fornecimento dos materiais gráficos. Além dessas normas, considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços e a metodologia utilizada na formação do orçamento estimado, aplicam-se, no que couber, o Decreto Federal nº 11.462/2023, de forma subsidiária, e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, sem prejuízo da regulamentação municipal pertinente.

2.3. DO REGISTRO DE PREÇOS

Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP para a presente contratação, considerando o caráter recorrente e variável das demandas, a pluralidade de unidades, serviços, programas, projetos e ações a serem atendidos e a necessidade de produção, execução e fornecimento conforme solicitações efetivamente emitidas pela Administração.

O SRP permite à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania solicitar os materiais e serviços de forma planejada, gradual e compatível com a necessidade efetiva de cada ação, programa, projeto, evento ou unidade, sem impor a execução imediata e integral dos quantitativos estimados.

A utilização da Ata de Registro de Preços possibilita maior flexibilidade administrativa, reduz a formação desnecessária de estoques de materiais personalizados, favorece a atualização de artes e conteúdos e permite melhor organização das solicitações, da produção e das entregas.

Além disso, a reunião da demanda em procedimento único favorece a economia de escala, amplia a competitividade e reduz custos administrativos decorrentes da realização de múltiplos processos licitatórios para objetos semelhantes.

Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços confere maior eficiência, planejamento, economicidade e racionalidade ao atendimento das necessidades gráficas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e de suas unidades, serviços, programas e projetos vinculados.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

2.4. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

2.4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n° 147, de 7 de agosto de 2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Havendo alguma restrição na documentação, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da declaração do proponente vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. Será assegurado, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública do Município de Brumado/Ba.

2.4.2. Será adotado tratamento diferenciado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com suas alterações:

(x) Valor referencial inferior a R$ 80.000,00 por lote (participação exclusiva para ME/EPP).
( ) Valor referencial superior a R$ 80.000,00 por lote (ampla participação).
( ) Valor referencial superior a R$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para ME/EPP).
( ) Valor referencial superior a R$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a Administração Pública.

2.4.3. Do Tratamento Diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

Nos termos do artigo 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se à presente contratação as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelecem o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

2.4.3.1. Participação Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

Considerando a composição dos lotes e os valores referenciais consolidados no processo, cada lote possui valor estimado inferior ao limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), razão pela qual será adotada participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, observadas as hipóteses legais de afastamento do tratamento diferenciado, quando devidamente caracterizadas.

A participação exclusiva tem por finalidade:

a) Fomentar o desenvolvimento econômico local e regional;
b) Ampliar a participação de micro e pequenas empresas nas contratações públicas;
c) Promover a competitividade e o acesso das empresas de menor porte ao mercado público;

A aplicação do tratamento diferenciado deverá preservar a economicidade, a eficiência, a qualidade dos materiais e a adequada execução de cada lote.

2.4.3.2. Condições para Fruição dos Benefícios

Nos termos do §2º do artigo 4º da Lei nº 14.133/2021, a obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 ficará condicionada à apresentação, por parte do licitante, de declaração de que não ultrapassou, no ano-calendário de realização da licitação, o limite de receita bruta máxima permitido para enquadramento como empresa de pequeno porte, considerando o somatório dos contratos celebrados com a Administração Pública.

Tal exigência visa:

a) Assegurar a correta aplicação dos benefícios legais;
b) Evitar distorções na competitividade;
c) Garantir que apenas empresas efetivamente enquadradas usufruam do tratamento diferenciado;

2.4.3.3. Dessa forma, a adoção do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, mediante participação exclusiva nos lotes cujo valor estimado se enquadre no limite legal, encontra-se compatível com a legislação vigente e com os princípios da isonomia, competitividade e desenvolvimento econômico sustentável.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

2.5. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

2.5.1. A contratação envolve materiais e serviços gráficos com naturezas, processos produtivos, insumos, técnicas de fabricação e formas de acabamento distintas. Em razão dessa heterogeneidade, o objeto está parcelado em 5 (cinco) lotes, estruturados por similaridade técnica, afinidade produtiva e compatibilidade mercadológica.

O parcelamento por lotes reúne, em cada agrupamento, itens pertencentes a segmentos semelhantes de produção gráfica, preservando a coerência técnica da execução, a competitividade e a economia de escala.

A formação dos lotes observa, especialmente:

- A similaridade entre os produtos;
- A utilização de processos produtivos semelhantes;
- A compatibilidade entre os materiais e insumos empregados;
- A afinidade entre técnicas de impressão, acabamento, corte, montagem e personalização;
- A existência de fornecedores capazes de atender, de forma usual, ao conjunto de itens de cada lote;
- A preservação da economia de escala;
- A ampliação da competitividade;
- A prevenção de agrupamentos excessivamente amplos ou heterogêneos que possam restringir a participação de fornecedores especializados.

2.5.2. Justificativa técnica do parcelamento por lotes

Sob o aspecto técnico, o parcelamento por lotes mostra-se mais adequado do que a contratação global de todos os itens, pois a demanda abrange grupos com características produtivas próprias, a exemplo de:

- Materiais de impressão gráfica em papel;
- Materiais de comunicação visual em lona, vinil e PVC;
- Materiais personalizados de identificação;
- Itens produzidos em acrílico, MDF ou materiais similares;
- Carimbos e produtos correlatos.

O agrupamento desses itens por afinidade permite preservar a coerência técnica de cada lote, evitando a reunião de produtos que demandem estruturas produtivas muito distintas.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

Ao mesmo tempo, a formação de lotes evita o excesso de fragmentação da contratação em itens totalmente isolados, permitindo reunir produtos similares em escala suficiente para favorecer condições comerciais mais vantajosas.

2.5.3. Justificativa econômica

Sob o aspecto econômico, o parcelamento por lotes busca compatibilizar dois objetivos: **ampliar a competitividade e preservar a economia de escala**.

O agrupamento de produtos semelhantes permite que fornecedores especializados em determinados segmentos do setor gráfico possam participar da contratação sem necessidade de possuir capacidade produtiva para executar todos os tipos de materiais previstos.

Essa estrutura tende a:

- Ampliar o universo de potenciais fornecedores;
- Reduzir barreiras decorrentes da exigência de domínio de processos produtivos distintos;
- Favorecer maior competição entre empresas especializadas;
- Permitir a obtenção de melhores preços dentro de cada segmento;
- Preservar ganhos de escala mediante agrupamento de itens com características semelhantes;
- Reduzir custos administrativos decorrentes de excessiva fragmentação.

2.5.4. Observância do art. 40, inciso V, alínea “b”, §2º

A opção pelo parcelamento por lotes observa o princípio do parcelamento aplicável às compras, estando demonstrada a viabilidade da divisão do objeto em parcelas economicamente e tecnicamente adequadas.

A composição adotada aproveita as peculiaridades do mercado fornecedor, amplia a competição e evita a concentração indevida de itens pertencentes a segmentos produtivos distintos.

A estrutura dos lotes preserva a economia de escala, sem perda de eficiência econômica ou aumento injustificado dos custos de execução, mantendo a atratividade comercial dos agrupamentos definidos.

Os lotes foram estruturados em extensão suficiente para gerar atratividade econômica, sem reunir produtos que, pela sua natureza, demandem estruturas produtivas incompatíveis entre si.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

2.5.5. Critérios adotados para a composição dos lotes

A composição dos lotes foi estabelecida a partir das especificações técnicas consolidadas e da análise da similaridade, afinidade produtiva e compatibilidade mercadológica dos itens.

Foram considerados a natureza dos materiais e serviços, os processos de produção envolvidos, os tipos de insumos utilizados, as técnicas de impressão, corte, gravação, acabamento, montagem, encadernação e personalização, bem como a existência de fornecedores que atuam usualmente nos respectivos segmentos.

A composição adotada evita o agrupamento de itens com características técnicas ou produtivas excessivamente distintas, reduzindo o risco de restrição à competitividade e favorecendo a participação de fornecedores especializados.

Também foi evitada a fragmentação excessiva da contratação, mantendo-se agrupados os itens tecnicamente compatíveis sempre que essa reunião proporciona racionalidade administrativa, melhores condições comerciais e economia de escala.

A composição definitiva dos lotes, apresentada no item 3 deste Termo de Referência, equilibra competitividade, especialização do mercado fornecedor, eficiência da execução e preservação dos ganhos econômicos decorrentes do agrupamento de itens tecnicamente compatíveis.

2.5.6. Diante da diversidade dos materiais e da existência de grupos com similaridade técnica, produtiva e mercadológica, conclui-se pela viabilidade e conveniência do parcelamento da contratação por lotes.

A estrutura definida permite melhor aproveitamento das peculiaridades do mercado, favorece a participação de fornecedores especializados, amplia a competitividade e preserva a economia de escala, mantendo homogeneidade e compatibilidade entre os itens que integram cada lote.

2.6. DA SUSTENTABILIDADE

2.6.1. Em observância aos princípios da sustentabilidade nas contratações públicas, a presente contratação deverá considerar, de forma razoável e compatível com a natureza dos materiais gráficos, práticas que contribuam para a redução de desperdícios, o uso racional de insumos e a destinação ambientalmente adequada de resíduos, sem prejuízo da competitividade do certame.

2.6.2. Deverão ser observados, quando aplicáveis, os seguintes critérios de sustentabilidade:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

- Dimensionamento das solicitações conforme a necessidade efetiva, evitando produção excessiva, especialmente de materiais personalizados sujeitos à perda de utilidade.
- Preferência, quando tecnicamente viável e sem restrição indevida à competição, por materiais recicláveis, de origem responsável ou de menor impacto ambiental, especialmente papéis, embalagens e substratos utilizados na produção.
- Acondicionamento, transporte e entrega com redução de desperdícios, utilização racional de embalagens e preservação da integridade dos materiais.
- Destinação ambientalmente adequada de aparas, sobras de corte, embalagens e resíduos decorrentes dos processos de produção, impressão e acabamento, quando aplicável.
- Observância, quando aplicável, das disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos quanto à destinação e ao gerenciamento de resíduos e materiais descartados, especialmente PVC, vinil, acrílico, MDF e embalagens.

2.6.3. Os critérios de sustentabilidade deverão ser aplicados de forma compatível com as especificações e com a estrutura do mercado, sem imposição de exigências desproporcionais ou capazes de restringir indevidamente a competitividade.

3. DA DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os itens obedecem às seguintes especificações, quantitativos e organização definitiva em lotes:

LOTE I

LOTE I - Impressos Gráficos em Papel, Papelaria Personalizada e Acabamento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	BLOCO DE PAPEL OFICIO, TIMBRADO FRENTE E VERSO-PAPEL 75g COLORIDO	UND	320
2	BLOQUINHO COM 100 FOLHAS IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, CAPA EM PAPEL COUCHÊ 250g.TAMANHO A5	UND	500
3	CADERNO 100 FOLHAS (200 IMPRESSOES), CAPA E CONTRA CAPA DURA, LAMINAÇÃO COM BOPE E ENCADERNAÇÃO WIRE-O.TAMANHO A4	UND	600
4	CERTIFICADO A4 IMP.PAPEL COUCHÊ 250G	UND	1.000
5	ENCADERNAÇÃO: perfuração de papel espiral e contra-capa.	UND	300
6	ENVELOPE 11X23 BRANCO C/IMPRESSÃO COLORIDA	UND	1.500
7	ENVELOPE 18X24 BRANCO C/IMPRESSÃO COLORIDA	UND	1.500
8	ENVELOPE 25X35 BRANCO C/IMPRESSÃO COLORIDA	UND	1.000
9	FOLDERS A4, PAPEL COUCHE 115.IMP.LASER COLORIDA, FRENTE E VERSO (LAYOUTS VARIADOS)	UND	15.000

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

10	FOLHETOS 15X21 PAPEL COUCHE 115 IMP.LASER COLORIDA, FRENTE E VERSO (LAYOUTS VARIADOS)	UND	10.000
11	IMPRESSÃO A4 COMUM COLORIDO	UND	5.000
12	IMPRESSÃO A4 COUCHÊ 250g	UND	3.000
13	IMPRESSÃO A4 SUFITE 180g COLORIDO	UND	3.000

LOTE II

LOTE II - Comunicação Visual em Lona, Vinil e Grande Formato.			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ADESIVO VINIL IMPRESSÃO DIGITAL, MEDIDA 5X5cm	UND	5000
2	ADESIVOS VINIL IMPRESSÃO DIGITAL, MEDIDA 10X10	UND	1000
3	BACKDROP 1,60X2m m EM LONA 440g IMP.DIGITAL	UND	20
4	BACKDROP 3X2 m EM LONA 440g IMP.DIGITAL	UND	20
5	BACKDROP 3X3m m EM LONA 440g IMP.DIGITAL	UND	5
6	BANNER 1,20X090m EM LONA 440g IMP.DIGITAL, BARBANTE E BASTÃO	UND	45
7	FAIXA EM LONA 440g IMP.DIGITAL, BARBANTE E BASTÃO (Sob medida)	M2	255

LOTE III

LOTE III – Identificação, Carimbos e Materiais Personalizados.			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	BORRACHA PARA CARIMBO 4911/4912/4913	UND	50
2	CANETA METAL PERSONALIZADA-GRAVADA A LASER	UND	1.500
3	CARIMBO AUTOMATICO 4911 - 37x13mm	UND	70
4	CARIMBO AUTOMATICO 4912 - 46x17mm	UND	30
5	CARIMBO AUTOMATICO 4913 - 58x22mm	UND	30
6	CHAVEIRO EM MDF/ACRILICO 6 cm-CORTE E GRAVAÇÃO A LASER	UND	500
7	CRACHÁ 14x10, EM PAPEL SUPREMO C/ BARBANTE	UND	1.000
8	CRACHÁ EM PVC C/CORDÃO	UND	100
9	DISPLAY EM MDF 6mm-80cmx40cm CORTE A LASER	UND	20
10	PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO; personalização em silk,com lacre adesivo, Formato 2,0x24,5 Cm.	UND	5.000

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

11	REFIL PARA CARIMBO 4911/4912/4913	UND	50
12	TOTEN EM MDF,1,30X1,00 CORTE A LASER PERSONALIZADO	UND	30

3.1.1. As especificações técnicas, os padrões mínimos de qualidade, as condições de personalização, aprovação de artes, correção de desconformidades e demais condições de produção, execução e fornecimento deverão observar o edital, este Termo de Referência e seus anexos.

3.2. DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

A execução do objeto deverá observar as condições técnicas, operacionais e administrativas necessárias à adequada produção, execução e fornecimento, sob demanda, dos materiais e serviços gráficos destinados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e às suas unidades, serviços, programas e projetos vinculados.

3.2.1. Da produção, execução e fornecimento dos materiais e serviços

- Os materiais e serviços gráficos deverão observar os insumos, dimensões, gramaturas, espessuras, cores, acabamentos e demais características definidas neste Termo de Referência, conforme as particularidades de cada item.
- A impressão deverá apresentar textos e imagens legíveis, boa definição, fidelidade visual e acabamento uniforme, sem manchas, falhas, cortes irregulares, deformações ou outras imperfeições incompatíveis com a finalidade do material.
- A contratada deverá executar, quando aplicável ao item, as etapas de impressão, corte, acabamento, montagem, personalização, adequação ou fechamento de arte e demais providências necessárias à entrega do produto final, sem custos adicionais além dos preços contratados.

3.2.2. Da entrega dos materiais e execução dos serviços

- Os materiais deverão ser entregues e os serviços executados nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, conforme ordens de fornecimento/serviço emitidas pela Administração.

- A contratada será responsável pela produção, embalagem, acondicionamento, transporte, carga, descarga e entrega dos materiais, devendo preservá-los contra amassamentos, riscos, quebras, deformações, umidade, sujeira ou quaisquer danos que comprometam sua utilização.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

- As entregas e execuções deverão observar os quantitativos, especificações e locais indicados em cada solicitação, permitindo atendimento à sede da Secretaria, CRAS, CREAS, Cadastro Único, Programa Bolsa Família e demais unidades, serviços, programas e projetos vinculados.

3.2.3. Da aprovação de artes, provas e conferência

- Sempre que o material depender de nomes, datas, logomarcas, textos, imagens, layouts ou outros elementos de personalização, a produção deverá ocorrer somente após o fornecimento dessas informações e, quando exigido, após aprovação da arte, prova ou modelo pela Administração.
- A aprovação pela Administração não afasta a responsabilidade da contratada por falhas de produção, impressão, corte, acabamento ou montagem que não correspondam ao arquivo ou modelo aprovado.
- Materiais ou serviços em desconformidade com as especificações, com defeitos ou divergentes da arte aprovada deverão ser corrigidos, refeitos ou substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração.

3.2.4. Dos prazos de entrega

- O prazo máximo para produção, execução e entrega será de até 08 (oito) dias corridos, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço e, quando houver necessidade de aprovação prévia de arte ou prova, da respectiva aprovação final pela Administração, podendo ser prorrogado, uma única vez, mediante justificativa formal da contratada e aceitação expressa da Administração, desde que demonstrada a inexistência de prejuízo ao interesse público.
- Em situações devidamente justificadas, os prazos poderão ser ajustados pela Administração de acordo com a complexidade do material e a necessidade institucional, desde que preservadas a isonomia, a razoabilidade e as condições da contratação.

3.2.5. Do acompanhamento e fiscalização

- A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- Caberá ao fiscal verificar a conformidade dos materiais produzidos, dos serviços executados e dos itens entregues com as especificações estabelecidas neste Termo de

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

Referência, no edital, na proposta vencedora, nas ordens de fornecimento/serviço e nas artes ou modelos aprovados, quando aplicável.

3.2.6. Da entrega e aceitação

- Após a entrega dos materiais ou a conclusão dos serviços, será realizado o recebimento provisório do objeto, para posterior verificação de conformidade quanto à quantidade, especificação, qualidade, acabamento, personalização e demais condições aplicáveis.
- Não sendo identificadas irregularidades, será realizado o recebimento definitivo, com o respectivo atesto para fins de liquidação e pagamento.
- Caso sejam identificados falhas, danos, erros de impressão, personalização ou acabamento, divergência de especificação ou qualquer outra desconformidade, a contratada deverá promover a correção, nova produção ou substituição no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

3.2.7. Das condições de garantia e correção

- Em razão da natureza predominante do objeto, não será exigida assistência técnica continuada para os materiais e serviços gráficos de consumo ou uso institucional. A contratada, entretanto, permanecerá responsável pela correção, substituição, refazimento ou nova produção dos itens e serviços que apresentem defeitos de fabricação, impressão, corte, acabamento, montagem ou personalização constatados no processo de recebimento.
- Nos carimbos automáticos e nos itens que envolvam estrutura física, corte ou montagem, como backdrops, totens, displays, chaveiros e materiais correlatos, a responsabilidade da contratada abrangerá defeitos de funcionamento, fabricação, fixação, estabilidade ou acabamento diretamente relacionados à produção do item.

4. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os materiais e serviços serão recebidos em conformidade com as características contidas neste Termo de Referência, em dois momentos distintos:

4.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega dos materiais ou da conclusão dos serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, quantidades, artes aprovadas, quando aplicável, e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

4.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, integridade, acabamento, personalização e conformidade dos materiais entregues e serviços executados, ocasião em que a nota fiscal poderá ser atestada e encaminhada para pagamento.

4.2. O objeto entregue em desacordo com as especificações, com defeitos, falhas de impressão, acabamento ou personalização, danos ou divergência em relação à arte aprovada será rejeitado, total ou parcialmente, conforme o caso, devendo a contratada realizar a correção, nova produção ou substituição sem ônus para a Administração.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução consiste no registro de preços para contratação de empresa ou empresas especializadas para a produção, execução e fornecimento, sob demanda, de materiais e serviços gráficos, materiais de comunicação visual, identificação, apoio institucional e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Brumado/BA e de suas unidades, serviços, programas e projetos vinculados.

A solução abrange impressos em papel, envelopes personalizados, crachás, pulseiras de identificação, banners, faixas, backdrops, adesivos, totens e displays em MDF, canetas e chaveiros personalizados, carimbos e respectivos componentes, encadernações, blocos, cadernos, certificados e impressões diversas, observadas as especificações e os quantitativos definidos neste Termo de Referência.

A contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o lote adjudicado, assegurando processos produtivos, equipamentos, insumos e técnicas adequadas à impressão, corte, gravação, acabamento, montagem, encadernação, personalização e demais atividades necessárias à execução dos respectivos itens.

5.2. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução abrange as seguintes etapas:

- Planejamento e emissão das ordens de fornecimento/serviço, conforme as demandas efetivamente identificadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.
- Recepção dos conteúdos e elementos de personalização e aprovação de artes, provas ou modelos, quando aplicável.
- Produção, execução, impressão, corte, gravação, acabamento, montagem, acondicionamento, transporte e entrega do objeto nos locais indicados.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

- Conferência, recebimento provisório e verificação da conformidade dos materiais e serviços com as especificações e artes aprovadas.
- Recebimento definitivo e destinação dos materiais e serviços às unidades ou atividades beneficiárias.
- Correção, refazimento, nova produção ou substituição de materiais e serviços em desconformidade, sem ônus adicional para a Administração.
- Adoção de práticas de sustentabilidade e destinação ambientalmente adequada de resíduos e embalagens, quando aplicável.

5.3. Dessa forma, a solução contempla as etapas necessárias ao atendimento integral da necessidade, desde a emissão da solicitação e aprovação dos elementos de personalização até a produção, entrega, recebimento e correção de eventuais desconformidades, assegurando qualidade, padronização, flexibilidade de atendimento e eficiência operacional.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para atender adequadamente à necessidade identificada, a contratação observará requisitos técnicos, operacionais, de qualidade e administrativos mínimos que assegurem a produção, execução e o fornecimento de materiais e serviços gráficos adequados às atividades administrativas, institucionais e socioassistenciais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Brumado/BA.

6.2. Requisitos técnicos da solução

- Atendimento às especificações de material, dimensão, gramatura, espessura, acabamento, forma de impressão e personalização estabelecidas para cada item.
- Qualidade de impressão compatível com a finalidade institucional, com textos e imagens legíveis, boa definição, fidelidade visual e acabamento uniforme.
- Adequação das peças às artes, conteúdos, logotipos, informações e demais elementos fornecidos ou aprovados pela Administração.
- Resistência, durabilidade e acabamento compatíveis com a utilização prevista, especialmente para materiais expostos, manuseados frequentemente ou empregados em comunicação visual.
- Observância das normas técnicas e regulamentações aplicáveis aos materiais e processos utilizados, sem exigências que promovam direcionamento indevido de marca.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

6.3. Requisitos operacionais

- Atendimento das solicitações conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e de suas unidades, serviços, programas e projetos vinculados.
- Produção, execução, acondicionamento, transporte e entrega adequados, preservando a integridade, limpeza, acabamento e legibilidade dos materiais e a qualidade dos serviços.
- Submissão de arte, prova, layout ou modelo para conferência e aprovação prévia pela Administração, quando a natureza do item exigir.
- Organização das entregas de forma compatível com os locais, quantitativos e prioridades indicados pela área requisitante.

6.4. Requisitos de garantia e assistência

- Correção, substituição, refazimento ou nova produção de materiais e serviços que apresentem defeitos, falhas de impressão, erros de acabamento, divergência de especificação ou danos não imputáveis à Administração.
- Responsabilidade da contratada por erros de produção, impressão, personalização, corte, montagem ou acabamento atribuíveis à execução do objeto.
- Não será exigida assistência técnica permanente para materiais gráficos que, por sua natureza, não demandem manutenção; nos carimbos automáticos e itens estruturados, deverão ser corrigidos defeitos de funcionamento, fabricação, fixação ou montagem quando constatados.

6.5. Requisitos legais e administrativos

- A contratada deverá comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como qualificação econômico-financeira e técnica, quando exigível, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- Os materiais, serviços e processos deverão atender às normas técnicas e ambientais aplicáveis e respeitar as especificações estabelecidas, inclusive quanto ao uso de identidade visual e conteúdos institucionais fornecidos pela Administração.
- A execução contratual deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público.

6.6. O atendimento a esses requisitos é indispensável para assegurar que a solução contratada atenda plenamente às necessidades da Administração Municipal, garantindo materiais e serviços gráficos com qualidade, padronização, disponibilidade e adequação às atividades administrativas, institucionais e socioassistenciais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O modelo de execução do objeto estabelece a forma pela qual a contratação produzirá os resultados pretendidos desde o início da execução contratual até o encerramento das obrigações, contemplando solicitação, aprovação de artes quando aplicável, produção, execução, entrega, recebimento, correção de desconformidades e demais providências necessárias ao adequado atendimento da demanda.

7.2. A execução do objeto deverá ocorrer de forma planejada, observando as seguintes etapas:

a) Emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço

- Após a formalização do instrumento contratual ou equivalente, a Administração emitirá Ordem de Fornecimento/Serviço, indicando os materiais, quantitativos, lotes, locais de entrega e, quando aplicável, os elementos necessários à personalização.

b) Aprovação de artes e elementos de personalização

- Quando o item exigir personalização, a contratada deverá submeter arte, prova ou modelo à Administração antes da produção definitiva, observando o conteúdo e a identidade visual fornecidos.
- A produção somente poderá ser iniciada após a aprovação final, quando esta for exigida pela Administração.

c) Produção, execução e conferência do objeto

- A contratada deverá produzir os materiais e executar os serviços conforme as especificações e a arte aprovada, quando aplicável, realizando controle de qualidade antes da entrega ou conclusão.

d) Entrega, conclusão dos serviços e recebimento provisório e definitivo

- Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados e os serviços concluídos nos locais indicados, sendo o objeto recebido provisoriamente para posterior verificação de conformidade.
- O recebimento definitivo será formalizado após a verificação da qualidade, quantidade, acabamento, personalização e conformidade com as exigências estabelecidas.

e) Substituição, correção ou nova produção de inconformidades

- Caso sejam identificados danos, falhas, erros de impressão ou personalização, divergências de especificação ou quantitativos, a contratada deverá realizar a correção,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

complementação, substituição ou nova produção no prazo estabelecido pela Administração.

f) Garantia da execução

- A contratada permanecerá responsável pelos defeitos de produção, fabricação, impressão, corte, acabamento, montagem ou funcionamento dos itens aplicáveis, promovendo a correção ou substituição sem ônus adicional para a Administração.

g) Encerramento do contrato

- O contrato ou instrumento decorrente da Ata será considerado encerrado após o cumprimento das ordens de fornecimento/serviço emitidas, o recebimento definitivo do objeto, o cumprimento das obrigações contratuais e a observância das responsabilidades remanescentes de correção de desconformidades.

7.3. Com a execução da solução, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania contará com atendimento organizado e padronizado de suas necessidades gráficas, contribuindo para a melhoria da comunicação institucional, do suporte às ações socioassistenciais e das rotinas administrativas.

8. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto:

8.6. A Contratada designará formalmente preposto antes do início da execução do objeto, indicando os poderes e deveres relacionados ao acompanhamento das ordens de fornecimento/serviço, aprovações, produção, entregas e demais obrigações contratuais.

8.7. A Contratada deverá manter preposto disponível durante a vigência da contratação, por meios de comunicação aptos ao atendimento das demandas da Administração, não sendo exigida permanência física contínua nas dependências municipais.

8.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização:

8.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica:

8.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

8.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

8.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

8.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa:

8.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato:

8.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

8.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Além das obrigações já descritas neste Termo, são obrigações da contratada:

a) Produzir, executar e fornecer os materiais e serviços constantes deste Termo de Referência, conforme especificações, quantidades, prazos, lotes, ordens de fornecimento/serviço e condições estabelecidas no edital, no contrato ou instrumento equivalente e na proposta vencedora.

b) Utilizar materiais, insumos, equipamentos e processos compatíveis com as especificações, garantindo qualidade de impressão, acabamento, resistência, legibilidade e fidelidade às artes ou modelos aprovados.

c) Executar, quando aplicável, impressão, corte, acabamento, montagem, personalização, adequação ou fechamento de arte, embalagem, acondicionamento, transporte, carga, descarga e entrega, considerando todos esses custos incluídos nos preços contratados.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

d) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para apresentação de provas, produção, execução, correção, refazimento e entrega do objeto.

e) Comunicar previamente à Administração qualquer situação que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou das condições de execução.

f) Substituir, corrigir, complementar, refazer ou realizar nova produção, sem ônus adicional, dos materiais ou serviços em desconformidade com as especificações, quantidades ou artes aprovadas, ou que apresentem danos, falhas de impressão, acabamento, fabricação ou personalização.

g) Respeitar os elementos de identidade visual, marcas institucionais, conteúdos, arquivos e artes disponibilizados pela Administração, utilizando-os exclusivamente para a execução do objeto.

h) Responsabilizar-se pelo adequado funcionamento dos carimbos automáticos e pela estabilidade, fixação, fabricação e acabamento dos itens estruturados, promovendo correção ou substituição quando constatado defeito atribuível à produção.

i) Prestar todas as informações solicitadas pela Administração ou pelo fiscal do contrato e manter canal de comunicação com o preposto designado.

j) Facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, inclusive quanto à aprovação de artes, cumprimento de prazos e controle das ordens de fornecimento/serviço.

k) Responsabilizar-se por danos causados aos bens públicos ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão relacionada à execução do objeto.

l) Observar as normas de segurança, sustentabilidade, transporte, acondicionamento e destinação de resíduos aplicáveis à natureza dos materiais e processos utilizados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Além das obrigações já descritas neste Termo, são obrigações da contratante:

a) Disponibilizar à contratada as informações necessárias à adequada execução do objeto, incluindo artes, textos, logotipos, nomes, datas, quantitativos, locais de entrega e responsáveis pelo recebimento, quando aplicável.

b) Designar servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

c) Acompanhar a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, no contrato ou instrumento equivalente e na proposta vencedora.

d) Analisar e aprovar, em tempo razoável, artes, provas, layouts ou modelos submetidos pela contratada, quando exigidos, comunicando eventuais ajustes antes da autorização de produção.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

e) Realizar a conferência dos materiais fornecidos e dos serviços executados, procedendo ao recebimento provisório e definitivo e registrando eventuais desconformidades.

f) Efetuar o pagamento à contratada conforme as condições e prazos estabelecidos, após o atesto da nota fiscal e a comprovação da regular execução do objeto.

g) Prestar esclarecimentos à contratada sempre que necessário para a adequada execução do objeto.

h) Formalizar as comunicações e solicitações relacionadas à execução contratual por meio do gestor ou fiscal designado.

i) Organizar a distribuição e o controle interno dos materiais recebidos e dos serviços executados, conforme as necessidades das unidades e atividades destinatárias.

11. DAS SANÇÕES

11.1. O licitante será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência.

11.2. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

11.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame (art. 155, IV, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

11.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta (art. 155, V, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) Deixar de apresentar amostra; ou

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.2.3. Não celebrar a Ata de Registro de Preço, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

11.2.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

11.2.5. Fraudar a licitação (art. 155, IX, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

11.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, X, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.2.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art. 155, XI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

11.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (art. 155, XII, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

11.3. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 156.

11.3.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

SANÇÃO DE MULTA COMPENSATÓRIA

11.4. A multa compensatória será aplicada nos seguintes percentuais:

Infração (Subitens)	Percentual da multa
11.2.1. 11.2.2.	de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação
11.2.3.	de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação
11.2.4. 11.2.5. 11.2.6. 11.2.7. 11.2.8.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação

11.4.1. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

Município de Brumado, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

11.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Brumado, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
11.2.1.	impedimento pelo período de até três meses.
11.2.2. 11.2.3.	impedimento pelo período de até quatro meses

SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

11.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.4, 11.2.5, 11.2.6, 11.2.7 e 11.2.8, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
11.2.4. 11.2.7.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
11.2.5. 11.2.6. 11.2.8.	declaração de inidoneidade de até seis anos

11.6.1. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 11.6 deste Termo de Referência nas infrações administrativas previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

11.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo Sancionador.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

12.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, qualificação econômica-financeira e qualificação técnica são as usuais para a generalidade dos objetos.

12.3. Previamente à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/CEIS);
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geralda União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/CNEP).

12.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

12.5. Caso conste na Consulta de Situação do Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.7. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

12.8. É dever do licitante manter atualizada a respectiva documentação, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

12.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.11. Para fins de contratação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

12.11.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.11.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.11.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.11.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.11.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.11.1.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

12.11.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.11.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

12.11.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.11.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

12.11.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

12.11.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.11.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.11.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.11.2.5. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

12.11.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

12.11.2.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.11.2.7.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.11.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.11.2.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formada respectiva legislação de regência;

12.11.2.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.11.2.9.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formada respectiva legislação de regência;

12.11.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, assim apresentados:

a.1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor.

a.2) Sociedades empresárias e não empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

NACIONAL): fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

a.3) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

a.4) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a.5) Se houver necessidade de atualização do balanço patrimonial, deverá ser apresentado também o memorial de cálculo correspondente, assinados pelo licitante e pelo contador (constando número registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC).

b) A comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será avaliada pelos índices abaixo, apurados com base nos balanços apresentados, os quais deverão vir com os respectivos valores calculados, conforme estabelecido no Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021;

Índice de Liquidez Geral:
Ativo Circulante +Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante +Passivo não circulante ≥ 1,0
Índice Liquidez Corrente
Ativo Circulante
Passivo Circulante ≥ 1,0
Índice de Solvência Geral:
Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo não circulante ≥ 1,0

c) Comprovação, para fins de habilitação, de capital social mínimo ou patrimônio líquido no limite de 10% do valor estimado para cada lote disputado;

d) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

d.1) Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

12.11.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.11.5.1. A qualificação técnica, quando exigida, deverá guardar proporcionalidade com o objeto, admitindo-se comprovação de execução anterior de fornecimentos e/ou serviços gráficos compatíveis com o lote disputado, sem exigências excessivas ou restritivas à competitividade.

a) Comprovação de aptidão de desempenho técnico, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu materiais e/ou executou serviços gráficos de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável, contendo no mínimo as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s) ou fornecimento;
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

a.1) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o inciso I do art. 64, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11.6 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) Declaração de enquadramento na Lei no 123/2006, quando for o caso;

b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

c) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e) Para fins de comprovação da condição que dispõe o § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, declaração formal de observância do limite estabelecido.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contrato, no caso especifico a servidora Terezinha Janine Caldeira Rocha, matricula nº 8395, designada através da Portaria n. 239/2025 da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021 e este deverá acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, vício, defeito de produção, erro de impressão, personalização, acabamento, falha na execução ou outra desconformidade identificada nos materiais e serviços contratados.

13.3. O representante da Administração deverá registrar as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando as providências necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme definido no planejamento da contratação, as despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2026 vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social:

UNIDADE: **05.00.1. – Fundo Municipal de Assistência Social**
ATIVIDADE:
2059 - Bloco da Proteção Social Básica-(PSB/CRAS/PAIF/SCFV
2060 - Bloco da proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)/PSE-CREAS
2063 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro único/2064-Fortalecimento do Controle Social (Conselho de Assistência Social)
2058- Gestão das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social.
ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.9.0.30.00.00.00-Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1660,1500,1660

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

15. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

15.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada diretamente junto a empresas atuantes no mercado afeto ao objeto, observando os procedimentos e diretrizes do artigo 23 da Lei Federal nº14133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e a compatibilidade entre as cotações obtidas e as especificações, unidades e quantitativos definidos neste Termo de Referência.

15.2. Para a formação do preço estimado, foram solicitadas e obtidas propostas comerciais de empresas com atuação compatível com a produção, execução e fornecimento dos materiais e serviços gráficos abrangidos pela contratação, contendo a identificação dos fornecedores, os itens cotados, os respectivos preços e as condições comerciais consideradas.

15.3. A consolidação do orçamento estimado considerou as referências compatíveis com as especificações técnicas, unidades de fornecimento e quantitativos definidos neste Termo de Referência, após análise crítica das propostas recebidas e aplicação da metodologia registrada no relatório de pesquisa de preços.

15.4. Os preços unitários referenciais, os valores estimados por item e por lote, a memória de cálculo, as propostas comerciais recebidas, o relatório consolidado da pesquisa e os demais documentos que deram suporte à estimativa encontram-se devidamente registrados em planilha e documentos específicos juntados ao processo administrativo em anexo próprio de acesso restrito.

15.5. Considerando a opção da Administração pela preservação do sigilo do orçamento estimado, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o detalhamento dos preços unitários, dos valores estimados por item, dos valores por lote e do valor global da contratação permanecerá restrito até a conclusão da fase de julgamento das propostas, sem prejuízo do acesso pelos órgãos de controle interno e externo, quando solicitado.

15.6. O sigilo orçamentário não afasta a publicidade dos demais elementos essenciais da contratação, permanecendo disponíveis aos interessados a descrição do objeto, os quantitativos estimados, as especificações técnicas, as condições de execução e fornecimento, os critérios de julgamento, os requisitos de habilitação, as obrigações da contratada e as demais informações necessárias à adequada formulação das propostas.

15.7. A adoção do sigilo preserva a estratégia administrativa de contratação, evita a utilização prévia do orçamento estimado como referência para propostas próximas ao limite máximo admitido e favorece a obtenção de condições mais vantajosas para o Município de Brumado/BA.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

15.8. O orçamento estimado permanece devidamente registrado, fundamentado e documentado nos autos, com identificação das empresas consultadas, das propostas recebidas, da metodologia adotada e da memória de cálculo, permitindo a verificação da regularidade da estimativa e a atuação dos órgãos de controle.

15.9. Após a conclusão da fase de julgamento das propostas, o orçamento estimado será tornado público, na forma da legislação aplicável, possibilitando a verificação da compatibilidade dos preços, o controle social e a fiscalização pelos órgãos competentes.

16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

16.1. O objeto da contratação será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega dos materiais ou da conclusão dos serviços, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, com as artes aprovadas, quando aplicável, e com a proposta apresentada.

16.2. Os materiais ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiverem em desacordo com as especificações, quantidades, condições ou artes aprovadas, devendo ser corrigidos, substituídos, refeitos ou novamente produzidos no prazo definido pela Administração, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

16.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da qualidade, quantidade, integridade, acabamento, personalização e conformidade dos materiais entregues e serviços executados, mediante termo ou atesto pelo fiscal do contrato.

16.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, quando houver necessidade de diligências para aferição do cumprimento das exigências contratuais.

16.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à qualidade, quantidade ou conformidade dos bens entregues, deverá ser observado o disposto na Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para adoção das providências cabíveis.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

16.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios, defeitos, garantia ou desconformidades posteriormente identificadas.

Liquidação

16.7. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa.

16.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada contém identificação do contrato ou instrumento equivalente, identificação do órgão contratante, descrição dos materiais fornecidos e/ou serviços executados, quantitativos, valores, dados bancários e eventuais retenções tributárias aplicáveis.

16.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo ficará suspenso até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem após a regularização da situação.

16.10. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou apresentação da documentação pertinente.

16.11. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como a inexistência de impedimentos para contratar com a Administração Pública.

Prazo de pagamento

16.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, mediante atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato.

16.13. No caso de atraso no pagamento por parte da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente desde a data final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Forma de pagamento

16.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

16.15. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária correspondente.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

16.16. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

16.17. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, devendo apresentar documentação que comprove sua condição para fins de aplicação do tratamento tributário diferenciado.

17. DAS CONDIÇÕES DA ATA

17.1. Disposições Gerais

A Ata de Registro de Preços decorrente do presente processo observará as disposições da Lei nº 14.133/2021 e, de forma subsidiária, do Decreto Federal nº 11.462/2023, assegurando à Administração Pública maior eficiência, transparência, planejamento e vantajosidade no atendimento das necessidades de materiais e serviços gráficos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

17.1.2. Vigência

A Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, conforme previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mediante autorização da autoridade competente.

17.1.3. Órgãos Participantes e Não Participantes

Poderão participar da Ata de Registro de Preços os órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Brumado/BA que tenham participado do planejamento da contratação e estejam devidamente indicados no processo administrativo.

Admitir-se-á a adesão à Ata por órgãos ou entidades não participantes, desde que haja previsão expressa, demonstração de vantajosidade, anuência do órgão gerenciador e fornecedor registrado, bem como observância dos limites legais aplicáveis.

17.1.4. Quantitativos

A Ata de Registro de Preços consignará os quantitativos máximos estimados dos materiais e serviços gráficos, impressos, personalizados, de comunicação visual e itens correlatos, conforme lotes e itens definidos neste Termo de Referência.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

O registro de preços não implica obrigação de contratação por parte da Administração, constituindo expectativa de demanda e não conferindo ao fornecedor registrado direito subjetivo à execução ou ao fornecimento do objeto.

17.1.5. Condições de Fornecimento e Execução

A contratação decorrente da Ata será formalizada conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordens de fornecimento/serviço ou instrumento contratual específico, no qual serão definidos os prazos, locais de entrega, quantitativos e demais condições de execução.

Os materiais produzidos, os serviços executados e os itens fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade, condições de personalização e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratada deverá prestar o suporte necessário durante a execução, assegurando a adequada produção, execução, aprovação de artes quando aplicável, entrega e correção, refazimento ou substituição de materiais e serviços em desconformidade.

17.1.6. Preços Registrados

Os preços registrados permanecerão fixos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, admitindo-se revisão apenas nas hipóteses legalmente previstas, especialmente nos casos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante análise técnica e decisão administrativa fundamentada.

17.1.7. Extinção da Ata

A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada ou anulada pela Administração nas hipóteses previstas em lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa aos interessados.

A Ata será automaticamente extinta com o término de sua vigência, independentemente de notificação ou manifestação das partes, sem prejuízo da execução das contratações eventualmente formalizadas durante seu período de validade.

18. DA PREVISÃO DE REAJUSTE E/OU REVISÃO

18.1. Os preços registrados na Ata e/ou pactuados em contratos dela decorrentes serão considerados fixos e irreajustáveis durante os primeiros 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação das propostas, ressalvadas as hipóteses de revisão extraordinária previstas em lei.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

18.2. A revisão dos preços poderá ser concedida desde que comprovada, de forma objetiva e documental, a ocorrência de fatos supervenientes que alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, observada a legislação aplicável.

18.3. O reajuste por índice oficial ou setorial será aplicável apenas aos contratos decorrentes da Ata cuja vigência ultrapasse 12 (doze) meses, observada a periodicidade mínima legal, o índice previamente estabelecido e a autorização formal da autoridade competente.

18.4. Tanto a revisão quanto o reajuste terão por finalidade exclusiva a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, não constituindo direito automático da contratada, devendo sempre ser precedidos de análise técnica e decisão administrativa fundamentada.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O presente Termo de Referência integra o processo administrativo que tem por objeto a contratação pretendida, constituindo-se em elemento essencial para a elaboração do edital, bem como para a formalização do respectivo instrumento contratual ou equivalente.

19.2. A participação no procedimento licitatório implica plena concordância por parte dos licitantes com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

19.3. Eventuais dúvidas quanto à interpretação das disposições constantes deste Termo de Referência deverão ser dirimidas pela Administração Pública, observadas as normas pertinentes à matéria.

19.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, bem como pelos princípios que regem a Administração Pública.

19.5. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, os anexos eventualmente mencionados no instrumento convocatório, bem como os documentos técnicos que fundamentaram a presente contratação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

19.6. Este Termo de Referência poderá ser complementado por orientações técnicas e normativas expedidas pela Administração, sempre que necessário ao fiel cumprimento do objeto contratado.

BRUMADO/BA, 15 de outubro de 2026.

ADRIANA AMARAL PEREIRA
TÉCNICA RESPONSÁVEL

Aprovo este TERMO DE REFERÊNCIA.
Brumado/BA, 15 de outubro de 2026.

Magaly do Carmo Alves Rodrigues
Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO II

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº..../2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, em conjunto com o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº xxxxxxxxxxxx, representado pela Gestora, Sr.ª xxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n° xxxxxxxxxxxxx e portadora do RG n° xxxxxxxxxxx-SSP/BA, doravante denominado ÒRGÃO GERENCIADOR, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE .....,** decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 065/2026, Processo Administrativo nº 0809/2026**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. DETENTOR DA ATA: Empresa ...., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., neste ato representada pelo Sr(a)..... (nome e função no detentor data), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos.

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DE BRUMADO/BA.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto do presente é a futura e eventual contratação de empresa ou empresas especializadas para a produção e o fornecimento, sob demanda, de materiais e serviços gráficos, impressos, personalizados, de comunicação visual, identificação, apoio institucional e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Brumado/BA e de suas unidades, serviços, programas e projetos vinculados, conforme Termo de Referência, Edital, seus anexos e proposta abaixo:

Item	Especificação	*Marca*	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº 065/2026 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (Doze) meses, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de **BRUMADO/BA**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

REVISÃO DE PREÇO

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

(caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – Convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;
II – Liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;
III – Convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II – Promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

I – Proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – Promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

DA NEGOCIAÇÃO PARA FINS DE REVISÃO DE PREÇO

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – Primeira rodada de negociações (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – Segunda rodada de negociações (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{2} = d$$

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – Terceira rodada de negociações (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'f' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - Quarta rodada de negociações (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - A realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - O cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III – A formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. SÃO OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.4.5. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.8. Receber a "*solicitação de adesão*" e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do "*termo de adesão*".

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

6.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o **PREÇO REGISTRADO** do detentor da ata quando este:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

I – For liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – Descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – Não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. **A ATA DE REGISTRO DE PREÇO** será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – Em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - Suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - Proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)[1].

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação,

[1] **Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

I – Será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – Será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4°, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **BRUMADO/BA.**

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de **BRUMADO/BA**, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
Representante legal do GERENCIDADOR DA ATA

_____
Representante legal do DETENTOR DA ATA

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N. XXX/202X PARA FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ....., POR MEIO DO **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** E A EMPRESA .....

A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, em conjunto com o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº xxxxxxxxxxxx, representado pela Gestora, Sr.ª xxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n° xxxxxxxxxxxxx e portadora do RG n° xxxxxxxxxxx-SSP/BA, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa ...., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ...., doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por.... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 0809/2026** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 065/2026** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente é a futura e eventual contratação de empresa especializada para a produção e o fornecimento, sob demanda, de materiais e serviços gráficos, impressos, personalizados, de comunicação visual, identificação, apoio institucional e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Brumado/BA e de suas unidades, serviços, programas e projetos vinculados, mediante registro de preços, conforme Termo de Referência, Edital, seus anexos e proposta abaixo:

Item	Especificação	*Marca*	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Ata de Registro de Preço nº (...).

1.2.4. A Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços do contratado;

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. O modelo de execução do objeto estabelece a forma pela qual a contratação produzirá os resultados pretendidos desde o início da execução contratual até o encerramento das obrigações, contemplando solicitação, aprovação de artes quando aplicável, produção, execução, entrega, recebimento, correção de desconformidades e demais providências necessárias ao adequado atendimento da demanda.

3.2. A execução do objeto deverá ocorrer de forma planejada, observando as seguintes etapas:

a) Emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço

- Após a formalização do instrumento contratual ou equivalente, a Administração emitirá Ordem de Fornecimento/Serviço, indicando os materiais, quantitativos, lotes, locais de entrega e, quando aplicável, os elementos necessários à personalização.

b) Aprovação de artes e elementos de personalização

- Quando o item exigir personalização, a contratada deverá submeter arte, prova ou modelo à Administração antes da produção definitiva, observando o conteúdo e a identidade visual fornecidos.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

- A produção somente poderá ser iniciada após a aprovação final, quando esta for exigida pela Administração.

c) Produção, execução e conferência do objeto

- A contratada deverá produzir os materiais e executar os serviços conforme as especificações e a arte aprovada, quando aplicável, realizando controle de qualidade antes da entrega ou conclusão.

d) Entrega, conclusão dos serviços e recebimento provisório e definitivo

- Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados e os serviços concluídos nos locais indicados, sendo o objeto recebido provisoriamente para posterior verificação de conformidade.
- O recebimento definitivo será formalizado após a verificação da qualidade, quantidade, acabamento, personalização e conformidade com as exigências estabelecidas.

e) Substituição, correção ou nova produção de inconformidades

- Caso sejam identificados danos, falhas, erros de impressão ou personalização, divergências de especificação ou quantitativos, a contratada deverá realizar a correção, complementação, substituição ou nova produção no prazo estabelecido pela Administração.

f) Garantia da execução

- A contratada permanecerá responsável pelos defeitos de produção, fabricação, impressão, corte, acabamento, montagem ou funcionamento dos itens aplicáveis, promovendo a correção ou substituição sem ônus adicional para a Administração.

g) Encerramento do contrato

- O contrato ou instrumento decorrente da Ata será considerado encerrado após o cumprimento das ordens de fornecimento/serviço emitidas, o recebimento definitivo do objeto, o cumprimento das obrigações contratuais e a observância das responsabilidades remanescentes de correção de desconformidades.

3.3. Com a execução da solução, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania contará com atendimento organizado e padronizado de suas necessidades gráficas, contribuindo para a melhoria da comunicação institucional, do suporte às ações socioassistenciais e das rotinas administrativas.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do artigo 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....)

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. DA PREVISÃO DE REAJUSTE E/OU REVISÃO

5.2.1. Os preços registrados na Ata e/ou pactuados em contratos dela decorrentes serão considerados fixos e irreajustáveis durante os primeiros 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação das propostas, ressalvadas as hipóteses de revisão extraordinária previstas em lei.

5.2.2. A revisão dos preços poderá ser concedida desde que comprovada, de forma objetiva e documental, a ocorrência de fatos supervenientes que alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, observada a legislação aplicável.

5.2.3. O reajuste por índice oficial ou setorial será aplicável apenas aos contratos decorrentes da Ata cuja vigência ultrapasse 12 (doze) meses, observada a periodicidade mínima legal, o índice previamente estabelecido e a autorização formal da autoridade competente.

5.2.4. Tanto a revisão quanto o reajuste terão por finalidade exclusiva a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, não constituindo direito automático da contratada, devendo sempre ser precedidos de análise técnica e decisão administrativa fundamentada.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

CLÁUSULA SEXTA – CRITERIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

6.1. O objeto da contratação será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega dos materiais ou da conclusão dos serviços, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, com as artes aprovadas, quando aplicável, e com a proposta apresentada.

6.2. Os materiais ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiverem em desacordo com as especificações, quantidades, condições ou artes aprovadas, devendo ser corrigidos, substituídos, refeitos ou novamente produzidos no prazo definido pela Administração, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da qualidade, quantidade, integridade, acabamento, personalização e conformidade dos materiais entregues e serviços executados, mediante termo ou atesto pelo fiscal do contrato.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, quando houver necessidade de diligências para aferição do cumprimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à qualidade, quantidade ou conformidade dos bens entregues, deverá ser observado o disposto na Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para adoção das providências cabíveis.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios, defeitos, garantia ou desconformidades posteriormente identificadas.

Liquidação

6.7. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa.

6.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada contém identificação do contrato ou instrumento equivalente, identificação do órgão contratante,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

descrição dos materiais fornecidos e/ou serviços executados, quantitativos, valores, dados bancários e eventuais retenções tributárias aplicáveis.

6.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo ficará suspenso até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem após a regularização da situação.

6.10. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou apresentação da documentação pertinente.

6.11. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como a inexistência de impedimentos para contratar com a Administração Pública.

Prazo de pagamento

6.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, mediante atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato.

6.13. No caso de atraso no pagamento por parte da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente desde a data final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Forma de pagamento

6.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

6.15. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária correspondente.

6.16. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

6.17. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, devendo apresentar documentação que comprove sua condição para fins de aplicação do tratamento tributário diferenciado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da seguinte dotação orçamentaria:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

UNIDADE: **05.00.1. – Fundo Municipal de Assistência Social**
ATIVIDADE:
2059 - Bloco da Proteção Social Básica-(PSB/CRAS/PAIF/SCFV /
2060 - Bloco da proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)/PSE-CREAS
2063 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro único
2064 -Fortalecimento do Controle Social (Conselho de Assistência Social)
2058- Gestão das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social.
ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.9.0.30.00.00.00-Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1660,1500,1660

7.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLAUSULA OITAVA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

Preposto:

8.6. A Contratada designará formalmente preposto antes do início da execução do objeto, indicando os poderes e deveres relacionados ao acompanhamento das ordens de fornecimento/serviço, aprovações, produção, entregas e demais obrigações contratuais.

8.7. A Contratada deverá manter preposto disponível durante a vigência da contratação, por meios de comunicação aptos ao atendimento das demandas da Administração, não sendo exigida permanência física contínua nas dependências municipais.

8.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização:

8.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica:

8.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

8.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

8.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa:

8.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato:

8.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

8.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Além das obrigações já descritas neste Termo, são obrigações da contratante:

a) Disponibilizar à contratada as informações necessárias à adequada execução do objeto, incluindo artes, textos, logotipos, nomes, datas, quantitativos, locais de entrega e responsáveis pelo recebimento, quando aplicável.
b) Designar servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
c) Acompanhar a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, no contrato ou instrumento equivalente e na proposta vencedora.
d) Analisar e aprovar, em tempo razoável, artes, provas, layouts ou modelos submetidos pela contratada, quando exigidos, comunicando eventuais ajustes antes da autorização de produção.
e) Realizar a conferência dos materiais fornecidos e dos serviços executados, procedendo ao recebimento provisório e definitivo e registrando eventuais desconformidades.
f) Efetuar o pagamento à contratada conforme as condições e prazos estabelecidos, após o atesto da nota fiscal e a comprovação da regular execução do objeto.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

g) Prestar esclarecimentos à contratada sempre que necessário para a adequada execução do objeto.

h) Formalizar as comunicações e solicitações relacionadas à execução contratual por meio do gestor ou fiscal designado.

i) Organizar a distribuição e o controle interno dos materiais recebidos e dos serviços executados, conforme as necessidades das unidades e atividades destinatárias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações já descritas neste Termo, são obrigações da contratada:

a) Produzir, executar e fornecer os materiais e serviços constantes deste Termo de Referência, conforme especificações, quantidades, prazos, lotes, ordens de fornecimento/serviço e condições estabelecidas no edital, no contrato ou instrumento equivalente e na proposta vencedora.

b) Utilizar materiais, insumos, equipamentos e processos compatíveis com as especificações, garantindo qualidade de impressão, acabamento, resistência, legibilidade e fidelidade às artes ou modelos aprovados.

c) Executar, quando aplicável, impressão, corte, acabamento, montagem, personalização, adequação ou fechamento de arte, embalagem, acondicionamento, transporte, carga, descarga e entrega, considerando todos esses custos incluídos nos preços contratados.

d) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para apresentação de provas, produção, execução, correção, refazimento e entrega do objeto.

e) Comunicar previamente à Administração qualquer situação que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou das condições de execução.

f) Substituir, corrigir, complementar, refazer ou realizar nova produção, sem ônus adicional, dos materiais ou serviços em desconformidade com as especificações, quantidades ou artes aprovadas, ou que apresentem danos, falhas de impressão, acabamento, fabricação ou personalização.

g) Respeitar os elementos de identidade visual, marcas institucionais, conteúdos, arquivos e artes disponibilizados pela Administração, utilizando-os exclusivamente para a execução do objeto.

h) Responsabilizar-se pelo adequado funcionamento dos carimbos automáticos e pela estabilidade, fixação, fabricação e acabamento dos itens estruturados, promovendo correção ou substituição quando constatado defeito atribuível à produção.

i) Prestar todas as informações solicitadas pela Administração ou pelo fiscal do contrato e manter canal de comunicação com o preposto designado.

j) Facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, inclusive quanto à aprovação de artes, cumprimento de prazos e controle das ordens de fornecimento/serviço.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

k) Responsabilizar-se por danos causados aos bens públicos ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão relacionada à execução do objeto.

l) Observar as normas de segurança, sustentabilidade, transporte, acondicionamento e destinação de resíduos aplicáveis à natureza dos materiais e processos utilizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SANÇÕES

11.1. O licitante será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência.

11.2. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

11.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame (art. 155, IV, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

11.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta (art. 155, V, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
d) Deixar de apresentar amostra; ou
e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.2.3. Não celebrar a Ata de Registro de Preço, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

11.2.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

11.2.5. Fraudar a licitação (art. 155, IX, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

11.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, X, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.2.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art. 155, XI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

11.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (art. 155, XII, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

11.3. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 156.

11.3.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

SANÇÃO DE MULTA COMPENSATÓRIA

11.4. A multa compensatória será aplicada nos seguintes percentuais:

Infração (Subitens)	Percentual da multa
11.2.1. 11.2.2.	de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação
11.2.3.	de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação
11.2.4. 11.2.5. 11.2.6. 11.2.7. 11.2.8.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação

11.4.1. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Município de BRUMADO/BA, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

11.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Brumado, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
11.2.1.	impedimento pelo período de até três meses.
11.2.2. 11.2.3.	impedimento pelo período de até quatro meses

SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

11.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.4, 11.2.5, 11.2.6, 11.2.7 e 11.2.8, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
11.2.4. 11.2.7.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
11.2.5. 11.2.6. 11.2.8.	declaração de inidoneidade de até seis anos

11.6.1. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 11.6 deste Termo de Referência nas infrações administrativas previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

11.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo Sancionador.

11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

11.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção, nesta hipótese, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido, com pelo menos 02 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 02 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 02 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observado o disposto nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contrato, no caso especifico a servidora Terezinha Janine Caldeira Rocha, matricula nº 8395, designada através da Portaria n. 239/2025 da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021 e este deverá acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, vício, defeito de produção, erro de impressão,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

personalização, acabamento, falha na execução ou outra desconformidade identificada nos materiais e serviços contratados.

13.3. O representante da Administração deverá registrar as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando as providências necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente.

CLAUSULA DECIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

14.1. A execução do objeto deverá observar as condições técnicas, operacionais e administrativas necessárias à adequada produção, execução e fornecimento, sob demanda, dos materiais e serviços gráficos destinados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e às suas unidades, serviços, programas e projetos vinculados.

14.1.1. Da produção, execução e fornecimento dos materiais e serviços

- Os materiais e serviços gráficos deverão observar os insumos, dimensões, gramaturas, espessuras, cores, acabamentos e demais características definidas neste Termo de Referência, conforme as particularidades de cada item.
- A impressão deverá apresentar textos e imagens legíveis, boa definição, fidelidade visual e acabamento uniforme, sem manchas, falhas, cortes irregulares, deformações ou outras imperfeições incompatíveis com a finalidade do material.
- A contratada deverá executar, quando aplicável ao item, as etapas de impressão, corte, acabamento, montagem, personalização, adequação ou fechamento de arte e demais providências necessárias à entrega do produto final, sem custos adicionais além dos preços contratados.

14.1.2. Da entrega dos materiais e execução dos serviços

- Os materiais deverão ser entregues e os serviços executados nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, conforme ordens de fornecimento/serviço emitidas pela Administração.

- A contratada será responsável pela produção, embalagem, acondicionamento, transporte, carga, descarga e entrega dos materiais, devendo preservá-los contra amassamentos, riscos, quebras, deformações, umidade, sujeira ou quaisquer danos que comprometam sua utilização.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

- As entregas e execuções deverão observar os quantitativos, especificações e locais indicados em cada solicitação, permitindo atendimento à sede da Secretaria, CRAS, CREAS, Cadastro Único, Programa Bolsa Família e demais unidades, serviços, programas e projetos vinculados.

14.1.3. Da aprovação de artes, provas e conferência

- Sempre que o material depender de nomes, datas, logomarcas, textos, imagens, layouts ou outros elementos de personalização, a produção deverá ocorrer somente após o fornecimento dessas informações e, quando exigido, após aprovação da arte, prova ou modelo pela Administração.
- A aprovação pela Administração não afasta a responsabilidade da contratada por falhas de produção, impressão, corte, acabamento ou montagem que não correspondam ao arquivo ou modelo aprovado.
- Materiais ou serviços em desconformidade com as especificações, com defeitos ou divergentes da arte aprovada deverão ser corrigidos, refeitos ou substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração.

14.1.4. Dos prazos de entrega

- O prazo máximo para produção, execução e entrega será de até 08 (oito) dias corridos, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço e, quando houver necessidade de aprovação prévia de arte ou prova, da respectiva aprovação final pela Administração, podendo ser prorrogado, uma única vez, mediante justificativa formal da contratada e aceitação expressa da Administração, desde que demonstrada a inexistência de prejuízo ao interesse público.

- Em situações devidamente justificadas, os prazos poderão ser ajustados pela Administração de acordo com a complexidade do material e a necessidade institucional, desde que preservadas a isonomia, a razoabilidade e as condições da contratação.

14.1.5. Do acompanhamento e fiscalização

- A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- Caberá ao fiscal verificar a conformidade dos materiais produzidos, dos serviços executados e dos itens entregues com as especificações estabelecidas neste Termo de

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

Referência, no edital, na proposta vencedora, nas ordens de fornecimento/serviço e nas artes ou modelos aprovados, quando aplicável.

14.1.6. Da entrega e aceitação

- Após a entrega dos materiais ou a conclusão dos serviços, será realizado o recebimento provisório do objeto, para posterior verificação de conformidade quanto à quantidade, especificação, qualidade, acabamento, personalização e demais condições aplicáveis.
- Não sendo identificadas irregularidades, será realizado o recebimento definitivo, com o respectivo atesto para fins de liquidação e pagamento.
- Caso sejam identificados falhas, danos, erros de impressão, personalização ou acabamento, divergência de especificação ou qualquer outra desconformidade, a contratada deverá promover a correção, nova produção ou substituição no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

14.1.7. Das condições de garantia e correção

- Em razão da natureza predominante do objeto, não será exigida assistência técnica continuada para os materiais e serviços gráficos de consumo ou uso institucional. A contratada, entretanto, permanecerá responsável pela correção, substituição, refazimento ou nova produção dos itens e serviços que apresentem defeitos de fabricação, impressão, corte, acabamento, montagem ou personalização constatados no processo de recebimento.
- Nos carimbos automáticos e nos itens que envolvam estrutura física, corte ou montagem, como backdrops, totens, displays, chaveiros e materiais correlatos, a responsabilidade da contratada abrangerá defeitos de funcionamento, fabricação, fixação, estabilidade ou acabamento diretamente relacionados à produção do item.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

15.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

15.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

15.2.1. A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução do objeto especificado no instrumento contratual.

15.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação do Município de Brumado , responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

15.3. A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o Município de Brumado estará exposto.

15.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

15.4.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do Município de Brumado e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

15.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao Município de Brumado , sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

15.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao Município de Brumado , mediante solicitação.

15.5.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Município de **BRUMADO/BA**, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

15.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela **CONTRATADA** a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

15.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

15.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao Município de Brumado a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

15.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a **CONTRATADA** das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Município de Brumado e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando **a CONTRATADA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

15.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo Município de Brumado para as finalidades pretendidas neste contrato.

15.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo Município de Brumado .

15.11.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Os contratantes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato a métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **BRUMADO/BA**.

17.1.1. Não logrando êxito a conciliação, fica eleito o foro da Comarca de **BRUMADO/BA, ESTADO DA BAHIA,** para dirimir as questões oriundas do presente contrato, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

MUNICIPIO DE BRUMADO
Representante legal do órgão gerenciador
CONTRATANTE

EMPRESA
representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)
CONTRATADA

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026-SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0809/2026.

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A
Prefeitura Municipal de Brumado
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X-SRP
Objeto:
Abertura:
Horário:

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X-SRP**, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) prazo de validade da proposta:..... (.....) dias;
b) prazo para fornecimento: ..... (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer o bem licitado pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R$ _____(_____).

Os dados da nossa empresa são:

a) Razão Social: _____;
b) CNPJ n.º: _____;
c) Endereço Completo: _____;
d) Fone: _____;
e) Fax (se houver): _____;
f) E-mail: _____;
g) Conta Bancária/Agência/Banco: _____.

Local, Data

Razão Social
CNPJ
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS
PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		
		UF:
CEP:	**E-MAIL:**	**FONE:**
CONTATO:		
CNPJ:	**INSC. ESTADUAL:**	
VALIDADE DA PROPOSTA:	**REPRESENTANTE LEGAL:**	
DADOS BANCÁRIOS: BANCO:	**AGÊNCIA:**	**C/C:**
OBJETO:		

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Und.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01					
02					
03					
VALOR GLOBAL:					

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:
Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal nº 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026-SRP.
RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE _____, _____/____/____ _____ LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026-SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0809/2026.

ANEXO V – MODELOS DE DECLARAÇÕES

A – MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

C - MODELO DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO AOS MENORES DE IDADE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

D - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

E - MODELO – DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026-SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0809/2026.

ANEXO V – A

MODELOS DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

(nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que:

1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes Políticos da Prefeitura Municipal de **BRUMADO/BA** ou responsável pela licitação;

2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agentes Políticos da Prefeitura Municipal de **BRUMADO/BA** ou responsável pela licitação;

....., ... de ..... de 2025.

_____
Assinatura do Representante Legal da Empresa

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026-SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0809/2026.

ANEXO V – B

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Ao
Agente de Contratação
Ilmo(a) Sr(a):

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.° ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

....., ... de ..... de 202X.

_____
Assinatura do Representante Legal da Empresa

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026-SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0809/2026.

ANEXO V – C

MODELO DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO AOS MENORES DE IDADE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa (nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº_____e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, na forma e sob as penas impostas pela Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empresa menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(**Observação:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 202X.

Assinatura: _____
Razão Social da licitante e CARIMBO COM CNPJ

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026-SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0809/2026.

ANEXO V – D

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº. _____ e CPF nº_____ DECLARA, para fins do disposto do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/202X, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

( ) COOPERATIVA, conforme art. 34 da Lei 11.488 de 15 de Junho de 2007, e gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade), _____de _____de _____.

_____ _____
Representante Legal Contador e nº CRC

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026-SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0809/2026.

ANEXO V – E

MODELO – DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Declaramos para os devidos fins:

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço da Empresa:		Nº:
Bairro:	Cidade:	Estado:
Telefone / Fax:	E-mail:	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE PARA A ASSINATURA DE CONTRATO		
Nome:		
Cargo:	RG:	CPF:
Endereço do Representante Legal:		Nº:
Bairro:	Cidade:	Estado:
Telefone / Fax:	E-mail:	

DADOS DA CONTA BANCÁRIA PARA DEPÓSITO		
Banco:	Agência:	Conta:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO SRP N. 066/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0800/2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP:
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BRUMADO/BA, por meio da Comissão de Contratação.

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LOCAL E DATA PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA DISPUTA

Início de acolhimento de propostas: dia 21/10/2026.
Recebimento de Propostas: até as 07h30min do dia 05/11/2026.
Início da sessão de disputa de lances: às 10h30min do dia 05/11/2026.

ENDEREÇO ELETRÔNICO:
Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos https://bnccompras.com ou por e-mail: semad_licitacao@brumado.ba.gov.br

OBJETO:

Contratação de empresa para futura e eventual de aquisição de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, conforme Termo de Referência, Edital e seus anexos.

VALOR ESTIMADO:
Sigiloso para evitar que as propostas ou lances sejam feitos apenas com base no valor fixado pela administração, incentivando assim propostas mais competitivas e realistas economicamente, conforme item 13 do edital.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor lance por lote

MODO DE DISPUTA:
Aberto e fechado

AMOSTRA:
Será conforme Termo de Referência

ME/EPP/EQUIPARADAS:
Não existem lotes/itens reservados e/ou exclusivos para as empresas enquadradas como ME /EPP/EQUIPARADAS

PROGRAMA DE INTEGRIDADE:
Não será exigida a implantação de programa de integridade

EQUIPE DE PREGÃO RESPONSÁVEL:
- **Nome do(a) Pregoeiro(a)**: EDINEIDE LOUSADO DE ALMEIDA DE OLIVEIRA
- **E-mail:** semad_licitacao@brumado.ba.gov.br
- **Endereço**: Avenida Guilherme Dias, nº 280, Bairro Centro, no Município de **BRUMADO/BA**.

LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:
- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Lei Complementar Federal nº 123/2006;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

REGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 066/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0800/2026.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o **Registro de Preços**, visando a contratação de empresa para futura e eventual de aquisição de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, conforme Termo de Referência, Edital e seus anexos;

1.2. A licitação será por lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e nas condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.

2. DA AMPLA CONCORRÊNCIA

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atendam aos requisitos do Edital.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. DO CREDENCIAMENTO:

3.1.1. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio https://bnccompras.com

3.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas.

3.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. DAS VEDAÇÕES:

3.2.1. Não poderá participar desta licitação:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) Pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observado o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas, a ser editado pelo Poder Executivo.

c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

e) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f) Diretamente ou indiretamente, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, bem como a empresa da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, sendo que tal proibição também se aplica aos seus parentes em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, bem como àqueles que mantêm relacionamento afetivo público e notório com os servidores e dirigentes de todos os órgãos e entidades promotores, participantes da licitação, bem como contratantes;

g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

h) Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória;

i) Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

j) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que não tenham observado o disposto no subitem 3.4 deste Edital.

3.2.2. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:

3.3.1. NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo;

3.4. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:

3.4.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:
- A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

4. DO ACESSO AO SISTEMA E DA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS

4.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico denominado https://bnccompras.com, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do credenciado.

4.1.1. As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas pelo E-mail: semad_licitacao@brumado.ba.gov.br

4.1.2. O licitante enquadrado como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparada deverá se identificar em campo próprio do sistema eletrônico, e declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2.1. O licitante que não se identificar no campo próprio do sistema eletrônico como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas ficará impedido de participar dos itens/lotes exclusivos e da cota reservada, se houver, e não poderá fazer uso do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.1.2.2. Para os fins do disposto no subitem 4.1.2 deste Edital, considera-se como "equiparada" o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta e os respectivos documentos solicitados para esta etapa procedimental (indicados no subitem 5.2 deste Edital) **necessariamente antes da data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública**.

4.2.1. Os documentos relacionados à fase de habilitação (item 07) devem ser apresentados apenas naquela etapa procedimental, conforme disposto no subitem 7.2 deste Edital.

4.2.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os respectivos documentos anteriormente inseridos no sistema, desde que antes da data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

4.2.3. Os documentos que compõem a proposta somente serão disponibilizados para avaliação dO(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.3. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo aO(a) Pregoeiro(a)(a) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Caberá à licitante interessada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Caberá à licitante interessada comunicar imediatamente, por escrito, ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. As propostas de preços serão efetuadas via sistema eletrônico, devidamente preenchidos os campos disponíveis conforme as regras abaixo:

a) Valores unitários e total global, em moeda corrente nacional, cotados com apenas duas casas decimais, expressos em algarismos;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

b) Devem informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a sua apresentação. No caso de o prazo de validade ser omitido na proposta, O(a) Pregoeiro(a) considerará o prazo acima mencionado;
c) Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, uma única marca por item ofertado, devendo o modelo ser discriminado quando pertinente;

5.1.1. O licitante **não poderá se identificar** no preenchimento da proposta de que trata o subitem 5.1 deste Edital.

5.1.2. As especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.1.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.2. Dos documentos a serem anexados com a proposta

5.2.1. Deverão ser anexados via sistema eletrônico (anexos da proposta) os documentos abaixo relacionados, podendo ser inseridos item a item ou selecionada a opção “marcar todos”, para inserir a documentação de todos os itens com proposta:

I. Declaração firmada pelo licitante de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

II. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no subitem 3.4 deste Edital.

5.3. GARANTIA DA PROPOSTA

5.3.1. Será conforme Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA apresentação de propostas e lances, ENCERRAMENTO DA SESSÃO, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

6.2. O(a) Pregoeiro(a) verificará a descrição do objeto ofertado, nos termos do subitem 5.1, alínea “c”, deste Edital, e desclassificará sumariamente:

a) As propostas cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos no item 5;

b) As propostas cuja descrição do objeto identifique a licitante.

6.2.1. Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela licitante, O(a) Pregoeiro(a) ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos acerca do material ofertado.

6.3. A desclassificação sumária da proposta será fundamentada, registrada no sistema e disponibilizada em tempo real para todos os participantes.

6.4. A apresentação de proposta acima do orçamento estimado para a contratação não resultará na desclassificação sumária de que trata o item 6.2, ficando a referida análise relegada à fase seguinte à apresentação de lances, se houver, e/ou posterior à negociação.

6.5. A não desclassificação sumária da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O(a) Pregoeiro(a) e as licitantes.

DOS LANCES

6.8. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total de cada lote.

6.8.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.8.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior **ao último por ela ofertado** e registrado pelo sistema.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

6.8.5. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for registrado em primeiro lugar.

6.8.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 10,00 (dez reais).

6.8.7. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

DO MODO DE DISPUTA

6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto e fechado",** em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.9.1, o sistema abrirá oportunidade para que a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 6.9.2, poderão as autoras dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens 6.9.2 e 6.9.3, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.9.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens 6.9.2 e 6.9.3, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.6. Poderá O(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, no caso de nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

6.9. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos seus lances.

6.10. Retornando a conexão do(a) Pregoeiro(a) ao sistema, todos os atos praticados pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.

6.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e a ocorrência será registrada em ata.

DO CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.12. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.13. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para estas.

6.13.1. Considera-se como “equiparadas” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

6.13.2. Entende-se por empate, situações em que as propostas, mediante lances apresentados pelas MEs, EPPs e equiparadas sejam iguais ou até de 5% (por cento) superiores ao melhor preço, quando a primeira colocada for empresa de maior porte.

6.14.2. A preferência de contratação será concedida da seguinte forma:
a) Ocorrendo o empate, a ME, EPP ou equiparada melhor classificada nos termos do subitem 6.14 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados após a comunicação para tanto.

b) Caso a ME, EPP ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo da alínea “a”, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido na alínea “a”.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

6.14.3. O tratamento diferenciado de que trata o subitem 6.14 não será aplicado às licitações cujo item seja de valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ainda que as potenciais beneficiárias sejam qualificadas como ME, EPP ou equiparada.

6.14.4. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada não poderá fazer uso do tratamento diferenciado de que trata o subitem 6.14 se no ano-calendário de realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.14. Após aplicada a regra do subitem anterior e persistindo o empate, ou, caso não seja licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida.

6.15. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

DA NEGOCIAÇÃO

6.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, caso a proposta/lance do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar esteja acima do valor estimado da contratação, O(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas.

6.16.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.16.2. A negociação de que trata o subitem 6.17 deste Edital poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor estimado da contratação.

6.16.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ULTIMO LANCE OFERTADO

6.17. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar proposta adequada ao último lance ofertado, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação, devidamente preenchida e assinada, para fins de exame de aceitabilidade do preço, enviando-a para o e-mail a ser informado durante a sessão, **no prazo MÁXIMO de 02 (duas) horas,** contadas a partir da solicitação dO(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

6.17.1. A sessão PODERÁ ser suspensa para aguardo da proposta de preços, cabendo aO(a) Pregoeiro(a) informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.18. Encerrada a etapa de negociação (subitem 6.17) e apresentada a proposta adequada (subitem 6.18), se for o caso, O(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da proposta do licitante provisoriamente vencedor quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço.
6.18.1. Serão desclassificadas as propostas que:
I - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus anexos;
II - Apresentarem preços inexequíveis;
III - Permanecerem acima do valor estimado da contratação;
IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V - Contiverem vícios insanáveis;
VI - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.18.2. Para os fins do disposto nos incisos V e VI do subitem 6.19.1, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

I – A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
II - O desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;
III - Aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;
IV - A atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;
V – A juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou
VI – A juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

6.18.2.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 6.19.2 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

6.18.3. No caso de apresentação de proposta inexequível (inciso IV do subitem 6.19.1), o(a) Pregoeiro(a), para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:

a) Apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

b) Solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

6.18.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 6.19.2.1 e subitem 6.19.3, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hrs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.19. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.19.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedora for desclassificada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 6.13.

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

6.20. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

> **6.20.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
>
> **6.20.1.1.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

6.20.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

6.20.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

6.20.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.20.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

> **6.20.5.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

6.20.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

6.20.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

6.20.6.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.20.6.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

DA AMOSTRA

6.21. O(a) Pregoeiro(a) **poderá exigir que a licitante classificada em primeiro lugar e os aderentes de preços, se houver, apresentem amostra**, observando-se o procedimento estabelecido no TR.

6.22. Após o encerramento da análise da conformidade das propostas e dos lances, O(a) Pregoeiro(a) disponibilizará no sistema os documentos da proposta apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar.

6.23. Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após o término do julgamento das propostas, manifestar em campo próprio do sistema sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas nessa fase processual, sob pena de preclusão**.

6.23.1. Ao término do julgamento das propostas, será concedido na sessão pública o prazo de 10 (dez) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 6.24, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

6.23.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

6.24. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação da licitante classificada em primeiro lugar e **dos aderentes de preços, se houver**, observado o disposto neste edital.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

7.1.2. A consulta aos cadastros referidos no subitem 7.1 será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.3. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará a licitante inabilitada por falta de condição de participação.

7.1.4. Caso o(a) Pregoeiro(a) identifique que uma pessoa física ou jurídica atua em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, deverá observar o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas a ser editado pelo Poder Executivo.

DAS REGRAS GERAIS DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.2. Superada a consulta de que trata o subitem 7.1 deste Edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**, via sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação dO(a) Pregoeiro(a).

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório, observado o disposto no subitem 13.2 deste Edital.

7.4. A verificação pelO(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5. As exigências de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Para fins de assinatura da ata de registro de preço, os documentos exigidos para a habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

7.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.7.1. Para os fins previstos no subitem 7.7 deste Edital, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para:

I - Sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante;

II - A juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

7.7.2. O(a) Pregoeiro(a) poderá determina a realização das diligências de que tratam os subitens 7.7 e 7.7.1 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

7.7.3. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de inabilitação.

7.7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.8. Compete ao(à) Pregoeiro(a) verificar e julgar as condições de habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, oportunidade em que deverá promover:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

I – A conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor;
II – A emissão na sessão pública de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprove a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação, independentemente da apresentação de certidão ainda válida pelo licitante.

7.8.1. A emissão de que trata o inciso II do subitem 7.8 deste Edital fica dispensada na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública.

7.8.2 Quaisquer das circunstâncias a que se referem o subitem 7.8.1 deverão ser registradas na ata de sessão pública e comprovadas no processo administrativo por meio de documentos.

7.8.3. Caso a emissão de novo documento de que trata o inciso II do subitem 7.8 indique a irregularidade fiscal e trabalhista do licitante na data da realização da sessão pública, será declarada a sua inabilitação, salvo na hipótese de licitante caracterizado como Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas, ao qual será ofertado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comprovar a regularização, conforme determina o art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.8.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedor for inabilitada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 6.14.

7.10. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

7.11. Após o encerramento da fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) disponibilizará no sistema, os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor e aqueles oriundos das diligências promovidas em cumprimento aos subitens 7.4, 7.6 e 7.7 deste Edital.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

7.12. Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após a declaração do vencedor do certame (subitem 7.10), manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão**.

7.12.1. Após a declaração do vencedor do certame, será concedido na sessão pública o prazo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 7.12, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

7.12.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS PELOS LICITANTES NA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.13. Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar as seguintes declarações ou gerá-las em campo próprio do Sistema https://bnccompras.com

I - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

II - Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, empregados menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, observadas as seguintes disposições:

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, na forma e no prazo previsto nos subitens 6.24 e 7.12 deste Edital, **sob pena de preclusão**;

II – O prazo para apresentação das razões recursais, é de 03 (três) dias úteis, será iniciado na sessão pública em que o licitante for declarado vencedor do certame (subitem 7.10 deste Edital);

III – A apreciação e julgamento dos recursos interpostos em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante se dará em fase única.

8.2. A não apresentação das razões mencionadas no prazo descrito no item II do subitem 8.1 acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese dos motivos apresentadas em sede da manifestação de recorrer de que tratam os subitens 6.24 e 7.12 deste Edital.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

8.2.1. Na hipótese de que trata o subitem 8.2, o recurso não será conhecido caso não seja possível compreender as razões indicadas pelo licitante, tenha caráter meramente protelatório, ou seja baseado em fatos genéricos.

8.3. Os demais licitantes, desde logo, ficam intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do licitante recorrente.

8.4. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos nos itens anteriores.

8.5. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

8.6. O recurso de que trata o subitem 8.1 deste Edital será dirigido ao(à) Pregoeiro(a) que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6.1. A autoridade competente poderá solicitar auxilio do órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas jurídicas e subsidiá-la com as informações necessárias.

8.6.2. O prazo para proferir a decisão ficará suspenso caso a autoridade competente solicite o auxílio de que trata o subitem 8.6.1.

8.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o(a) Pregoeiro(a) deverá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;
III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

9.2. O processo licitatório, acompanhado do relatório de que trata o subitem 9.1, será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, a qual deverá adotar uma das condutas descritas no item anterior.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.8. Depois de assinada a Ata de Registro de Preço, as contratações eventualmente formalizadas pelo órgão ou entidade participante deverão observar o disposto naquele instrumento jurídico, bem como respeitar as condições e requisitos constantes no Termo de Referência.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO POR "NÃO PARTICIPANTES"

10.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, desde que cumpridos os requisitos descritos no §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. As sansões são aquelas previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

DA APLICAÇÃO DA SANÇÃO

11.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa poderá, **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame,** impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

12.2. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser enviadas **exclusivamente em campo próprio do Sistema** https://bnccompras.com.

12.3. Compete ao(à) Pregoeiro(a) receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e decidir as impugnações.

12.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

12.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações vincularão os participantes e a Administração.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DO SIGILO ORÇAMENTÁRIO

13.1. Nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá manter o orçamento estimado da contratação em caráter sigiloso, desde que devidamente justificado, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas pelos licitantes.

13.2. Para a presente contratação, cujo objeto consiste na aquisição futura e eventual de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas Creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, a Administração optará pela manutenção do orçamento estimado em sigilo até o encerramento da fase de julgamento das propostas, ressalvado o acesso pelos órgãos de controle interno e externo.

13.3. A adoção do sigilo do orçamento estimado justifica-se pelos seguintes fundamentos:

a) Preservação da competitividade: a não divulgação prévia do valor estimado permite que os licitantes formulem suas propostas com base em seus próprios custos, condições de fornecimento, capacidade operacional e preços praticados no mercado.
b) Busca da proposta mais vantajosa: a manutenção do orçamento em sigilo busca incentivar que os licitantes apresentem seus melhores preços, sem que tenham como referência prévia o valor estimado pela Administração Pública, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas, especialmente diante da natureza futura, eventual e parcelada da aquisição.
c) Mitigação de riscos: a divulgação antecipada do orçamento estimado poderia influenciar os licitantes a basearem suas propostas nesse valor, em vez de considerarem de forma independente seus custos e capacidades de fornecimento.
d) Transparência e controle: o caráter sigiloso do orçamento não impede o controle da contratação, uma vez que a pesquisa de preços, sua metodologia, fontes consultadas, documentos comprobatórios e demais elementos pertinentes permanecerão formalmente registrados nos autos do processo administrativo, para fins de controle e auditoria.

13.4. O sigilo não se estenderá aos quantitativos, às especificações dos produtos, às condições de fornecimento e às demais informações necessárias à formulação das propostas, que serão disponibilizadas aos licitantes na forma estabelecida no Edital e seus anexos.

13.5. Diante do exposto, a manutenção do orçamento estimado em sigilo constitui medida considerada adequada ao presente certame, contribuindo para a preservação da competitividade, a busca da

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

proposta mais vantajosa e a mitigação de riscos relacionados à formação dos preços, sem prejuízo da transparência e do controle pelos órgãos competentes.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Todas as referências de tempo estabelecidas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília.

14.2. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico e/ou apresentado em formato legível.

14.2.1. É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujos documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

14.2.2. Ao participar da presente licitação, os licitantes assumem integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da lei, por qualquer irregularidade constatada.

14.2.3. Caso o(a) Pregoeiro(a) julgue necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio do sistema eletrônico poderá ser verificada:

I - Mediante apresentação de original perante o(a) Pregoeiro(a) ou os servidores que compõem a sua equipe de apoio;
II – Por meio de autenticação por cartório competente;
III – Por meio de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
IV – Perante publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no site oficial do órgão emissor.

14.3. As declarações da empresa licitante solicitadas no edital deverão ser assinadas e identificadas (nome completo, RG e CPF) pelo representante legal ou pelo procurador por ele constituído, não havendo a necessidade de autenticação do documento.

14.3.1. No caso de documentação assinada por procurador, o(a) Pregoeiro(a) solicitará na sessão o envio da procuração outorgada pelo representante legal da licitante, devidamente autenticado por cartório competente, ou assinada digitalmente por meio de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

14.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

14.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.8. As informações inerentes a este pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, na Sala de Licitação, localizada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, na Avenida Guilherme Dias, nº 280, Bairro Centro, no Município de **BRUMADO/BA**, CEP 46.100-000, das 8h às 12h, das 14h às 17hs.

14.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereços eletrônicos https://bnccompras.com ou por e-mail: semad_licitacao@brumado.ba.gov.br

14.9.1. A cópia do Edital e seus Anexos poderá ser retirada junto à Comissão de Contratação, mediante apresentação do recolhimento da taxa de reprodução, proporcional ao número de cópias.

14.10. Fica eleito o foro da cidade de **BRUMADO/BA**, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

14.11. Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos:
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO;
ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.
ANEXO V – MODELOS DE DECLARAÇÕES (A, B, C, D, E).

BRUMADO/BA, em 20 de outubro de 2026.

EDINEIDE LOUSADO DE ALMEIDA DE OLIVEIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição futura e eventual de aquisição de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, conforme especificações, condições, quantitativos estimados e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O fornecimento dos materiais deverá ocorrer de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitações da Secretaria Municipal de Educação, observando-se rigorosamente as especificações técnicas, os quantitativos solicitados, os padrões de qualidade, as condições de acondicionamento, transporte e entrega, bem como as normas técnicas e regulamentares aplicáveis a cada produto.

1.3. A presente contratação não implica obrigação de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados por parte da Administração Pública, constituindo-se estes em mera estimativa para fins de planejamento. Os quantitativos efetivamente adquiridos serão definidos de acordo com as necessidades, conveniência e oportunidade da Administração Pública, durante a vigência da contratação e condicionados à disponibilidade orçamentária e financeira.

1.4. Os produtos de higiene e materiais de enxoval, objeto da presente contratação, a serem fornecidos pelo período de 12 (doze) meses, deverão obedecer às seguintes especificações técnicas:

LOTE I – PRODUTOS DE HIGIENE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.
1	SABONETE LIQUIDO, GARRAFA COM 5 LITRO, RENDE ATE 1000 USOS, LIMPEZA SUAVE, PARA TODOS OS TIPOS DE PELE.	800	L
2	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAM. P QUANTIDADE DE FRALDAS POR PACOTE: COM 44 UNIDADES; COMPOSIÇÃO/MATERIAL: CELULOSE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, POLIETILENO, POLIPROPILENO, ADESIVOS, ELÁSTICOS, FRAGRÂNCIA, CITRONELLOL, COM GEL ULTRA ABSORVERNTE,ABAS ELÁSTICAS AJUST - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAM. P FRALDADESCARTÁVEL INFANTIL - TAMANHO P COMPOSIÇÃO/MATERIAL: CELULOSE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, POLIETILENO, POLIPROPILENO, ADESIVOS, ELÁSTICOS, FRAGRÂNCIA, CITRONELLOL,COM GEL ULTRA ABSORVERNTE, ABAS ELÁSTICAS AJUSTÁVEIS, LONGA PROTEÇÃO: ATÉ 12 HORAS, FRALDAS HIPOALERGÊNICAS, COM BARREIRAS ANTIVAZAMENTO. SENDO UNISSEX; TAMANHO DA FRALDA: P; PESO MÁXIMO RECOMENDADO (KG): 3,5 KG A 5 KG.	900	PCT

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL -TAMANHO M QUANTIDADE DE FRALDAS POR PACOTE: COM 70 UNIDADES; COMPOSIÇÃO/MATERIAL: CELULOSE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, POLIETILENO,POLIPROPILENO, ADESIVOS, ELÁSTICOS, FRAGRÂNCIA, CITRONELLOL, COM GEL ULTRA ABSORVERNTE,ABAS ELÁSTICAS AJUST - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAM. M FRALDADESCARTÁVEL INFANTIL - TAMANHO M COMPOSIÇÃO/MATERIAL: CELULOSE, POLÍMEROSUPERABSORVENTE, POLIETILENO, POLIPROPILENO, ADESIVOS, ELÁSTICOS, FRAGRÂNCIA, CITRONELLOL,COM GEL ULTRA ABSORVERNTE, ABAS ELÁSTICAS AJUSTÁVEIS, LONGA PROTEÇÃO: ATÉ 12 HORAS, FRALDASHIPOALERGÊNICAS, COM BARREIRAS ANTIVAZAMENTO. SENDO UNISSEX. TAMANHO DA FRALDA: M;PESO MÁXIMO RECOMENDADO (KG): 5 KG A 10 KG	2000	PCT
4	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL -TAMANHO G QUANTIDADE DE FRALDAS POR PACOTE: COM 60 UNIDADES: COMPOSIÇÃO/MATERIAL: CELULOSE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, POLIETILENO,POLIPROPILENO, ADESIVOS, ELÁSTICOS, FRAGRÂNCIA, CITRONELLOL, COM GEL ULTRA ABSORVERNTE,ABAS ELÁSTICAS AJUST - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAM. G FRALDADESCARTÁVEL INFANTIL - TAMANHO G COMPOSIÇÃO/MATERIAL: CELULOSE, POLÍMEROSUPERABSORVENTE, POLIETILENO, POLIPROPILENO, ADESIVOS, ELÁSTICOS, FRAGRÂNCIA, CITRONELLOL,COM GEL ULTRA ABSORVERNTE, ABAS ELÁSTICAS AJUSTÁVEIS, LONGA PROTEÇÃO: ATÉ 12 HORAS, FRALDASHIPOALERGÊNICAS, COM BARREIRAS ANTIVAZAMENTO. SENDO UNISSEX. TAMANHO DA FRALDA: G;PESO MÁXIMO RECOMENDADO (KG): 9 KG A 13 KG.	8000	PCT
5	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAM. XG QUANTIDADE DE FRALDAS POR PACOTE: COM 50 UNIDADES: COMPOSIÇÃO/MATERIAL: CELULOSE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, POLIETILENO, POLIPROPILENO, ADESIVOS, ELÁSTICOS, FRAGRÂNCIA, CITRONELLOL, COM GEL ULTRA ABSORVERNTE, ABAS ELÁSTICAS AJUSTE COM	9000	PCT
6	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAM. XXG QUANTIDADE DE FRALDAS POR PACOTE: COM 50 UNIDADES COMPOSIÇÃO/MATERIAL: CELULOSE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, POLIETILENO, POLIPROPILENO, ADESIVOS, ELÁSTICOS, FRAGRÂNCIA, CITRONELLOL, COM GEL ULTRA ABSORVERNTE, ABAS ELÁSTICAS AJUSTE.	9500	PCT
7	PAPEL HIGIENICO- FOLHA DUPLA, NEUTRO FARDOS COM 12 PACOTES DE 4 ROLOS, TOTALIZANDO 48 ROLOS 30M X 10CM.	2500	FD

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

8	LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE DE BEBES - PACOTES COM 100 UNIDADES DE MATERIAL RESISTENTE E SUAVE, COMO TECIDO NÃO TECIDO (TNT), COM UMA SOLUÇÃO HIDRATANTE QUE CONTÉM ÁGUA PURIFICADA, ALOE VERA, VITAMINA E E OUTROS INGREDIENTES CALMANTES. É HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE ÁLCOOL, FRAGRÂNCIAS E PARABENOS, E TEM PH BALANCEADO, SENDO ADEQUADO PARA PELES SENSÍVEIS. SUA EMBALAGEM É PRÁTICA, COM SISTEMA DE VEDAÇÃO PARA MANTER A UMIDADE. USADO PARA LIMPEZA DE MÃOS, ROSTO, E ÁREAS ÍNTIMAS, É EFICAZ E SEGURO PARA BEBÊS E ADULTOS. A VALIDADE É DE ATÉ 24 MESES, COM ARMAZENAMENTO RECOMENDADO EM LOCAL SECO.	4000	PCT
9	ALCOOL LIQUIDO, 70 INPM BACTERICIDA 1LITRO	3000	L
10	ALCOOL EM GEL 70 INPM 5L	500	L
11	SABÃO EM PÓ, PARA ROUPAS COLORIDAS E BRANCAS GRAMAS DO PACOTE: 500G	2500	UND
12	AMACIANTE CONCENTRADO, CONTENDO: 5 LITROS, TENSOATIVO CATIÔNICO, COADJUVANTES, CONSERVANTE, CORANTE, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO, CONTÉM: SAL DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO.	800	UND
13	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LATEX COM 50 PARES TAMANHO: G LÁTEX NATURAL, LEVEMENTE TALCADAS COM AMIDO DE MILHO, O PRODUTO É ANATÔMICO, NÃO ESTÉRIL E DE USO ÚNICO.	3000	CX
14	MASCARA TRIPLA C/ FILTRO BRANCA CONTENDO: 50 UNID DESCARTAVEL NA COR BRANCO DESENHO DO TECIDO SEM ESTAMPA, PRODUZIDA EM POLIPROPILENO NÃO TECIDO, ISENTA DE FIBRA DE VIDRO, ATÓXICA, NÃO ESTÉRIL, NÃO INFLAMÁVEL.	600	CX
15	SHAMPOO INFANTIL FRASCO COM NO MÍNIMO -480 ML PARA LIMPEZA DOS FIOS E DO COURO CABELUDO, COM AGENTE CONDICIONANTE, QUELANTE, UMECTANTE; INFANTIL; PARA CABELOS DE TODOS OS TIPOS; NEUTRO.	3500	UND
16	CONDICIONADOR INFANTIL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 480 ML, SEM ÁLCOOL E COM PH BALANCEADO, PARA TODOS OS TIPOS DECABELOS. DERMATOLOGICAMENTE E OFTALMOLOGICAMENTE TESTADO.	3000	UND
17	CREME PARA PENTEAR CABELO INFANTIL - EMBALAGEM COM 300ML SEM ENXAGUE; PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO; EMBALAGEMCONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO (MARCA, PRAZODE VALIDADE, REGISTRO NA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE).	2000	UND
18	COLÔNIA INFANTIL 200ML - INFANTIL, PERFUMADA, FORMULA HIPOALÉRGICA E COMPOSTA DEINGREDIENTES QUE PROMOVEM MACIEZ E HIDRATAÇÃO	2500	UND

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

19	SABONETE. LIQUIDO, CREMOSO, ANTISSEPTICO DAS MAOS E DOCORPO, DEIXANDO A PELE MACIA, HIDRATADA E PROTEGIDA, PHFISIOLOGICO, TRICLOSAN 3, HIDRATANTE DE GLICERINA, FRASCO 1L	2800	L
20	FRASCO SABONETEIRA DE MESA COM VÁLVULA PUMP 500 ML	350	UND
21	ESCOVA DENTAL INFANTIL CERDA MACIA, CABO RETO, CERDAS DE NYLON MACIAS, CERDAS POLIDAS E ARREDONDADAS, DESIGN ERGONÔMICO E MODERNO, PLÁSTICO LACRADO, TIPO FLOW PACK, 4 FILEIRAS DE TUFOS, CONTENDO 28 TUFOS DE CERDAS, APARADAS UNIFORMEMENTE, 15CM DE COMPRIMENTO.	2000	UND
22	PORTA ESCOVA DE DENTES E PASTA EM ACRÍLICO TAMANHO: 13 CM LARGURA X 9 CM ALTURA X 8 CM COMPRIMENTO. COM 6 FUROS PARA AS ESCOVAS.	380	UND
23	PENTE DE PENTEAR PLASTICO, MEDINDO 22CM, COMPOSIÇÃO DE RESINA PLASTICA	350	UND
24	ESCOVA POLVO PARA CABELO CACHEADO - CORES SORTIDAS (YW027)	350	UND
25	HASTES FLEXÍVEIS COTONETES, CAIXA COM 150 UNIDADES, FEITO COM ALGODÃO 100% PURO E POSSUI HASTES PLÁSTICAS FLEXÍVEIS	250	UND
26	BOLAS DE ALGODÃO COMPOSTO DE FIBRAS 100% ALGODÃO, ALVEJADAS E EM FORMA DE MANTAS, PACOTE COM 200 G.	1370	UND

LOTE II – MATERIAIS DE ENXOVAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.
1	TOALHA BANHO, MATERIAL 100% ALGODÃO DESCRIÇÕES: COMPRIMENTO 1,40 X 0,80 CM, COR CLARA, (NÃO PODE SER BRANCO) CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TECIDO FELPUDO.	550	UNID
2	TOALHA ROSTO, MATERIAL 100% ALGODÃO DESCRIÇÕES: COMPRIMENTO 80 X 50 CM COR CLARA (NÃO PODE SER BRANCO) CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TECIDO FELPUDO.	350	UNID
3	LENÇOL SOLTEIRO PERCAL SEM ELÁSTICO DESCRIÇÕES: 100% ALGODÃO, 200 FIOS, ANTIALÉRGICOS, FIBRAS LONGAS, MACIAS E RESISTENTES, COR: CLARA (NÃO PODE SER BRANCO) LISO COM ALTA DURABILIDADE DIMENSÕES DO PRODUTO: 1,88m x 0,88m.	500	UNID
4	LENÇOL PARA BERÇO, PERCAL COM ELÁSTICO DIMENSÕES DO PRODUTO: 140 CM X 70 CM;	500	UNID

1.5. Em caso de divergência entre o descritivo constante no Edital, em seus Anexos e na plataforma eletrônica de realização do certame https://bnccompras.com, prevalecerá o disposto no Edital e em seus Anexos, por representar a manifestação formal da Administração Pública.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Nos termos dos arts. 18, 40 e 41 da Lei nº 14.133/2021, a contratação ora proposta está fundamentada em Estudos Técnicos Preliminares que demonstram a necessidade, a pertinência e a viabilidade técnica e econômica da aquisição futura e eventual de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA.

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar o fornecimento contínuo e adequado de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas creches e pelas unidades que ofertam a Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, de modo a garantir condições apropriadas para a execução das rotinas de cuidado, higiene e atendimento diário, em consonância com as necessidades próprias da primeira infância.

A Educação Infantil constitui etapa fundamental da Educação Básica, na qual as ações de educar e cuidar são indissociáveis. Nesse contexto, o atendimento prestado pelas unidades municipais não se restringe às atividades pedagógicas, abrangendo também cuidados cotidianos indispensáveis ao bem-estar das crianças, especialmente em razão da faixa etária atendida e do período de permanência no ambiente educacional. Dessa forma, a disponibilização de produtos e materiais adequados constitui condição necessária para o regular funcionamento das unidades e para a prestação adequada do serviço público de educação.

A necessidade da contratação está diretamente relacionada à utilização contínua dos itens durante o ano letivo, considerando que produtos como fraldas descartáveis, sabonetes, lenços umedecidos, papel higiênico, produtos para higiene dos cabelos e higiene bucal, entre outros, são consumidos rotineiramente e demandam reposição periódica. Da mesma forma, toalhas e lençóis integram a estrutura necessária ao atendimento das crianças, especialmente nas unidades em que são realizadas atividades de banho, repouso e cuidados pessoais.

No que se refere ao Lote 01 – Produtos de Higiene, os itens previstos destinam-se ao atendimento das necessidades de higiene e cuidados pessoais das crianças, bem como ao suporte necessário para a execução das rotinas de cuidado desenvolvidas nas unidades de Educação Infantil. A diversidade dos produtos e dos tamanhos previstos, especialmente no caso das fraldas descartáveis, decorre das diferentes faixas etárias e características das crianças atendidas, sendo necessária a disponibilidade de itens compatíveis com suas necessidades individuais.

Também integram o referido lote produtos destinados ao apoio das rotinas de higiene e manutenção das unidades, tais como produtos para higienização das mãos e demais materiais utilizados no cotidiano escolar, além de acessórios necessários à organização dos cuidados pessoais. A

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

disponibilização desses itens contribui para a manutenção de ambientes adequados ao atendimento infantil e para a execução regular das atividades desenvolvidas nas unidades.

Quanto ao Lote 02 – Materiais de Enxoval, a aquisição de toalhas de banho, toalhas de rosto e lençóis mostra-se necessária para atender às rotinas de higiene, banho, repouso e conforto das crianças. A especificação de materiais adequados à faixa etária, bem como a padronização das características dos produtos, busca assegurar condições apropriadas de uso, durabilidade e organização, considerando a utilização frequente desses materiais nas unidades de Educação Infantil.

A ausência ou insuficiência desses produtos e materiais pode comprometer a execução das rotinas de cuidado e higiene, dificultar o atendimento das necessidades básicas das crianças e prejudicar as condições de conforto, bem-estar e organização das unidades. A contratação, portanto, possui caráter essencial para evitar descontinuidade no fornecimento de itens necessários ao cotidiano escolar e para assegurar que as atividades sejam desenvolvidas em condições adequadas.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação mostra-se necessária por estar diretamente vinculada à adequada prestação do serviço público educacional, especialmente no atendimento de crianças na primeira infância, público que demanda cuidados específicos e contínuos. A disponibilização dos materiais necessários às rotinas de higiene, cuidado e descanso contribui para a manutenção de condições adequadas de atendimento e para o funcionamento regular das unidades da Rede Municipal de Educação.

A contratação também busca assegurar a continuidade do atendimento, evitando a falta de materiais de uso recorrente e reduzindo o risco de interrupções ou limitações nas rotinas desenvolvidas pelas unidades. A previsão de fornecimento dos itens de acordo com as necessidades identificadas pela Administração Pública possibilita melhor organização do abastecimento, reposição dos materiais e planejamento das atividades, observados os princípios do planejamento, da eficiência e da adequada aplicação dos recursos públicos.

Nesse sentido, a aquisição pretendida atende a uma necessidade administrativa concreta e está relacionada a uma finalidade pública específica, qual seja, assegurar condições materiais adequadas para o atendimento das crianças atendidas pelas creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, proporcionando suporte às rotinas de higiene, cuidados pessoais, banho, repouso e demais atividades inerentes ao atendimento diário.

Diante do exposto, a contratação mostra-se necessária, adequada e de interesse público, tendo em vista sua relevância para a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela Rede Pública Municipal de Educação, bem como para a garantia de condições apropriadas de higiene, conforto, cuidado e bem-estar às crianças atendidas nas unidades de Educação Infantil.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1. Embora o Município de Brumado/BA ainda não possua formalmente instituído o Plano de Contratações Anual (PCA), a presente demanda decorre de necessidade previamente identificada pela Administração Pública Municipal e encontra-se relacionada ao planejamento das ações da Secretaria Municipal de Educação, especialmente quanto à manutenção das condições adequadas para o funcionamento das unidades que atendem à Educação Infantil.

A contratação está inserida no planejamento das atividades necessárias à adequada prestação do serviço público educacional, considerando a necessidade permanente de disponibilização de produtos de higiene e materiais de enxoval para atendimento das crianças. Trata-se de materiais de utilização contínua e de reposição periódica, indispensáveis à realização das rotinas de cuidado, higiene, banho, repouso e demais atividades desenvolvidas nas creches e unidades de Educação Infantil.

Nesse sentido, o planejamento da contratação busca evitar a insuficiência ou descontinuidade no fornecimento de itens essenciais, possibilitando à Administração Pública organizar previamente suas necessidades, estimar os quantitativos necessários e estabelecer condições adequadas para o abastecimento das unidades educacionais durante o período de execução contratual.

A aquisição também se relaciona diretamente ao planejamento operacional da Secretaria Municipal de Educação, na medida em que contribui para a manutenção das condições necessárias ao funcionamento regular das unidades e para a continuidade das atividades desenvolvidas no atendimento às crianças. A disponibilização dos materiais necessários às rotinas de higiene, cuidado e repouso constitui suporte indispensável à adequada execução das atividades próprias da Educação Infantil.

Dessa forma, ainda que não haja, até o momento, um PCA formalmente instituído no âmbito municipal, a presente contratação encontra-se alinhada às necessidades identificadas pela Administração Pública e às ações planejadas pela Secretaria Municipal de Educação, observando os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e da busca pelo atendimento do interesse público.

4. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. Considerando a natureza do objeto, a previsibilidade e recorrência da demanda e a necessidade de assegurar o fornecimento adequado de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, a contratação por meio de licitação própria revela-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, jurídico, operacional e econômico.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

A solução tem por finalidade assegurar o fornecimento regular dos produtos e materiais necessários ao atendimento das necessidades de higiene, conforto e bem-estar das crianças, contemplando itens de higiene pessoal, fraldas descartáveis, produtos destinados aos cuidados com cabelos e higiene bucal, materiais de apoio à higiene, bem como toalhas e lençóis destinados ao uso nas creches e unidades de Educação Infantil.

A contratação deverá observar as especificações técnicas, características, dimensões, composição, capacidade, apresentação, unidades de fornecimento e demais requisitos estabelecidos para cada item, de modo a assegurar a adequada utilização dos produtos e materiais pelas unidades da Rede Pública Municipal de Educação, sem direcionamento a marcas ou modelos específicos, observadas as exigências mínimas necessárias ao atendimento do interesse público.

Os produtos de higiene e os materiais de enxoval deverão apresentar qualidade, segurança, adequação ao uso infantil, quando aplicável, e conformidade com as normas técnicas, sanitárias e demais regulamentações pertinentes. Os itens deverão ser fornecidos em condições adequadas de uso, devidamente acondicionados e com prazo de validade compatível com sua utilização, quando aplicável.

A opção pela realização de licitação própria na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), fundamenta-se na natureza comum dos bens, cujas características e padrões mínimos de qualidade podem ser definidos objetivamente no instrumento convocatório. A utilização do SRP mostra-se adequada diante da natureza recorrente da demanda, permitindo que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva das creches e unidades de Educação Infantil e a disponibilidade orçamentária, não implicando, por si só, obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados.

A solução também contribui para o planejamento das aquisições e para o adequado gerenciamento dos estoques, possibilitando o abastecimento gradual das unidades, reduzindo a necessidade de armazenamento de volumes superiores à demanda imediata e minimizando os riscos de desabastecimento. Dessa forma, busca-se promover maior eficiência na utilização dos recursos públicos e melhor adequação entre as quantidades adquiridas e as necessidades efetivas das unidades escolares.

A solução adotada mostra-se compatível com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, contribuindo para assegurar a continuidade e a qualidade das ações desenvolvidas nas creches e unidades de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA.

Com isso, a solução escolhida, mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, apresenta as seguintes vantagens:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Eficiência operacional: possibilita o fornecimento conforme a necessidade das creches e unidades de Educação Infantil, favorecendo o abastecimento regular;
- Flexibilidade nas aquisições: permite a realização de contratações de forma parcelada, de acordo com a demanda efetiva e a disponibilidade orçamentária;
- Adequação ao objeto: possibilita a definição objetiva das especificações e requisitos mínimos necessários para os produtos de higiene e materiais de enxoval;
- Economicidade: favorece a obtenção de condições mais vantajosas por meio da competição entre fornecedores e do planejamento das aquisições;
- Gestão eficiente dos estoques: reduz a necessidade de formação de estoques excessivos e contribui para minimizar os riscos de desabastecimento;
- Transparência e controle: proporciona maior controle sobre os preços registrados, quantitativos, solicitações e entregas realizadas;
- Continuidade do atendimento: contribui para garantir a disponibilidade dos materiais necessários às atividades de higiene, cuidado, conforto e atendimento das crianças.

Dessa forma, a solução escolhida mostra-se adequada e potencialmente vantajosa para atender às necessidades das creches e unidades de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, assegurando o fornecimento regular de produtos de higiene e materiais de enxoval, com observância das especificações estabelecidas, do planejamento administrativo e da adequada utilização dos recursos públicos.

4.2. DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

Considerando o ciclo de vida do objeto, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá considerar as principais etapas relacionadas à aquisição, utilização e descarte dos produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas Creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, conforme segue:

• **Planejamento:** identificação da necessidade de aquisição dos produtos de higiene e materiais de enxoval, considerando o número de crianças atendidas, o consumo histórico, a rotina das unidades escolares, a necessidade de reposição dos materiais e as condições necessárias à manutenção da higiene, saúde, conforto, segurança e bem-estar das crianças;

• **Seleção dos fornecedores:** realização de procedimento licitatório para seleção de fornecedores aptos ao fornecimento dos produtos, mediante análise da documentação de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, quando exigível, bem como do atendimento às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;

• **Aquisição e execução contratual:** fornecimento dos produtos de forma parcelada e sob demanda, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, observando-se os quantitativos

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

solicitados, os prazos de entrega, as especificações técnicas, as condições de acondicionamento, transporte, validade e demais requisitos estabelecidos na contratação;

• **Recebimento e fiscalização:** conferência dos produtos entregues pelas unidades responsáveis, verificando-se a quantidade, qualidade, integridade das embalagens, validade, características, dimensões, composição e demais especificações previstas no Termo de Referência, com a rejeição dos produtos que estejam em desacordo com as exigências da contratação;

• **Armazenamento e distribuição:** os produtos deverão ser armazenados em condições adequadas de higiene, conservação e segurança, de modo a preservar suas características e qualidade, sendo posteriormente distribuídos às Creches e unidades de Educação Infantil conforme a necessidade de cada unidade;

• **Utilização:** os produtos serão utilizados nas atividades rotineiras de higiene, cuidados pessoais, limpeza e atendimento das necessidades das crianças, bem como nos serviços de apoio relacionados ao uso dos materiais de enxoval, observadas as finalidades e especificações de cada item;

• **Registro e comprovação:** as entregas deverão ser formalmente registradas, mediante documentação fiscal e demais instrumentos de recebimento e controle adotados pela Administração, assegurando a rastreabilidade das aquisições e a adequada comprovação da execução contratual;

• **Pagamento:** o pagamento será realizado após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e após o atesto do recebimento e da conformidade dos materiais pela fiscalização competente, observadas as condições estabelecidas na contratação;

• **Descarte e destinação final:** os materiais que atingirem o fim de sua vida útil, bem como embalagens e resíduos decorrentes de sua utilização, deverão, sempre que aplicável, receber destinação adequada, observando-se as normas ambientais, sanitárias e de gerenciamento de resíduos pertinentes;

• **Encerramento da contratação:** ao término da vigência contratual, deverá ser avaliado o desempenho da contratada quanto à qualidade dos produtos fornecidos, cumprimento dos prazos e obrigações assumidas, regularidade das entregas e atendimento às necessidades da Administração Pública, com o registro das informações relevantes para subsidiar futuras contratações;

• **Sustentabilidade:** sempre que técnica e economicamente viável, deverão ser adotadas práticas que contribuam para o uso racional dos produtos, a redução de desperdícios, a adequada conservação dos materiais de enxoval, a utilização de embalagens apropriadas, a redução da geração de resíduos e a destinação ambientalmente adequada das embalagens e demais resíduos decorrentes do uso dos produtos, sem prejuízo do atendimento às necessidades de higiene, saúde, segurança, conforto e bem-estar das crianças.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.3. DA BASE LEGAL E DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A presente contratação deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas aplicáveis às contratações públicas.

Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O inciso XLI do art. 6º da mesma Lei define o Pregão como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

No caso em análise, os produtos de higiene e materiais de enxoval possuem características padronizadas e objetivamente definíveis por meio das especificações constantes deste Termo de Referência, sendo encontrados usualmente no mercado e permitindo a comparação objetiva entre as propostas apresentadas pelos licitantes.

Dessa forma, mostra-se adequada a adoção do Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observados os requisitos e procedimentos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável. A adoção do Pregão Eletrônico proporciona, entre outras, as seguintes vantagens:

a) Ampla competitividade: possibilita a participação de maior número de fornecedores, inclusive de diferentes localidades, ampliando a competitividade e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas;
b) Transparência: permite maior publicidade e acompanhamento das etapas do procedimento licitatório, contribuindo para a transparência e o controle dos atos administrativos;
c) Eficiência e celeridade: a utilização de meio eletrônico proporciona maior agilidade na realização do certame e na análise das propostas;
d) Economicidade: o ambiente competitivo favorece a obtenção de preços compatíveis com os praticados no mercado, contribuindo para a racionalização dos recursos públicos;
e) Objetividade na seleção: considerando que os produtos possuem especificações previamente definidas, é possível realizar julgamento objetivo das propostas, em conformidade com os critérios estabelecidos no edital.

Assim, considerando a natureza dos produtos e a possibilidade de definição objetiva de seus padrões de qualidade e desempenho, o Pregão Eletrônico revela-se modalidade adequada para a presente contratação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

4.4. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se adequada para a presente contratação, tendo em vista a natureza dos produtos de higiene e materiais de enxoval e a necessidade de fornecimento parcelado e conforme a demanda das Creches e das unidades de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA.

Os produtos objeto da contratação são destinados ao atendimento contínuo das necessidades das crianças matriculadas e atendidas pela Rede Pública Municipal de Educação, abrangendo itens de uso frequente e de consumo recorrente, tais como fraldas descartáveis, sabonetes, lenços umedecidos, produtos para higiene pessoal, escovas dentais, materiais de higiene e itens de enxoval.

A demanda por esses materiais pode variar ao longo da vigência da contratação em razão do número de crianças atendidas, da faixa etária, do consumo efetivo de cada unidade, da necessidade de reposição e substituição de materiais, bem como de eventuais alterações na demanda da Rede Municipal de Educação. Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços permite que a Administração Pública, realize as aquisições de forma parcelada, conforme a necessidade efetivamente verificada, evitando a realização de aquisições excessivas e a formação de estoques desnecessários, sem comprometer a continuidade do atendimento às crianças.

A utilização do SRP também contribui para o planejamento das aquisições, para a racionalização dos procedimentos administrativos e para o melhor gerenciamento dos recursos públicos, uma vez que os produtos poderão ser solicitados de acordo com a demanda das unidades escolares, durante o período de vigência da ata de registro de preços, observadas as condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

Ressalta-se que o registro de preços não gera obrigação de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados, sendo as contratações decorrentes realizadas de acordo com a necessidade, conveniência e oportunidade da Administração Pública, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita, ainda, maior eficiência na gestão dos materiais, redução do risco de desabastecimento, maior previsibilidade para o planejamento das aquisições e racionalização dos procedimentos de compra, especialmente diante da natureza contínua e variável do consumo dos produtos.

Dessa forma, considerando a necessidade de fornecimento parcelado, a impossibilidade de determinar com absoluta precisão o consumo de cada item durante todo o período de vigência e a conveniência de realizar as aquisições conforme a demanda efetiva das unidades de Educação Infantil, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, celeridade, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.5. DA VIGÊNCIA E DO FORNECIMENTO PARCELADO

A contratação decorrente do procedimento licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento convocatório. O fornecimento dos produtos será realizado de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação, conforme as necessidades das Creches e das unidades de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA.

Os quantitativos constantes deste Termo de Referência são estimativos e destinam-se exclusivamente ao planejamento da contratação, não constituindo obrigação da Administração Pública de adquirir integralmente os quantitativos registrados.
As entregas deverão ocorrer nos locais, prazos e condições estabelecidos neste termo de referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e/ou no instrumento contratual, devendo os produtos ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados, identificados e em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. Em observância ao disposto no art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve considerar, nas compras, a possibilidade de parcelamento do objeto, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de modo a ampliar a competitividade, aproveitar as peculiaridades do mercado fornecedor e evitar a concentração indevida de itens em um único fornecedor, sem prejuízo da qualidade e da adequada execução contratual.

No caso da presente contratação, verifica-se a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto em dois lotes, considerando a natureza, as características e as finalidades distintas dos materiais a serem adquiridos. O Lote 01 – Produtos de Higiene reúne itens destinados principalmente às rotinas de higiene e cuidados pessoais das crianças. Já o Lote 02 – Materiais de Enxoval é composto por toalhas e lençóis destinados às rotinas de banho, higiene, repouso e conforto das crianças atendidas pelas unidades de Educação Infantil.

A divisão do objeto nesses dois lotes permite agrupar produtos que apresentam características e finalidades semelhantes, preservando a coerência entre os itens de cada grupo e, ao mesmo tempo, evitando o agrupamento de materiais de naturezas distintas em um único lote. Tal estrutura mostra-se compatível com a necessidade da Administração Pública e com a dinâmica do mercado fornecedor, possibilitando a participação de empresas que possuam capacidade de fornecimento compatível com cada categoria de material.

O parcelamento em lotes também contribui para a ampliação da competitividade, na medida em que permite a participação de maior número de fornecedores interessados em determinados segmentos da

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

contratação, inclusive empresas que não possuam condições de fornecer, simultaneamente, todos os produtos de higiene e materiais de enxoval previstos na demanda.

Além disso, a adoção de dois lotes pode favorecer a economicidade da contratação, ao possibilitar que a Administração Pública obtenha propostas mais vantajosas para cada grupo de materiais, mediante maior participação de fornecedores e disputa entre empresas com atuação compatível com os respectivos objetos.

A estruturação do objeto dessa forma também contribui para uma gestão contratual mais eficiente, facilitando o acompanhamento do fornecimento, o recebimento e a conferência dos materiais, bem como a identificação de eventuais ocorrências relacionadas à execução contratual. O agrupamento por natureza e finalidade permite maior organização dos procedimentos de aquisição, recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais às unidades de Educação Infantil.

Ressalta-se que o parcelamento adotado não compromete a padronização ou a qualidade dos produtos, uma vez que as especificações técnicas, características, requisitos mínimos de qualidade, condições de fornecimento e demais exigências estarão devidamente estabelecidos. Dessa forma, independentemente do lote, os produtos deverão atender integralmente aos requisitos definidos pela Administração Pública e às necessidades específicas das crianças atendidas pela Rede Pública Municipal de Educação.

No que se refere ao Lote 01 – Produtos de Higiene, o agrupamento dos itens justifica-se pela relação direta existente entre eles e sua utilização nas rotinas de higiene, cuidados pessoais e manutenção das condições adequadas de atendimento às crianças. Embora os produtos possuam características específicas, apresentam finalidade comum relacionada às necessidades de higiene e cuidado próprias das unidades de Educação Infantil.

Quanto ao Lote 02 – Materiais de Enxoval, o agrupamento das toalhas e dos lençóis também se mostra coerente, considerando que são materiais de natureza semelhante, destinados às rotinas de banho, higiene, repouso e conforto das crianças, apresentando características de fornecimento e utilização compatíveis entre si.

Dessa maneira, a divisão do objeto em dois lotes tecnicamente coerentes mostra-se adequada à natureza da contratação, permitindo conciliar a ampliação da competitividade com a necessidade de manter agrupados materiais que possuem características, finalidades e formas de utilização semelhantes.

Assim, conclui-se que o parcelamento da presente contratação nos Lotes 01 – Produtos de Higiene e 02 – Materiais de Enxoval mostra-se tecnicamente viável e potencialmente vantajoso para a Administração Pública, por favorecer a competitividade, possibilitar a participação de fornecedores com

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

capacidade compatível com cada grupo de materiais, contribuir para a obtenção de propostas mais vantajosas e facilitar a gestão e fiscalização do fornecimento, atendendo ao interesse público e às necessidades da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para assegurar que a contratação atenda adequadamente às necessidades da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA e que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente, transparente e responsável, deverão ser observados os seguintes requisitos:

6.1. Requisitos Técnicos e Operacionais

a) Conformidade legal e normativa

Os produtos a serem fornecidos deverão atender à legislação vigente e às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, especialmente:

- Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- normas sanitárias aplicáveis aos produtos de higiene e de uso infantil;
- demais normas técnicas e regulamentações pertinentes a cada produto.

b) Escopo do fornecimento

A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas creches e unidades de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, compreendendo:

- Produtos de higiene infantil e pessoal;
- Fraldas descartáveis infantis, em diferentes tamanhos;
- Produtos para higiene bucal e capilar;
- Produtos e materiais destinados à higienização das crianças e das unidades;
- Materiais de apoio à higiene, como luvas, máscaras e saboneteiras;
- Toalhas de banho e de rosto;
- Lençóis para solteiro e para berço;
- Demais itens previstos nas especificações e quantitativos da contratação.

Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com as especificações, quantidades, unidades de fornecimento e padrões de qualidade estabelecidos no Termo de Referência, observando-se as características próprias de cada item.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

6.2. Qualidade, segurança e adequação dos produtos

Os produtos deverão ser novos, de primeira qualidade, próprios para o uso a que se destinam e apresentar condições adequadas de conservação, embalagem, identificação e validade.

Os produtos destinados diretamente à higiene infantil deverão ser adequados à faixa etária atendida, observando, quando aplicável, requisitos de segurança, composição, características hipoalergênicas, pH, ausência de substâncias inadequadas e demais especificações estabelecidas para cada item.

As fraldas descartáveis deverão ser fornecidas nos tamanhos e quantidades especificados, apresentando características compatíveis com o uso infantil, tais como adequadas absorções, barreiras antivazamento e ajuste apropriado.
Os materiais de enxoval deverão apresentar características compatíveis com o uso nas unidades de Educação Infantil, observando-se as especificações relativas a material, dimensões, acabamento, resistência e demais requisitos definidos no Termo de Referência.

6.3. Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental

A contratação deverá observar, sempre que técnica e economicamente viável, critérios de sustentabilidade ambiental, considerando:

- redução de desperdícios e geração de resíduos;
- utilização racional dos produtos;
- preferência por produtos duráveis e com menor impacto ambiental, quando compatíveis com a necessidade;
- embalagens adequadas e, sempre que possível, passíveis de reciclagem;
- cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

6.4. Habilitação e Regularidade

As empresas participantes deverão comprovar as condições de habilitação exigidas pela legislação e pelo instrumento convocatório, incluindo, conforme aplicável:

- regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista;
- qualificação econômico-financeira, quando exigida;
- capacidade técnica compatível com o objeto, quando necessária e devidamente justificada.

6.5. Condições Logísticas de Fornecimento

A contratada deverá assegurar condições adequadas de transporte, armazenamento, acondicionamento e entrega dos produtos, de modo a preservar sua integridade e qualidade.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

As entregas deverão ocorrer nos prazos e locais definidos pela Administração Pública, mediante solicitação ou ordem de fornecimento, conforme estabelecido no Termo de Referência.

Os produtos que apresentarem avarias, defeitos, vencimento, desconformidade com as especificações ou qualquer outra irregularidade deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração Pública.

6.6. Recebimento e Fiscalização

Os produtos serão submetidos à conferência no momento do recebimento, verificando-se as quantidades, especificações, integridade das embalagens, validade, quando aplicável, e demais características estabelecidas no Termo de Referência.

A fiscalização da contratação será realizada por servidor(es) formalmente designado(s), nos termos da legislação vigente, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pela qualidade e conformidade dos produtos fornecidos.

6.7. Adequação Orçamentária e Financeira

A contratação deverá estar condicionada à existência de previsão e disponibilidade orçamentária compatível, observando-se a legislação aplicável e os princípios da responsabilidade fiscal e da adequada gestão dos recursos públicos.

6.8. Observância aos Princípios da Administração Pública

O procedimento deverá observar os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, economicidade, competitividade, bem como busca pela proposta mais vantajosa.

6.9. Garantia da Contratação

Não será exigida garantia contratual, considerando a natureza do objeto, constituído por bens de consumo de aquisição usual e baixa complexidade, bem como o reduzido risco associado à execução do fornecimento.

A conferência dos produtos no recebimento, a fiscalização da execução e a aplicação das medidas e sanções previstas na legislação e no Termo de Referência serão suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto será realizada de forma parcelada e conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Brumado/BA, mediante solicitações formais, observadas as especificações, os quantitativos estimados, as condições de fornecimento e os demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e nos instrumentos decorrentes da contratação.
O modelo de execução tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo, adequado e eficiente de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas Creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, garantindo a qualidade, a segurança, a integridade, a disponibilidade e a adequada utilização dos produtos.

A execução será estruturada nas seguintes etapas:

a) Fase Inicial – Formalização e Planejamento

Após a adjudicação e homologação do certame, será formalizada a Ata de Registro de Preços e, quando cabível, o respectivo instrumento contratual ou instrumento equivalente, contendo as condições de fornecimento, obrigações, responsabilidades, prazos e demais disposições aplicáveis à execução do objeto.
A execução deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos de contratação decorrentes, especialmente quanto:

- As especificações técnicas dos produtos;
- Aos quantitativos solicitados;
- As condições e prazos de entrega;
- Aos locais de entrega;
- As condições de acondicionamento, transporte e armazenamento;
- Aos procedimentos de recebimento e fiscalização;
- Aos critérios de aceitação e rejeição dos produtos;
- A obrigação de substituição dos itens entregues em desconformidade; e
- As medidas administrativas e sanções aplicáveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

As aquisições ocorrerão conforme a necessidade da Administração Pública, não havendo obrigação de solicitação ou aquisição integral dos quantitativos estimados, ficando as requisições condicionadas à demanda efetiva das Creches e das unidades de Educação Infantil, à disponibilidade orçamentária e ao interesse da Administração Pública.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

b) Fase Intermediária – Fornecimento dos Produtos

A contratada deverá fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, do Edital e dos instrumentos decorrentes da contratação, observando as características, composição, dimensões, capacidade, apresentação, embalagem, quantidade por embalagem e demais requisitos estabelecidos para cada item.

O fornecimento compreenderá os produtos integrantes dos seguintes lotes:

Lote 01 – Produtos de Higiene, compreendendo, entre outros, sabonetes, fraldas descartáveis infantis nos tamanhos P, M, G, XG e XXG, papel higiênico, lenços umedecidos, álcool líquido e em gel, produtos para lavagem e cuidado dos cabelos, luvas, máscaras, escovas dentais, acessórios de higiene, pentes, escovas para cabelos, hastes flexíveis e algodão;

Lote 02 – Materiais de Enxoval, compreendendo toalhas de banho, toalhas de rosto, lençóis e lençóis para berço, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratada deverá, no mínimo:

- Fornecer os produtos de acordo com as especificações técnicas e quantitativos constantes das respectivas solicitações;
- Assegurar que os produtos sejam novos, de primeira qualidade, em perfeitas condições de uso e próprios para a finalidade a que se destinam;
- Observar, quando aplicável, as normas técnicas, sanitárias e de segurança pertinentes aos produtos fornecidos;
- Manter a integridade das embalagens durante o transporte;
- Assegurar a correta identificação dos produtos, inclusive quanto à marca, lote, fabricação, validade e demais informações exigidas pela legislação ou especificação do produto, quando aplicável;
- Observar rigorosamente os tamanhos e quantidades por embalagem das fraldas descartáveis, evitando o fornecimento de produtos em desacordo com o solicitado;
- Garantir que os produtos de higiene destinados às crianças atendam aos requisitos de qualidade e regularização exigíveis pelos órgãos competentes, quando aplicável;
- Garantir que os materiais de enxoval atendam às dimensões, composição, características do tecido, cor e acabamento estabelecidos neste Termo de Referência; e
- Adotar medidas adequadas de controle de qualidade antes da expedição dos produtos.

Os produtos deverão ser transportados e entregues de modo a preservar sua qualidade, integridade, higiene e características originais, não sendo admitidos produtos danificados, violados, contaminados, amassados, molhados, rasgados ou em condições inadequadas de utilização.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

c) Local, Prazo e Condições de Entrega

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso.

As entregas deverão ocorrer nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação de Brumado/BA, podendo compreender o almoxarifado central ou as Creches e demais unidades da Rede Pública Municipal de Educação que sejam indicadas na respectiva solicitação.

As entregas deverão ser realizadas em dias úteis, em horário previamente estabelecido pela Administração Pública.

O prazo para entrega será de até **05 (cinco) dias úteis,** contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela contratada. Os produtos deverão ser entregues:

- Em perfeitas condições de uso e consumo;
- Devidamente acondicionados e protegidos contra danos;
- Em embalagens originais, íntegras e adequadas, quando aplicável;
- Acompanhados das informações de identificação e validade exigíveis;
- Em conformidade com as quantidades e especificações solicitadas; e
- Sem qualquer custo adicional para a Administração Pública.

Todos os custos relativos ao transporte, carga, descarga, acondicionamento, deslocamento e demais despesas necessárias à entrega dos produtos serão de responsabilidade exclusiva da contratada. A contratada deverá comunicar previamente à Administração qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do prazo de entrega, sem que a comunicação, por si só, implique aceitação de atraso pela Administração Pública.

d) Fase Final –Recebimento e Verificação da Conformidade

O recebimento dos produtos será realizado pela Administração Pública, observadas as disposições legais aplicáveis e os procedimentos de fiscalização definidos no Edital e nos instrumentos decorrentes da contratação. No ato da entrega será realizada conferência inicial, contemplando, no mínimo:

- Quantidade dos produtos entregues;
- Correspondência entre os produtos e a Ordem de Fornecimento ou documento equivalente;
- Especificações técnicas;
- Tamanho e quantidade por pacote, no caso das fraldas;
- Integridade das embalagens;
- Condições de conservação e apresentação;
- prazo de validade, lote e demais informações obrigatórias, quando aplicável;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

- Dimensões, composição, cor e acabamento dos materiais de enxoval; e
- Demais características exigidas neste Termo de Referência.

Recebimento Provisório: será realizado mediante conferência quantitativa e verificação preliminar da conformidade dos produtos no momento da entrega, sem prejuízo da posterior análise detalhada.
Constatada qualquer divergência, irregularidade, avaria, inadequação ou desconformidade com as especificações contratadas, poderá haver recusa total ou parcial os produtos, devendo a contratada promover a substituição ou correção dos itens recusados, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

Recebimento Definitivo: ocorrerá após a verificação da conformidade dos produtos quanto à quantidade, qualidade, integridade e demais requisitos estabelecidos, mediante o atesto do responsável pela fiscalização, observadas as condições previstas no instrumento de contratação.
O pagamento somente será processado após o recebimento e o atesto da documentação e dos produtos efetivamente entregues e aceitos pela Administração Pública.

e) Validade, Garantia, Substituição e Encerramento da Execução

Os produtos de higiene deverão ser entregues dentro do prazo de validade estabelecido pelo fabricante e em condições adequadas de armazenamento e conservação, sendo vedado o fornecimento de produtos vencidos, com embalagem violada ou que apresentem sinais de deterioração ou comprometimento de sua qualidade.

Os produtos de higiene que possuam prazo de validade deverão ser entregues com **prazo de validade remanescente mínimo de 12 (doze) meses, contados da data efetiva da entrega**, salvo quando, mediante justificativa técnica devidamente aceita pela Administração Pública, o produto possuir prazo de validade total inferior a 12 (doze) meses.

Será vedado o fornecimento de produtos vencidos, com prazo de validade inferior ao mínimo estabelecido, com embalagem violada, danificada ou que apresente sinais de deterioração, alteração de características ou qualquer condição que comprometa sua qualidade, segurança ou utilização.
A Administração poderá recusar os produtos de higiene que não atendam ao prazo de validade mínimo estabelecido, devendo a contratada realizar a substituição dos itens recusados, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública, no prazo estabelecido pela fiscalização.

No caso dos materiais de enxoval, a contratada deverá garantir a conformidade dos produtos quanto à composição, dimensões, costura, acabamento, integridade e demais características especificadas, respondendo pela substituição daqueles que apresentarem defeitos de fabricação ou desconformidades constatadas no recebimento ou durante sua utilização, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

A substituição dos materiais de enxoval recusados ou que apresentem defeitos ou desconformidades será realizada pela contratada sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública, dentro do prazo estabelecido pela fiscalização, contado da comunicação formal da irregularidade.

A substituição não prejudicará a aplicação das medidas administrativas e sanções cabíveis quando caracterizado descumprimento das obrigações assumidas.

A contratada deverá fornecer, quando solicitado pela Administração Pública, informações relativas ao uso, conservação e armazenamento dos produtos, especialmente quando necessárias à preservação de suas características e à prevenção de perdas ou desperdícios.

Durante a execução, a Administração Pública deverá manter controle das solicitações, entregas, recebimentos, recusas, substituições e demais ocorrências relacionadas ao fornecimento, de modo a possibilitar o acompanhamento do estoque, o planejamento das aquisições e a adequada fiscalização contratual.

Ao término da vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento contratual, conforme o caso, a Administração Pública poderá realizar avaliação do desempenho da contratada, considerando, entre outros aspectos:

- Cumprimento das obrigações assumidas;
- Qualidade e conformidade dos produtos fornecidos;
- Cumprimento dos prazos de entrega;
- Regularidade das entregas;
- Atendimento às solicitações da Secretaria Municipal de Educação;
- Ocorrência de recusas, substituições ou atrasos; e
- Atuação da contratada na solução de eventuais ocorrências durante a execução.

As informações obtidas durante a execução poderão subsidiar o encerramento contratual, os registros de fiscalização e o planejamento de futuras contratações, contribuindo para o aprimoramento da gestão, do controle de estoque, da fiscalização e da eficiência das aquisições realizadas pela Administração Pública.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. O fornecimento dos produtos será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Brumado/BA, mediante emissão de Ordem de Fornecimento,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Nota de Empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, não havendo obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.

8.3. As comunicações entre a Secretaria Municipal de Educação e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se a utilização de meios eletrônicos oficiais para esse fim.

8.4. A Administração Pública poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente quando relacionadas a atrasos, irregularidades, produtos em desconformidade, necessidade de substituição ou demais ocorrências que possam comprometer o fornecimento.

8.5. Após a formalização da Ata de Registro de Preços e do instrumento contratual, a Administração Pública poderá convocar representante da contratada para reunião inicial, quando necessário, com a finalidade de apresentar as condições de execução, os procedimentos de fiscalização, as formas de solicitação, os locais de entrega, os critérios de recebimento e demais orientações necessárias ao adequado fornecimento dos produtos.

DO PREPOSTO

8.6. A contratada deverá designar formalmente preposto da empresa, antes do início da execução contratual, indicando os respectivos poderes e deveres relacionados ao acompanhamento do fornecimento dos materiais.

8.7. A contratada deverá manter o preposto à disposição da Contratante durante toda a vigência do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

8.8. A Contratante poderá recusar, de forma justificada, a indicação ou a manutenção do preposto, hipótese em que a contratada deverá designar outro representante para o exercício da função.

DA FISCALIZAÇÃO

8.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou por seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

8.10. O fiscal técnico do contrato, acompanhará a execução do fornecimento, incluindo a verificação da conformidade, qualidade, prazos de entrega, validade, acondicionamento e atendimento às especificações técnicas dos materiais, de modo a assegurar o cumprimento de todas as condições estabelecidas no contrato, no Edital e neste Termo de Referência, visando aos melhores resultados para a Administração.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

8.11. O fiscal técnico registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e ao fornecimento dos produtos de higiene e materiais de enxoval, indicando as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.12. Identificada qualquer irregularidade, especialmente quanto à quantidade, qualidade, validade, tamanho, embalagem, especificação, integridade ou condições de entrega dos produtos, o fiscal técnico notificará a contratada para que proceda à correção ou substituição dos itens, dentro do prazo estabelecido pela Administração Pública.

8.13. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que extrapolem sua competência, para adoção das medidas cabíveis.

8.14. No caso de ocorrências que possam comprometer os prazos de fornecimento, o fiscal técnico comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

8.15. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da vigência contratual, visando à eventual prorrogação ou adoção de providências para nova contratação.

DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

8.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhamento dos procedimentos de empenho, liquidação e pagamento, observando a regularidade do fornecimento e o atesto da entrega dos materiais, bem como glosas e formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando, quando necessário, documentos comprobatórios pertinentes.

8.17. Em caso de descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato sempre que a situação ultrapassar sua competência.

DO GESTOR DO CONTRATO

8.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo registro formal de todos os atos da execução contratual, tais como ordens de fornecimento, registros de ocorrências, alterações e prorrogações, elaborando relatórios destinados à verificação da adequação do contrato à finalidade pública.

8.19. O gestor do contrato acompanhará os registros efetuados pelos fiscais técnico e administrativo, bem como as medidas adotadas, comunicando à autoridade superior as situações que extrapolem sua competência.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

8.20. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando eventuais óbices à liquidação da despesa em relatório de riscos.

8.21. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, especialmente quanto à regularidade, qualidade, prazos e conformidade do fornecimento dos materiais, com registro de desempenho e eventuais penalidades aplicadas, devendo constar no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.22. O gestor do contrato adotará as providências necessárias à instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, quando cabível, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.23. Ao final da execução contratual, o gestor elaborará relatório final contendo informações sobre o alcance dos objetivos que motivaram a contratação e recomendações para o aprimoramento das atividades administrativas.

8.24. O gestor do contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, nos valores apurados pela fiscalização, conforme as disposições contratuais.

9. DO SIGILO DO ORÇAMENTO

9.1. Nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá manter o orçamento estimado da contratação em caráter sigiloso, desde que devidamente justificado, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas pelos licitantes.

9.2. Para a presente contratação, cujo objeto consiste na aquisição futura e eventual de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas Creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, a Administração optará pela manutenção do orçamento estimado em sigilo até o encerramento da fase de julgamento das propostas, ressalvado o acesso pelos órgãos de controle interno e externo.

9.3. A adoção do sigilo do orçamento estimado justifica-se pelos seguintes fundamentos:

a) Preservação da competitividade: a não divulgação prévia do valor estimado permite que os licitantes formulem suas propostas com base em seus próprios custos, condições de fornecimento, capacidade operacional e preços praticados no mercado.

b) Busca da proposta mais vantajosa: a manutenção do orçamento em sigilo busca incentivar que os licitantes apresentem seus melhores preços, sem que tenham como referência prévia o valor

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

estimado pela Administração Pública, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas, especialmente diante da natureza futura, eventual e parcelada da aquisição.

c) Mitigação de riscos: a divulgação antecipada do orçamento estimado poderia influenciar os licitantes a basearem suas propostas nesse valor, em vez de considerarem de forma independente seus custos e capacidades de fornecimento.

d) Transparência e controle: o caráter sigiloso do orçamento não impede o controle da contratação, uma vez que a pesquisa de preços, sua metodologia, fontes consultadas, documentos comprobatórios e demais elementos pertinentes permanecerão formalmente registrados nos autos do processo administrativo, para fins de controle e auditoria.

9.4. O sigilo não se estenderá aos quantitativos, às especificações dos produtos, às condições de fornecimento e às demais informações necessárias à formulação das propostas, que serão disponibilizadas aos licitantes na forma estabelecida no Edital e seus anexos.

9.5. Diante do exposto, a manutenção do orçamento estimado em sigilo constitui medida considerada adequada ao presente certame, contribuindo para a preservação da competitividade, a busca da proposta mais vantajosa e a mitigação de riscos relacionados à formação dos preços, sem prejuízo da transparência e do controle pelos órgãos competentes.

10. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS, DAS MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO ADOTADO

10.1. Da Participação das Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI)

10.1.1. A participação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI observará o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado assegurado pela Lei Complementar nº 123/2006 e pela legislação aplicável às contratações públicas.

10.1.2. O presente certame tem por objeto a aquisição futura e eventual de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas Creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, compreendendo dois lotes, sendo:

- **Lote 01 – Produtos de Higiene**, composto por produtos destinados aos cuidados de higiene, limpeza e proteção das crianças, incluindo fraldas descartáveis, sabonetes, lenços umedecidos, produtos para cabelos, escovas dentais, algodão e demais itens especificados neste Termo de Referência;
- **Lote 02 – Materiais de Enxoval**, composto por toalhas, lençóis e lençóis para berço, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

10.1.3. A participação de empresas de diferentes portes será admitida, observados os benefícios legais assegurados às ME, EPP e MEI, considerando que os produtos objeto da contratação são bens comuns, disponíveis no mercado e passíveis de fornecimento por empresas individualmente consideradas.

10.1.4. A participação ampla de fornecedores busca ampliar a competitividade do certame e possibilitar a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública, sem prejuízo da aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, quando presentes os requisitos legais.

10.1.5. As ME, EPP e MEI participantes farão jus aos benefícios previstos na legislação aplicável, inclusive quanto ao tratamento favorecido nas situações de empate e à regularização da documentação fiscal e trabalhista, nos termos da legislação vigente e das condições estabelecidas no Edital.

10.1.6. A eventual adoção de tratamento favorecido ou de participação exclusiva/reservada às ME, EPP e MEI deverá observar os requisitos, limites e condições estabelecidos na legislação aplicável e ser definida no Edital de acordo com o valor estimado e as características de cada lote.

10.2. Da Participação de Consórcios

10.2.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio no presente certame.

10.2.2. A não admissão de consórcios justifica-se pela natureza e características do objeto, que consiste no fornecimento de produtos de higiene e materiais de enxoval, bens comuns e amplamente disponíveis no mercado, cujas especificações e condições de fornecimento não demandam a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou financeiras de duas ou mais empresas.

10.2.3. A admissão de consórcios, diante das características do objeto, poderia acrescentar complexidade desnecessária à gestão e fiscalização do fornecimento, especialmente quanto à responsabilização, comunicação, recebimento, substituição de produtos desconformes e cumprimento dos prazos de entrega.

10.2.4. A restrição à participação de consórcios não impede a ampla participação de empresas individualmente consideradas e deverá ser interpretada em conjunto com as demais condições de habilitação e participação estabelecidas no Edital, de modo a preservar a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

10.3. Do Critério de Julgamento Adotado

10.3.1. Para a presente contratação, será adotado o critério de julgamento pelo menor preço por lote, considerando a organização do objeto em dois agrupamentos de produtos de natureza e finalidade relacionadas.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

10.3.2. O objeto será dividido nos seguintes lotes:

- **Lote 01 – Produtos de Higiene**;
- **Lote 02 – Materiais de Enxoval**.

10.3.3. A adoção do critério de menor preço por lote considera a afinidade entre os produtos agrupados, bem como a necessidade de organização do fornecimento e da gestão da contratação, sem prejuízo da competitividade do certame.

10.3.4. O agrupamento dos itens em lotes busca proporcionar maior eficiência administrativa na solicitação, recebimento, conferência e fiscalização dos produtos, bem como facilitar o gerenciamento das entregas destinadas às Creches e às unidades de Educação Infantil.

10.3.5. O julgamento pelo menor preço por lote e deverá considerar o valor global de cada lote, observadas as condições estabelecidas no Edital, sendo declarada vencedora a proposta que atender integralmente às exigências de habilitação, especificação e aceitabilidade e apresentar o menor preço, na forma definida para o certame.

10.3.8. A adoção do menor preço por lote busca conciliar economicidade, eficiência, organização do fornecimento e adequada gestão contratual, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1. A avaliação da execução do objeto considerará a conformidade dos produtos fornecidos com as especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual.

11.1.1. Poderá ser aplicada retenção ou glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando constatado que a Contratada:

11.1.1.1. Deixou de fornecer, total ou parcialmente, os itens constantes da respectiva Ordem de Fornecimento;

11.1.1.2. Forneceu produtos em desacordo com as especificações técnicas, quantidades, padrões de qualidade, condições de acondicionamento ou prazos de validade estabelecidos; ou

11.1.1.3. Deixou de realizar a substituição de produtos recusados ou que apresentem desconformidade, dentro do prazo estabelecido pela Administração Pública.

11.2. Do Recebimento

11.2.1. O recebimento dos materiais observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, ocorrendo em duas etapas distintas:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

I – Recebimento provisório, no ato da entrega, pelo servidor ou fiscal designado, para verificação imediata da quantidade, integridade física, acondicionamento, identificação, prazo de validade e condições aparentes dos produtos de higiene e materiais de enxoval;

II – Recebimento definitivo, após a conferência da conformidade dos materiais com as especificações, quantidades e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, mediante termo detalhado ou atesto na Nota Fiscal, conforme os procedimentos adotados pela Administração Pública.

11.2.2. O recebimento provisório ocorrerá no prazo máximo de 01 (um) dia útil, contado da entrega dos materiais, mediante termo detalhado, quando cabível, observadas as atribuições dos fiscais designados e a regulamentação aplicável.

11.2.3. Os fiscais responsáveis pelo acompanhamento da execução deverão verificar a conformidade das entregas com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais instrumentos da contratação, especialmente quanto às especificações técnicas, quantidades, prazos de entrega, prazo de validade, acondicionamento e condições de uso.

11.2.3.1. No caso dos produtos de higiene, deverão ser observados, quando aplicáveis, o prazo de validade remanescente mínimo estabelecido neste Termo de Referência, a integridade das embalagens, a identificação do fabricante, lote, composição, registro ou regularização perante os órgãos competentes e demais informações exigidas pela legislação aplicável.

11.2.3.2. No caso dos materiais de enxoval, deverão ser verificadas, conforme o item, as dimensões, composição, tipo de tecido, acabamento, cor, integridade e demais características previstas nas especificações técnicas.

11.2.4. Poderão ser recusados, total ou parcialmente, os itens que apresentem defeitos de fabricação, danos físicos, divergência de quantidade, acondicionamento inadequado, prazo de validade dos produtos de higiene inferior ao exigido, ausência de informações ou registros obrigatórios, quando aplicáveis, não atendimento às especificações técnicas ou qualquer outra desconformidade que comprometa a qualidade, segurança, funcionalidade ou finalidade dos produtos.

11.2.5. A Contratada fica obrigada a substituir, às suas expensas e no prazo de 03 (três) dias úteis, qualquer item recusado pela Administração em razão de desconformidade, sem ônus adicional, nos termos do art. 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a conferência da conformidade dos materiais e o atesto formal pelo fiscal responsável, mediante termo detalhado, quando cabível.

11.2.7. O recebimento provisório e o recebimento definitivo não eximem a Contratada das responsabilidades civis, técnicas e administrativas decorrentes da qualidade, durabilidade e adequação

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

dos produtos fornecidos, nem afastam as obrigações de substituição previstas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual.

11.3. Da Liquidação

11.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, observadas as disposições da legislação aplicável e do instrumento contratual.

11.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou documento de cobrança contém os elementos essenciais, tais como:

a) Data de emissão;

b) Número da Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, quando aplicável, e identificação do órgão contratante;

c) Descrição dos itens efetivamente fornecidos, com indicação do lote correspondente;

d) Quantidade e valor unitário dos itens fornecidos;

e) Valor total a pagar; e

f) Destaque de eventuais retenções tributárias cabíveis.

11.3.3. Havendo erro ou inconsistência na documentação fiscal ou nos documentos que a acompanham, a liquidação ficará suspensa até a correção das irregularidades, reiniciando-se o prazo após a respectiva regularização, sem ônus para a Administração Pública.

11.3.4. A Administração Pública verificará a manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas para a contratação, mediante consulta aos sistemas e sítios oficiais competentes, quando aplicável, observando-se o disposto no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.3.5. Constatando-se situação de irregularidade da Contratada, serão adotadas as providências previstas na legislação e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

11.4. Do Pagamento

11.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da liquidação, mediante ordem bancária em favor da Contratada, observadas as condições do contrato.

11.4.2. Em caso de atraso de pagamento por parte da Administração Pública, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo e a data do efetivo pagamento, com base na variação do IPCA.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

11.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, salvo no caso de empresas optantes pelo Simples Nacional, desde que devidamente comprovado o enquadramento e o direito ao tratamento diferenciado.

11.4.4. O pagamento somente será realizado mediante comprovação da entrega efetiva e regular dos materiais, devidamente atestada pelos fiscais designados, e da inexistência de pendências contratuais.

12. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE:

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

12.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica são as usuais para a generalidade dos objetos.

12.3. Previamente à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geralda União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

12.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.5. Caso conste na Consulta de Situação do Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.7. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

12.8. É dever do licitante manter atualizada a respectiva documentação, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.11. Para fins de contratação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

12.11.1. Habilitação Jurídica:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.11.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014;
c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal pertinente ao ramo da atividade;
f) O MEI que desejar usufruir dos benefícios da LC 123/2006 estará dispensado da apresentação da prova de inscrição estadual/municipal.
g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital;
h) Caso o fornecedor seja isento dos tributos estaduais, deve comprovar tal condição com certidão da Fazenda estadual;
i) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;
j) Caso isento dos tributos municipais, deve apresentar comprovação emitida pela Fazenda municipal competente.

12.11.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de aptidão de desempenho técnico, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, os materiais de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável, contendo no mínimo as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s) ou fornecimento;
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

a.1) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o inciso I do art. 64, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

a.1) Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b) Certidão de solvência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.12. Declaração que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

12.13. Declaração, informando que tem ciência á todo o teor, constante no instrumento convocatório e nos seus anexos, concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

12.14. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento com vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no setor de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV, do art. 14° da Lei 14.133/2021).

12.15. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

12.16. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

13. DA DOTAÇÃO

13.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentaria:

Organograma	Ações
6.001	2075 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL – CRECHE 2076 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA 339030000000 - Material de Consumo FONTE - 1500/1540

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

14.1. O recebimento dos produtos de higiene e materiais de enxoval será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, por intermédio dos servidores formalmente designados para essa finalidade, que procederão à conferência quantitativa e qualitativa dos itens entregues, observando as especificações constantes deste Termo de Referência, da proposta vencedora, da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento contratual, conforme o caso.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

14.2. O recebimento ocorrerá em duas etapas distintas, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

I – Recebimento provisório: realizado no ato da entrega, mediante termo detalhado, registro ou documento equivalente, para verificação preliminar da quantidade, integridade física, acondicionamento, identificação, prazo de validade e condições aparentes dos produtos;

II – Recebimento definitivo: realizado após a conferência da conformidade dos materiais com as especificações técnicas, quantidades, condições de acondicionamento, prazo de validade e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos da contratação, mediante termo detalhado ou atesto na Nota Fiscal, conforme procedimento adotado pela Administração Pública.

14.3. Na conferência dos produtos de higiene, serão observados, conforme aplicável ao item, a quantidade fornecida, a apresentação e o conteúdo das embalagens, as dimensões ou tamanhos especificados, especialmente no caso das fraldas infantis, a integridade das embalagens, a identificação do produto, lote, fabricante, prazo de validade, composição e demais características previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

14.4. Na conferência dos materiais de enxoval, serão observados, conforme aplicável ao item, as dimensões, composição, tipo de tecido, quantidade de fios, acabamento, cor, características do tecido, presença ou ausência de elástico e demais especificações estabelecidas para cada produto.

14.5. Serão recusados, total ou parcialmente, os produtos que apresentarem defeitos, avarias, danos decorrentes do transporte, divergência de quantidade ou especificação, embalagem violada ou inadequada, prazo de validade inferior ao estabelecido, ausência de informações obrigatórias, ou qualquer outra desconformidade que comprometa a qualidade, segurança, durabilidade, funcionalidade ou finalidade dos materiais.

14.6. Constatadas irregularidades ou desconformidades, a Contratada será formalmente notificada para proceder à substituição dos itens recusados, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ou em outro prazo expressamente estabelecido pela fiscalização, quando devidamente justificado, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

14.7. O recebimento definitivo somente ocorrerá após a constatação de que os materiais entregues atendem integralmente às especificações, quantidades e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos instrumentos da contratação.

14.8. O prazo para análise, conferência e recebimento definitivo dos materiais será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, podendo ser prorrogado, mediante justificativa formal

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

da Administração Pública, quando a complexidade ou a necessidade de conferência dos produtos assim exigir.

14.9. O recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada de sua responsabilidade pela qualidade, durabilidade e adequação dos produtos fornecidos, inclusive quanto a vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação e desconformidades posteriormente identificadas, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

14.10. A rejeição de produtos não conformes não afasta a possibilidade de aplicação das penalidades cabíveis, quando caracterizado o descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, sem prejuízo da obrigação de substituição dos itens recusados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência, no edital, no contrato e na legislação aplicável:

a) Emitir as Ordens de Fornecimento de forma clara, precisa e tempestiva, indicando os quantitativos dos produtos de higiene e materiais de enxoval a serem fornecidos, bem como os locais, datas e demais condições para entrega;

b) Receber os produtos fornecidos, procedendo à conferência da quantidade, integridade física, acondicionamento, identificação, prazo de validade, qualidade e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos da contratação;

c) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nos prazos e condições estabelecidos na contratação, desde que comprovado o fornecimento regular dos produtos e cumpridas as demais condições necessárias à liquidação da despesa;

d) Fiscalizar a execução da contratação por meio de servidores formalmente designados, acompanhando o fornecimento dos produtos de higiene e materiais de enxoval e comunicando à Contratada quaisquer ocorrências, falhas, atrasos ou não conformidades identificadas;

e) Fornecer à Contratada as informações e instruções necessárias ao adequado cumprimento da contratação, inclusive quanto aos locais de entrega, horários de funcionamento das unidades, quantitativos solicitados e demais orientações operacionais pertinentes;

f) Notificar a Contratada, por escrito, acerca de eventuais falhas, defeitos, avarias, vícios, divergências de quantidade ou especificação, acondicionamento inadequado, prazo de validade inferior ao exigido ou quaisquer outras desconformidades identificadas nos produtos fornecidos, fixando prazo para substituição ou regularização, sem ônus adicional para a Administração Pública;

g) Rejeitar, total ou parcialmente, os produtos de higiene e materiais de enxoval que não atendam às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta vencedora, na Ata de Registro de Preços e/ou no instrumento contratual, bem como às normas técnicas e sanitárias aplicáveis;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

h) Assegurar à Contratado tratamento isonômico, observando os princípios que regem as contratações públicas e garantindo o regular exercício do contraditório e da ampla defesa nos casos em que forem aplicáveis;

i) Adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive a aplicação das penalidades previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, quando configuradas as respectivas hipóteses legais;

j) Cumprir as demais obrigações legais e contratuais necessárias ao regular andamento da contratação, assegurando as condições necessárias para o fornecimento adequado e tempestivo dos produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas Creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência, no edital, no contrato e na legislação aplicável:

a) Fornecer os produtos de higiene e materiais de enxoval em estrita conformidade com as especificações, características, quantidades, unidades de fornecimento e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta vencedora e nos instrumentos decorrentes da contratação;

b) Fornecer produtos novos, de primeira qualidade, em perfeitas condições de uso, conservação e acondicionamento, adequados às finalidades a que se destinam e livres de defeitos, avarias ou quaisquer condições que comprometam sua qualidade, segurança ou utilização;

c) Cumprir rigorosamente os prazos, locais, quantitativos e demais condições de entrega estabelecidos pela Administração Pública, mediante as respectivas Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho ou instrumentos equivalentes;

d) Observar, quando aplicável, as normas técnicas, sanitárias, de segurança e de regularização dos órgãos competentes relacionadas aos produtos fornecidos;

e) Garantir que os produtos sejam devidamente identificados, embalados e acondicionados, de forma a preservar sua integridade, qualidade, higiene e características originais durante o transporte, armazenamento e manuseio;

f) Assegurar que os produtos de higiene que possuam prazo de validade sejam entregues dentro do prazo de validade estabelecido pelo fabricante e com prazo de validade remanescente mínimo de 12 (doze) meses, contados da data efetiva da entrega, ressalvada hipótese excepcional devidamente justificada e aceita pela Administração Pública, quando o prazo de validade total do produto for inferior a esse período;

g) Observar rigorosamente, no fornecimento das fraldas descartáveis infantis, os tamanhos, as quantidades de unidades por pacote e as demais características estabelecidas para cada item, especialmente quanto às faixas de peso e aos requisitos previstos nas especificações técnicas;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

h) Garantir, no fornecimento dos materiais de enxoval, a conformidade quanto às dimensões, composição, tipo de tecido, quantidade de fios, acabamento, cor e demais características estabelecidas para cada item;

i) Substituir, às suas expensas e sem ônus adicional para a Administração Pública, os produtos que apresentarem defeitos, avarias, vícios, danos decorrentes do transporte, desconformidade com as especificações, prazo de validade inferior ao exigido ou qualquer outra irregularidade constatada pela fiscalização, no prazo estabelecido neste Termo de Referência ou pela Administração Pública;

j) Arcar integralmente com todos os custos decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, embalagem, acondicionamento, frete, seguros, tributos e demais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, até a efetiva entrega dos produtos nos locais indicados pela Administração Pública;

k) Comunicar formalmente à Administração Pública, com a maior brevidade possível, qualquer ocorrência ou fato superveniente que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou das condições de fornecimento, apresentando as respectivas justificativas e providências adotadas;

l) Atender prontamente às solicitações e determinações da fiscalização, prestando os esclarecimentos necessários e adotando as providências corretivas determinadas pela Administração Pública;

m) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento contratual, conforme o caso, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021;

n) Responder pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros decorrentes de dolo ou culpa na execução do fornecimento, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na legislação;

o) Fornecer, quando solicitado pela Administração Pública, documentos, informações, fichas técnicas, comprovações de regularização, certificados ou outros elementos necessários à verificação da conformidade dos produtos, quando aplicáveis;

p) Adotar, no transporte e fornecimento dos produtos, medidas que contribuam para a redução de impactos ambientais, observando a legislação ambiental aplicável e as condições de acondicionamento necessárias à preservação da qualidade dos materiais;

q) Assegurar que os produtos de higiene integrantes do Lote 01, quando sujeitos à regularização sanitária, estejam devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mediante registro, notificação, comunicação ou outro mecanismo de regularização exigido pela legislação aplicável, mantendo-se válidos os respectivos documentos durante o período de fornecimento;

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução do contrato/ata de registro de preço deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidora, a Sra. Zilma da Sulva Porto, Portaria n. 0147, de 21 de maio de 2026, nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021 e este deverá acompanhar e fiscalizar a

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o serviço e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

17.2. Compete ao(à) fiscal do contrato, sem prejuízo das demais atribuições previstas na legislação e nos instrumentos da contratação:

a) Acompanhar a execução do fornecimento, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta vencedora, na Ata de Registro de Preços e/ou no instrumento contratual;
b) Conferir, por ocasião das entregas, as quantidades, unidades de fornecimento, especificações, características, integridade das embalagens, identificação dos produtos e demais condições pertinentes;
c) Verificar, quanto aos produtos de higiene, quando aplicável, os tamanhos, quantidades por embalagem, prazo de validade, condições de acondicionamento e demais características previstas nas especificações de cada item;
d) Verificar, quanto aos materiais de enxoval, a conformidade das dimensões, composição, tipo de tecido, quantidade de fios, acabamento, cor, presença de elástico e demais características exigidas para cada item;
e) Registrar ocorrências, falhas, atrasos, não conformidades ou quaisquer irregularidades identificadas durante a execução do fornecimento;
f) Comunicar formalmente à Contratada as irregularidades constatadas, determinando, quando cabível, a adoção das medidas corretivas e a substituição dos produtos recusados, observados os prazos estabelecidos nos instrumentos da contratação;
g) Acompanhar o cumprimento das providências determinadas à Contratada, verificando a efetiva regularização das ocorrências e a substituição dos produtos não conformes;
h) Informar ao(à) gestor(a) do contrato ou à autoridade competente as ocorrências que ultrapassem sua competência, especialmente aquelas que possam comprometer a continuidade do fornecimento, o atendimento das necessidades das unidades escolares ou o cumprimento dos prazos estabelecidos;
i) Subsidiar o recebimento definitivo dos produtos e a atestação das notas fiscais, mediante verificação do efetivo e regular cumprimento das obrigações pela Contratada;
j) Registrar e manter formalizados os atos e ocorrências relacionados à fiscalização, por meio de relatórios, termos, registros ou sistemas próprios, quando existentes;
k) Comunicar à autoridade competente situações que possam ensejar a aplicação de penalidades, glosas, substituições ou outras medidas administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa, quando aplicáveis.

17.3. As verificações, registros e demais atos praticados pelo(a) fiscal deverão ser formalizados de maneira suficiente para subsidiar o acompanhamento da execução, o recebimento do objeto, a liquidação da despesa, o pagamento e, quando necessário, a apuração de responsabilidades.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

17.4. A fiscalização exercida pela Administração Pública não exime a Contratada de sua responsabilidade pela qualidade, integridade e conformidade dos produtos fornecidos, nem reduz ou exclui as responsabilidades decorrentes da execução do objeto.

17.5. A atuação do(a) fiscal não implica transferência de responsabilidade à Administração Pública ou a seus agentes pelos atos e obrigações de responsabilidade da Contratada, permanecendo esta responsável pelo fiel cumprimento das condições estabelecidas na contratação e na legislação aplicável.

18. DAS SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da legislação vigente, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa, praticar atos relacionados ao procedimento licitatório ou à execução da contratação para fornecimento de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas Creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, especialmente:

18.1.1. Dar causa à inexecução parcial da contratação;

18.1.2. Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. Dar causa à inexecução total da contratação;

18.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;

18.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

18.1.5.1. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.5.2. Pedir para ser desclassificado, após o envio da documentação necessária para a sua participação no certame;

18.1.5.3. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

18.1.8. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo licitatório ou durante a execução da contratação;

18.1.10. Fraudar o procedimento licitatório, em qualquer de suas fases, ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

18.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.11.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.11.2. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando exigida no certame;

18.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo licitatório;

18.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 18.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.5. A multa será aplicada em percentual que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato ou do instrumento equivalente, conforme o caso, observados os critérios estabelecidos no edital ou no instrumento de contratação, e será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. A multa poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1, observados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos causados à Administração Pública.

18.7. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5 e 18.1.6, a multa poderá ser fixada entre 10% e 20% do valor do contrato ou do instrumento equivalente, conforme o caso, observados os critérios de dosimetria previstos neste instrumento e na legislação aplicável.

18.8. Para as infrações previstas nos itens 18.1.9, 18.1.11, 18.1.12 e 18.1.13, a multa poderá ser fixada entre 15% e 30% do valor do contrato ou do instrumento equivalente, conforme o caso, observados os critérios de dosimetria previstos neste instrumento e na legislação aplicável.

18.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, na forma da legislação vigente.

18.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.2, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6 e 18.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Brumado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.12. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.9, 18.1.10, 18.1.11, 18.1.12 e 18.1.13, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.2, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

18.1.6 e 18.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.13. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.8, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas na legislação vigente e neste instrumento.

18.14. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.15. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.16. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.17. A aplicação das sanções previstas neste instrumento observará o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, bem como as demais disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

18.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.21. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

18.22. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório dos licitantes e contratados, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados no processo licitatório ou nos documentos de habilitação e contratação, conforme o caso.

18.23. Os endereços de e-mail informados pelo licitante ou contratado serão considerados de uso contínuo, devendo ser mantidos atualizados durante o procedimento licitatório e a execução da contratação, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações comprovadamente enviadas aos endereços informados.

19. SUSTENTABILIDADE

19.1. A Contratada deverá adotar práticas sustentáveis e soluções que minimizem, sempre que tecnicamente viável e sem prejuízo da finalidade da contratação, os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da produção, fornecimento, armazenamento, transporte e utilização dos produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas Creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, sem prejuízo da ampla competitividade e da isonomia entre os licitantes, observando os seguintes critérios:

19.1.1. Materiais e Produtos

- Priorizar, sempre que tecnicamente viável e compatível com as especificações do objeto, produtos e materiais que apresentem maior durabilidade, resistência, eficiência, possibilidade de reciclagem ou menor impacto ambiental em seu ciclo de vida, reduzindo a necessidade de reposições frequentes e a geração de resíduos;
- Utilizar produtos e insumos que atendam às exigências de segurança e às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, especialmente no caso dos produtos de higiene destinados ao uso pelas crianças;
- Para os materiais de enxoval, priorizar, quando compatível com as especificações estabelecidas, materiais de qualidade e adequada durabilidade, de modo a ampliar sua vida útil e reduzir a necessidade de substituições e descartes prematuros;
- Sempre que possível e desde que não comprometa a proteção, conservação, higiene e segurança dos produtos, priorizar embalagens adequadas, evitando-se materiais excessivos ou desnecessários.

19.1.2. Processos Produtivos

- Adotar, no âmbito de suas responsabilidades, boas práticas ambientais que contribuam para a redução do desperdício de matérias-primas, água e energia e para a minimização da geração de resíduos decorrentes da produção e do acondicionamento dos produtos;
- Adotar procedimentos adequados de segregação, reaproveitamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a produção, o acondicionamento e a preparação dos produtos para fornecimento, observada a legislação aplicável;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

- Estimular, quando aplicável ao fornecimento, processos produtivos que contribuam para a eficiência no uso de recursos naturais e para a redução dos impactos ambientais.

19.1.3. Logística, Armazenamento e Distribuição

- Planejar a logística de entrega de acordo com as solicitações e necessidades efetivas da Administração Pública, evitando deslocamentos e entregas desnecessárias e contribuindo para a redução do consumo de combustíveis e da emissão de poluentes;
- Garantir condições adequadas de transporte e armazenamento, observando as orientações dos fabricantes e as características específicas dos produtos de higiene e dos materiais de enxoval, de modo a evitar perdas, avarias, contaminações, deterioração e descartes prematuros;
- Adotar medidas que contribuam para a redução de perdas e desperdícios durante o transporte, armazenamento e distribuição dos produtos;
- Sempre que possível, compatibilizar os quantitativos e a frequência das entregas com as solicitações da Administração Pública, a demanda das unidades de Educação Infantil e a capacidade de armazenamento, contribuindo para a redução de estoques excessivos, vencimentos e deterioração dos produtos.

19.1.4. Responsabilidade Social

- Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e segurança do trabalho, assegurando condições dignas e seguras aos trabalhadores envolvidos nas atividades de produção, armazenamento, transporte e distribuição dos produtos;
- Manter práticas que assegurem a transparência e a rastreabilidade dos processos relacionados ao fornecimento, possibilitando eventual verificação pela Administração Pública;
- Adotar, no âmbito de suas responsabilidades, práticas que contribuam para o desenvolvimento sustentável, observada a legislação aplicável e sem prejuízo da competitividade do certame.

19.1.5. Conformidade Legal, Sanitária e Ambiental

- Garantir que os produtos fornecidos atendam às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e às normas técnicas, ambientais e sanitárias aplicáveis, conforme a natureza de cada produto;
- Assegurar que os produtos de higiene destinados ao uso pelas crianças atendam às exigências sanitárias e regulamentares aplicáveis, especialmente quanto à segurança, composição, acondicionamento e regularização perante os órgãos competentes, quando exigível;
- Estar em conformidade com a legislação ambiental e sanitária aplicável às atividades desenvolvidas, apresentando, quando solicitado e quando exigível, licenças, registros, autorizações ou documentos equivalentes expedidos pelos órgãos competentes;
- Adotar medidas preventivas e corretivas, no âmbito de suas responsabilidades contratuais, destinadas à mitigação dos impactos ambientais relacionados ao fornecimento,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

acondicionamento, transporte e entrega dos produtos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

19.1.6. Gestão e Destinação dos Resíduos

- Adotar medidas que contribuam para a redução da geração de resíduos decorrentes do fornecimento e utilização dos produtos;
- Os resíduos de papel, papelão, plástico e outros materiais potencialmente recicláveis deverão, sempre que possível, ser segregados e destinados aos sistemas de coleta seletiva, reciclagem ou outras formas ambientalmente adequadas disponíveis;
- A Contratada deverá adotar medidas, no âmbito de suas responsabilidades, para evitar perdas de produtos e materiais durante o fornecimento, contribuindo para a redução da geração de resíduos.

19.1.8. A Administração Pública deverá observar, na execução da contratação, critérios de sustentabilidade compatíveis com a natureza e as características dos produtos, sem estabelecer exigências que restrinjam indevidamente a competitividade do certame.

19.1.9. Sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, poderão ser consideradas características relacionadas à durabilidade dos materiais, redução de embalagens, reciclabilidade, uso racional dos produtos e adequada destinação dos resíduos, desde que tais requisitos sejam objetivamente definidos no instrumento convocatório e sejam compatíveis com as necessidades das Creches e das unidades de Educação Infantil.

19.1.10. As medidas de sustentabilidade previstas neste Termo de Referência deverão ser aplicadas de forma compatível com as características dos produtos de higiene e dos materiais de enxoval, considerando sua finalidade, requisitos de qualidade, segurança, higiene, conservação e as necessidades das crianças atendidas pela Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA.

20. DO REAJUSTE

20.1. Os preços contratados não poderão sofrer reajustes durante o período de 12 (doze) meses. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, contados a partir da data do orçamento estimado, nos termos do inciso § 3º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

20.1.2. O reajuste será calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Forma de Aplicação:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

O cálculo do valor reajustado observará a seguinte fórmula:

VR= VO x IF/IB

Onde:

•VR = Valor reajustado;
•VO = Valor original contratado;
•IF = Índice do mês imediatamente anterior ao da aplicação do reajuste;
•IB = Índice na data-base do orçamento estimado

20.1.3. Caso a variação do índice adotado seja negativa, o valor contratual será reduzido proporcionalmente, observando-se o mesmo critério de cálculo.

20.1.4. Além do reajuste anual, poderá ser promovida revisão contratual para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que onerem ou tornem excessivamente onerosa a execução contratual.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será permitida a subcontratação do objeto contratado.

22. DAS CONDIÇÕES DA ATA A SER CELEBRADA

A Ata de Registro de Preços a ser firmada em decorrência do certame, caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observará as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável à Administração Municipal, assegurando condições que promovam a eficiência administrativa, a transparência, a vantajosidade e a segurança jurídica, bem como o adequado atendimento às necessidades das creches e da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA. As principais condições da Ata serão as seguintes:

22.1. Vigência

A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, observadas as disposições do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

22.2. Órgãos participantes e não participantes

- Participarão da Ata os órgãos e unidades da Administração Municipal indicados na fase de planejamento da contratação, conforme definido no edital e nos documentos preparatórios;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

- Eventual adesão por órgãos ou entidades não participantes somente poderá ocorrer nas hipóteses e condições admitidas pela legislação aplicável e desde que haja previsão no edital e na Ata;
- As adesões deverão observar os limites quantitativos, as condições e os procedimentos legalmente estabelecidos;
- A utilização da Ata deverá preservar o atendimento das necessidades que fundamentaram originalmente o registro de preços.

22.3. Quantitativos

A Ata consignará os quantitativos máximos estimados dos produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, conforme definidos no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o processo de contratação.

- O registro de preços não implica, por si só, obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados;
- As contratações serão realizadas conforme a necessidade efetiva da Administração Pública, observadas as condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos decorrentes;
- Sempre que compatível com o planejamento da Administração Pública, o fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, permitindo o atendimento gradual das demandas das unidades de Educação Infantil e a adequada gestão dos estoques.

22.4. Condições de fornecimento

- O fornecimento dos produtos de higiene e materiais de enxoval ocorrerá conforme as solicitações da Administração Pública, observados os prazos, locais, quantitativos e demais condições definidas no Termo de Referência;
- Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no edital e no Termo de Referência, incluindo características, dimensões, composição, capacidade, apresentação, unidade de fornecimento e demais requisitos aplicáveis;
- Os produtos deverão ser novos, sem uso prévio, estar em condições adequadas de armazenamento e utilização e, quando aplicável, dentro do prazo de validade compatível com sua utilização;
- As embalagens deverão estar íntegras, adequadamente identificadas e em condições que preservem a qualidade e a segurança dos produtos;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Os produtos de higiene destinados ao público infantil deverão observar, quando aplicável, as exigências sanitárias e regulatórias pertinentes;
- A contratada será responsável pelo transporte e entrega dos produtos nos locais indicados pela Administração;
- Os produtos que apresentarem defeitos, avarias, danos, irregularidades ou desconformidade com as especificações deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração Pública, dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

22.5. Preços registrados

Os preços registrados observarão as condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, inclusive quanto à sua manutenção, atualização, reajustamento, revisão ou alteração, quando cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

Eventuais alterações dos preços registrados somente poderão ocorrer nas hipóteses e mediante os procedimentos legalmente admitidos, devidamente fundamentados e formalizados pela Administração Pública.

22.6. Obrigações da empresa registrada

Compete à empresa registrada, dentre outras obrigações:

- Cumprir integralmente as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos de contratação dela decorrentes;
- Fornecer os produtos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e no Termo de Referência;
- Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante a execução das contratações, conforme a legislação aplicável;
- Responsabilizar-se pela substituição dos produtos que apresentem defeitos, avarias, inconformidades ou desacordo com as especificações estabelecidas;
- Responsabilizar-se pelos danos eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros decorrentes de sua atuação no fornecimento, transporte, manuseio ou entrega dos produtos, quando comprovada sua responsabilidade;
- Observar as normas sanitárias, ambientais, trabalhistas e demais normas aplicáveis às atividades relacionadas ao fornecimento dos produtos.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

22.7. Fiscalização e penalidades

- O cumprimento das obrigações decorrentes da Ata será acompanhado e fiscalizado por agentes formalmente designados pela Administração Municipal, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- O descumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos instrumentos da contratação, observados a gravidade da infração, o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

22.8. Extinção e cancelamento do registro

- O registro de preços poderá ser cancelado nas hipóteses previstas na legislação aplicável e na própria Ata, mediante decisão devidamente fundamentada e observância dos procedimentos legais;
- A Ata de Registro de Preços será encerrada ao término de sua vigência ou nas demais hipóteses previstas na legislação e no instrumento convocatório;
- O encerramento ou cancelamento do registro não prejudicará as obrigações já regularmente constituídas durante sua vigência.

23. DA AMOSTRA

23.1. Com a finalidade de assegurar que os produtos de higiene e materiais de enxoval ofertados atendam plenamente às especificações técnicas, padrões de qualidade e adequação ao uso definidos neste Termo de Referência, poderá ser exigida a apresentação de amostras, a critério da Administração Pública, sempre que considerada necessária à verificação da conformidade do objeto licitado.

23.2. A solicitação de amostras poderá ser formalizada pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela equipe de apoio, mediante comunicação aos licitantes classificados, que deverão apresentá-las no prazo, local e condições estabelecidos no ato de convocação, sob pena de desclassificação da proposta para o item ou lote correspondente.

23.3. As amostras apresentadas serão submetidas à análise técnica por representantes designados pela Administração Pública, com a finalidade de verificar a conformidade dos produtos de higiene e materiais de enxoval com as especificações técnicas, normas aplicáveis e padrões de qualidade previstos neste Termo de Referência.

23.4. O resultado da análise técnica das amostras será devidamente registrado em ata ou relatório técnico, integrando o processo administrativo e servindo de fundamento para o julgamento das propostas e a homologação do certame.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

23.5. A exigência e a avaliação das amostras observarão os princípios da isonomia, transparência, objetividade, proporcionalidade e razoabilidade, sendo vedadas exigências excessivas ou desnecessárias que possam comprometer a ampla competitividade da licitação.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, o Decreto Federal nº 11.462/2023 e demais normas correlatas aplicáveis, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, planejamento e desenvolvimento sustentável.

24.2. As condições estabelecidas neste instrumento visam garantir a aquisição futura e eventual, de forma regular, eficiente e vantajosa, dos produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas Creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, de acordo com as necessidades da Administração Pública e mediante fornecimento parcelado.

24.3. Os casos omissos e as situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração Pública, à luz da legislação aplicável, das normas internas de gestão das contratações e dos princípios da Administração Pública.

24.4. A apresentação da proposta pelo licitante implica plena concordância com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como conhecimento integral do objeto, das especificações técnicas, das obrigações contratuais e das condições de fornecimento, não cabendo alegação posterior de desconhecimento.

24.5. O Termo de Referência integra o processo administrativo de contratação como documento integrante da fase de planejamento da contratação, devendo suas disposições ser observadas na elaboração do instrumento convocatório e na execução do objeto, juntamente com as demais condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual, quando aplicável.

24.6. A Administração Pública poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa formal, revogar o procedimento licitatório, total ou parcialmente, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, observadas as disposições do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

24.7. O foro competente para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da contratação será o da Comarca de Brumado/BA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brumado/BA, 13 de outubro de 2026.

ALISSON LEDO DIAS
Técnico Responsável

Aprovo este Termo de Referência.
Brumado – Bahia, 13 de outubro de 2026.

ANA CRISTINA DOS SANTOS SILVA
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 017/2025

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO II

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... /2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em conjunto com **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 30.612.975/0001-31, com sede na Avenida Guilherme Dias, nº 280, Bairro Centro, no Município de **BRUMADO/BA**, CEP 46.100-000, neste ato representado por sua gestora, Sra. **ANA CRISTINA DOS SANTOS SILVA,** brasileira, maior, portadora da cédula de identidade nº 08428220-70, expedida pela SSP/BA e cadastrada no CPF nº 912.***-***91, doravante denominado **ÒRGÃO GERENCIADOR**, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE .....,** decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 066/2026, Processo Administrativo nº 0800/2026,** de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. DETENTOR DA ATA: Empresa..... , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., neste ato representada pelo Sr(a) ..... (nome e função no detentor data), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos.

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR:
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O preço registrado para contratação de empresa para futura e eventual aquisição de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, conforme Termo de Referência, Edital, seus anexos e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Especificação	*Marca*	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

nº 066/2026, que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL.**

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (Doze) meses, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de **BRUMADO/BA**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

REVISÃO DE PREÇO

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – Convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – Liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III – Convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II – Promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – Proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – Promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

DA NEGOCIAÇÃO PARA FINS DE REVISÃO DE PREÇO

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – Primeira rodada de negociações (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – Segunda rodada de negociações (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{2} = d$$

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – Terceira rodada de negociações (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor
f: corresponde à média de 'd' e 'f' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - Quarta rodada de negociações (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:
e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor
f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.
g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - A realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - O cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III – A formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. SÃO OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

6.1.4.5. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.8. Receber a "*solicitação de adesão*" e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do "*termo de adesão*".

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA ATA:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. SÃO OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o **PREÇO REGISTRADO** do detentor da ata quando este:
I – for liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – Descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – Não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I – Pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – Em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - Suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - Proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)[1].

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

[1] **Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

I – Será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – Será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4°, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **BRUMADO/BA.**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de **BRUMADO/BA**, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
Representante legal do **GERENCIADOR DA ATA**

_____
Representante legal do **DETENTOR DA ATA**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

Contrato n. XXX/202X fornecimento que entre si celebram o Município de ....., e a empresa .....

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 30.612.975/0001-31, com sede na Avenida Guilherme Dias, nº 280, Bairro Centro, no Município de **BRUMADO/BA**, CEP 46.100-000, neste ato representado por sua gestora, Sra. **xxxxxxxxxxxxxx,** brasileira, maior, portadora da cédula de identidade nº xxxxxxxx, expedida pela SSP/BA e cadastrada no CPF nº 912.***-***91, doravante denominada **CONTRATANTE**, doravante designada **CONTRATADA**, e do outro lado a EMPRESA ..... neste ato representada por .....(nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 0800/2026** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP n. 066/2026,** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente é a contratação de empresa para futura e eventual aquisição de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, conforme Termo de Referência, Edital e seus anexos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, Edital, seus anexos e na Proposta de Preços abaixo:

Item	Especificação	*Marca*	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Ata de Registro de Preço nº (...).

1.2.4. A Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços do contratado;

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A execução do objeto será realizada de forma parcelada e conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Brumado/BA, mediante solicitações formais, observadas as especificações, os quantitativos estimados, as condições de fornecimento e os demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e nos instrumentos decorrentes da contratação.

O modelo de execução tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo, adequado e eficiente de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas Creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, garantindo a qualidade, a segurança, a integridade, a disponibilidade e a adequada utilização dos produtos.

A execução será estruturada nas seguintes etapas:

a) Fase Inicial – Formalização e Planejamento

Após a adjudicação e homologação do certame, será formalizada a Ata de Registro de Preços e, quando cabível, o respectivo instrumento contratual ou instrumento equivalente, contendo as condições de fornecimento, obrigações, responsabilidades, prazos e demais disposições aplicáveis à execução do objeto.
A execução deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos de contratação decorrentes, especialmente quanto:

- As especificações técnicas dos produtos;
- Aos quantitativos solicitados;
- As condições e prazos de entrega;
- Aos locais de entrega;
- As condições de acondicionamento, transporte e armazenamento;
- Aos procedimentos de recebimento e fiscalização;
- Aos critérios de aceitação e rejeição dos produtos;
- A obrigação de substituição dos itens entregues em desconformidade; e
- As medidas administrativas e sanções aplicáveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

As aquisições ocorrerão conforme a necessidade da Administração Pública, não havendo obrigação de solicitação ou aquisição integral dos quantitativos estimados, ficando as requisições condicionadas à demanda efetiva das Creches e das unidades de Educação Infantil, à disponibilidade orçamentária e ao interesse da Administração Pública.

b) Fase Intermediária – Fornecimento dos Produtos

A contratada deverá fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, do Edital e dos instrumentos decorrentes da contratação, observando as características, composição, dimensões, capacidade, apresentação, embalagem, quantidade por embalagem e demais requisitos estabelecidos para cada item.

O fornecimento compreenderá os produtos integrantes dos seguintes lotes:
Lote 01 – Produtos de Higiene, compreendendo, entre outros, sabonetes, fraldas descartáveis infantis nos tamanhos P, M, G, XG e XXG, papel higiênico, lenços umedecidos, álcool líquido e em gel, produtos para lavagem e cuidado dos cabelos, luvas, máscaras, escovas dentais, acessórios de higiene, pentes, escovas para cabelos, hastes flexíveis e algodão;

Lote 02 – Materiais de Enxoval, compreendendo toalhas de banho, toalhas de rosto, lençóis e lençóis para berço, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratada deverá, no mínimo:

- Fornecer os produtos de acordo com as especificações técnicas e quantitativos constantes das respectivas solicitações;
- Assegurar que os produtos sejam novos, de primeira qualidade, em perfeitas condições de uso e próprios para a finalidade a que se destinam;
- Observar, quando aplicável, as normas técnicas, sanitárias e de segurança pertinentes aos produtos fornecidos;
- Manter a integridade das embalagens durante o transporte;
- Assegurar a correta identificação dos produtos, inclusive quanto à marca, lote, fabricação, validade e demais informações exigidas pela legislação ou especificação do produto, quando aplicável;
- Observar rigorosamente os tamanhos e quantidades por embalagem das fraldas descartáveis, evitando o fornecimento de produtos em desacordo com o solicitado;
- Garantir que os produtos de higiene destinados às crianças atendam aos requisitos de qualidade e regularização exigíveis pelos órgãos competentes, quando aplicável;
- Garantir que os materiais de enxoval atendam às dimensões, composição, características do tecido, cor e acabamento estabelecidos neste Termo de Referência; e
- Adotar medidas adequadas de controle de qualidade antes da expedição dos produtos.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Os produtos deverão ser transportados e entregues de modo a preservar sua qualidade, integridade, higiene e características originais, não sendo admitidos produtos danificados, violados, contaminados, amassados, molhados, rasgados ou em condições inadequadas de utilização.

c) Local, Prazo e Condições de Entrega

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso.

As entregas deverão ocorrer nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação de Brumado/BA, podendo compreender o almoxarifado central ou as Creches e demais unidades da Rede Pública Municipal de Educação que sejam indicadas na respectiva solicitação.

As entregas deverão ser realizadas em dias úteis, em horário previamente estabelecido pela Administração Pública.

O prazo para entrega será de até **05 (cinco) dias úteis,** contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela contratada. Os produtos deverão ser entregues:

- Em perfeitas condições de uso e consumo;
- Devidamente acondicionados e protegidos contra danos;
- Em embalagens originais, íntegras e adequadas, quando aplicável;
- Acompanhados das informações de identificação e validade exigíveis;
- Em conformidade com as quantidades e especificações solicitadas; e
- Sem qualquer custo adicional para a Administração Pública.

Todos os custos relativos ao transporte, carga, descarga, acondicionamento, deslocamento e demais despesas necessárias à entrega dos produtos serão de responsabilidade exclusiva da contratada. A contratada deverá comunicar previamente à Administração qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do prazo de entrega, sem que a comunicação, por si só, implique aceitação de atraso pela Administração Pública.

d) Fase Final –Recebimento e Verificação da Conformidade

O recebimento dos produtos será realizado pela Administração Pública, observadas as disposições legais aplicáveis e os procedimentos de fiscalização definidos no Edital e nos instrumentos decorrentes da contratação. No ato da entrega será realizada conferência inicial, contemplando, no mínimo:

- Quantidade dos produtos entregues;
- Correspondência entre os produtos e a Ordem de Fornecimento ou documento equivalente;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Especificações técnicas;
- Tamanho e quantidade por pacote, no caso das fraldas;
- Integridade das embalagens;
- Condições de conservação e apresentação;
- prazo de validade, lote e demais informações obrigatórias, quando aplicável;
- Dimensões, composição, cor e acabamento dos materiais de enxoval; e
- Demais características exigidas neste Termo de Referência.

Recebimento Provisório: será realizado mediante conferência quantitativa e verificação preliminar da conformidade dos produtos no momento da entrega, sem prejuízo da posterior análise detalhada.
Constatada qualquer divergência, irregularidade, avaria, inadequação ou desconformidade com as especificações contratadas, poderá haver recusa total ou parcial os produtos, devendo a contratada promover a substituição ou correção dos itens recusados, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

Recebimento Definitivo: ocorrerá após a verificação da conformidade dos produtos quanto à quantidade, qualidade, integridade e demais requisitos estabelecidos, mediante o atesto do responsável pela fiscalização, observadas as condições previstas no instrumento de contratação.
O pagamento somente será processado após o recebimento e o atesto da documentação e dos produtos efetivamente entregues e aceitos pela Administração Pública.

e) Validade, Garantia, Substituição e Encerramento da Execução

Os produtos de higiene deverão ser entregues dentro do prazo de validade estabelecido pelo fabricante e em condições adequadas de armazenamento e conservação, sendo vedado o fornecimento de produtos vencidos, com embalagem violada ou que apresentem sinais de deterioração ou comprometimento de sua qualidade.

Os produtos de higiene que possuam prazo de validade deverão ser entregues com **prazo de validade remanescente mínimo de 12 (doze) meses, contados da data efetiva da entrega**, salvo quando, mediante justificativa técnica devidamente aceita pela Administração Pública, o produto possuir prazo de validade total inferior a 12 (doze) meses.

Será vedado o fornecimento de produtos vencidos, com prazo de validade inferior ao mínimo estabelecido, com embalagem violada, danificada ou que apresente sinais de deterioração, alteração de características ou qualquer condição que comprometa sua qualidade, segurança ou utilização.
A Administração poderá recusar os produtos de higiene que não atendam ao prazo de validade mínimo estabelecido, devendo a contratada realizar a substituição dos itens recusados, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública, no prazo estabelecido pela fiscalização.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

No caso dos materiais de enxoval, a contratada deverá garantir a conformidade dos produtos quanto à composição, dimensões, costura, acabamento, integridade e demais características especificadas, respondendo pela substituição daqueles que apresentarem defeitos de fabricação ou desconformidades constatadas no recebimento ou durante sua utilização, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

A substituição dos materiais de enxoval recusados ou que apresentem defeitos ou desconformidades será realizada pela contratada sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública, dentro do prazo estabelecido pela fiscalização, contado da comunicação formal da irregularidade.

A substituição não prejudicará a aplicação das medidas administrativas e sanções cabíveis quando caracterizado descumprimento das obrigações assumidas.

A contratada deverá fornecer, quando solicitado pela Administração Pública, informações relativas ao uso, conservação e armazenamento dos produtos, especialmente quando necessárias à preservação de suas características e à prevenção de perdas ou desperdícios.

Durante a execução, a Administração Pública deverá manter controle das solicitações, entregas, recebimentos, recusas, substituições e demais ocorrências relacionadas ao fornecimento, de modo a possibilitar o acompanhamento do estoque, o planejamento das aquisições e a adequada fiscalização contratual.

Ao término da vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento contratual, conforme o caso, a Administração Pública poderá realizar avaliação do desempenho da contratada, considerando, entre outros aspectos:

- Cumprimento das obrigações assumidas;
- Qualidade e conformidade dos produtos fornecidos;
- Cumprimento dos prazos de entrega;
- Regularidade das entregas;
- Atendimento às solicitações da Secretaria Municipal de Educação;
- Ocorrência de recusas, substituições ou atrasos; e
- Atuação da contratada na solução de eventuais ocorrências durante a execução.

As informações obtidas durante a execução poderão subsidiar o encerramento contratual, os registros de fiscalização e o planejamento de futuras contratações, contribuindo para o aprimoramento da gestão, do controle de estoque, da fiscalização e da eficiência das aquisições realizadas pela Administração Pública.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do artigo 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$..... ( )

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. A avaliação da execução do objeto considerará a conformidade dos produtos fornecidos com as especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual.

6.1.1. Poderá ser aplicada retenção ou glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando constatado que a Contratada:

6.1.1.1. Deixou de fornecer, total ou parcialmente, os itens constantes da respectiva Ordem de Fornecimento;

6.1.1.2. Forneceu produtos em desacordo com as especificações técnicas, quantidades, padrões de qualidade, condições de acondicionamento ou prazos de validade estabelecidos; ou

6.1.1.3. Deixou de realizar a substituição de produtos recusados ou que apresentem desconformidade, dentro do prazo estabelecido pela Administração Pública.

6.2. Do Recebimento

6.2.1. O recebimento dos materiais observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, ocorrendo em duas etapas distintas:

I – Recebimento provisório, no ato da entrega, pelo servidor ou fiscal designado, para verificação imediata da quantidade, integridade física, acondicionamento, identificação, prazo de validade e condições aparentes dos produtos de higiene e materiais de enxoval;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

II – Recebimento definitivo, após a conferência da conformidade dos materiais com as especificações, quantidades e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, mediante termo detalhado ou atesto na Nota Fiscal, conforme os procedimentos adotados pela Administração Pública.

6.2.2. O recebimento provisório ocorrerá no prazo máximo de 01 (um) dia útil, contado da entrega dos materiais, mediante termo detalhado, quando cabível, observadas as atribuições dos fiscais designados e a regulamentação aplicável.

6.2.3. Os fiscais responsáveis pelo acompanhamento da execução deverão verificar a conformidade das entregas com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais instrumentos da contratação, especialmente quanto às especificações técnicas, quantidades, prazos de entrega, prazo de validade, acondicionamento e condições de uso.

6.2.3.1. No caso dos produtos de higiene, deverão ser observados, quando aplicáveis, o prazo de validade remanescente mínimo estabelecido neste Termo de Referência, a integridade das embalagens, a identificação do fabricante, lote, composição, registro ou regularização perante os órgãos competentes e demais informações exigidas pela legislação aplicável.

6.2.3.2. No caso dos materiais de enxoval, deverão ser verificadas, conforme o item, as dimensões, composição, tipo de tecido, acabamento, cor, integridade e demais características previstas nas especificações técnicas.

6.2.4. Poderão ser recusados, total ou parcialmente, os itens que apresentem defeitos de fabricação, danos físicos, divergência de quantidade, acondicionamento inadequado, prazo de validade dos produtos de higiene inferior ao exigido, ausência de informações ou registros obrigatórios, quando aplicáveis, não atendimento às especificações técnicas ou qualquer outra desconformidade que comprometa a qualidade, segurança, funcionalidade ou finalidade dos produtos.

6.2.5. A Contratada fica obrigada a substituir, às suas expensas e no prazo de 03 (três) dias úteis, qualquer item recusado pela Administração em razão de desconformidade, sem ônus adicional, nos termos do art. 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.2.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a conferência da conformidade dos materiais e o atesto formal pelo fiscal responsável, mediante termo detalhado, quando cabível.

6.2.7. O recebimento provisório e o recebimento definitivo não eximem a Contratada das responsabilidades civis, técnicas e administrativas decorrentes da qualidade, durabilidade e adequação dos produtos fornecidos, nem afastam as obrigações de substituição previstas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

6.3. Da Liquidação

6.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, observadas as disposições da legislação aplicável e do instrumento contratual.

6.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou documento de cobrança contém os elementos essenciais, tais como:

a) Data de emissão;

b) Número da Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, quando aplicável, e identificação do órgão contratante;

c) Descrição dos itens efetivamente fornecidos, com indicação do lote correspondente;

d) Quantidade e valor unitário dos itens fornecidos;

e) Valor total a pagar; e

f) Destaque de eventuais retenções tributárias cabíveis.

6.3.3. Havendo erro ou inconsistência na documentação fiscal ou nos documentos que a acompanham, a liquidação ficará suspensa até a correção das irregularidades, reiniciando-se o prazo após a respectiva regularização, sem ônus para a Administração Pública.

6.3.4. A Administração Pública verificará a manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas para a contratação, mediante consulta aos sistemas e sítios oficiais competentes, quando aplicável, observando-se o disposto no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.5. Constatando-se situação de irregularidade da Contratada, serão adotadas as providências previstas na legislação e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

6.4. Do Pagamento

6.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da liquidação, mediante ordem bancária em favor da Contratada, observadas as condições do contrato.

6.4.2. Em caso de atraso de pagamento por parte da Administração Pública, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo e a data do efetivo pagamento, com base na variação do IPCA.

6.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, salvo no caso de empresas optantes pelo Simples Nacional, desde que devidamente comprovado o enquadramento e o direito ao tratamento diferenciado.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

6.4.4. O pagamento somente será realizado mediante comprovação da entrega efetiva e regular dos materiais, devidamente atestada pelos fiscais designados, e da inexistência de pendências contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da seguinte dotação orçamentaria:

Organograma	Ações
6.001	2075 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL – CRECHE 2076 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA 339030000000 - Material de Consumo FONTE - 1500/1540

7.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. O fornecimento dos produtos será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Brumado/BA, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, não havendo obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.

8.3. As comunicações entre a Secretaria Municipal de Educação e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se a utilização de meios eletrônicos oficiais para esse fim.

8.4. A Administração Pública poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente quando relacionadas a atrasos, irregularidades, produtos em desconformidade, necessidade de substituição ou demais ocorrências que possam comprometer o fornecimento.

8.5. Após a formalização da Ata de Registro de Preços e do instrumento contratual, a Administração Pública poderá convocar representante da contratada para reunião inicial, quando necessário, com a finalidade de apresentar as condições de execução, os procedimentos de fiscalização, as formas de solicitação, os locais de entrega, os critérios de recebimento e demais orientações necessárias ao adequado fornecimento dos produtos.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DO PREPOSTO

8.6. A contratada deverá designar formalmente preposto da empresa, antes do início da execução contratual, indicando os respectivos poderes e deveres relacionados ao acompanhamento do fornecimento dos materiais.

8.7. A contratada deverá manter o preposto à disposição da Contratante durante toda a vigência do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

8.8. A Contratante poderá recusar, de forma justificada, a indicação ou a manutenção do preposto, hipótese em que a contratada deverá designar outro representante para o exercício da função.

DA FISCALIZAÇÃO

8.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou por seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

8.10. O fiscal técnico do contrato, acompanhará a execução do fornecimento, incluindo a verificação da conformidade, qualidade, prazos de entrega, validade, acondicionamento e atendimento às especificações técnicas dos materiais, de modo a assegurar o cumprimento de todas as condições estabelecidas no contrato, no Edital e neste Termo de Referência, visando aos melhores resultados para a Administração.

8.11. O fiscal técnico registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e ao fornecimento dos produtos de higiene e materiais de enxoval, indicando as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.12. Identificada qualquer irregularidade, especialmente quanto à quantidade, qualidade, validade, tamanho, embalagem, especificação, integridade ou condições de entrega dos produtos, o fiscal técnico notificará a contratada para que proceda à correção ou substituição dos itens, dentro do prazo estabelecido pela Administração Pública.

8.13. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que extrapolem sua competência, para adoção das medidas cabíveis.

8.14. No caso de ocorrências que possam comprometer os prazos de fornecimento, o fiscal técnico comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

8.15. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da vigência contratual, visando à eventual prorrogação ou adoção de providências para nova contratação.

DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

8.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhamento dos procedimentos de empenho, liquidação e pagamento, observando a regularidade do fornecimento e o atesto da entrega dos materiais, bem como glosas e formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando, quando necessário, documentos comprobatórios pertinentes.

8.17. Em caso de descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato sempre que a situação ultrapassar sua competência.

DO GESTOR DO CONTRATO

8.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo registro formal de todos os atos da execução contratual, tais como ordens de fornecimento, registros de ocorrências, alterações e prorrogações, elaborando relatórios destinados à verificação da adequação do contrato à finalidade pública.

8.19. O gestor do contrato acompanhará os registros efetuados pelos fiscais técnico e administrativo, bem como as medidas adotadas, comunicando à autoridade superior as situações que extrapolem sua competência.

8.20. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando eventuais óbices à liquidação da despesa em relatório de riscos.

8.21. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, especialmente quanto à regularidade, qualidade, prazos e conformidade do fornecimento dos materiais, com registro de desempenho e eventuais penalidades aplicadas, devendo constar no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.22. O gestor do contrato adotará as providências necessárias à instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, quando cabível, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.23. Ao final da execução contratual, o gestor elaborará relatório final contendo informações sobre o alcance dos objetivos que motivaram a contratação e recomendações para o aprimoramento das atividades administrativas.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

8.24. O gestor do contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, nos valores apurados pela fiscalização, conforme as disposições contratuais.

CLÁUSULA NONA – . DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência, no edital, no contrato e na legislação aplicável:

a) Fornecer os produtos de higiene e materiais de enxoval em estrita conformidade com as especificações, características, quantidades, unidades de fornecimento e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta vencedora e nos instrumentos decorrentes da contratação;

b) Fornecer produtos novos, de primeira qualidade, em perfeitas condições de uso, conservação e acondicionamento, adequados às finalidades a que se destinam e livres de defeitos, avarias ou quaisquer condições que comprometam sua qualidade, segurança ou utilização;

c) Cumprir rigorosamente os prazos, locais, quantitativos e demais condições de entrega estabelecidos pela Administração Pública, mediante as respectivas Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho ou instrumentos equivalentes;

d) Observar, quando aplicável, as normas técnicas, sanitárias, de segurança e de regularização dos órgãos competentes relacionadas aos produtos fornecidos;

e) Garantir que os produtos sejam devidamente identificados, embalados e acondicionados, de forma a preservar sua integridade, qualidade, higiene e características originais durante o transporte, armazenamento e manuseio;

f) Assegurar que os produtos de higiene que possuam prazo de validade sejam entregues dentro do prazo de validade estabelecido pelo fabricante e com prazo de validade remanescente mínimo de 12 (doze) meses, contados da data efetiva da entrega, ressalvada hipótese excepcional devidamente justificada e aceita pela Administração Pública, quando o prazo de validade total do produto for inferior a esse período;

g) Observar rigorosamente, no fornecimento das fraldas descartáveis infantis, os tamanhos, as quantidades de unidades por pacote e as demais características estabelecidas para cada item, especialmente quanto às faixas de peso e aos requisitos previstos nas especificações técnicas;

h) Garantir, no fornecimento dos materiais de enxoval, a conformidade quanto às dimensões, composição, tipo de tecido, quantidade de fios, acabamento, cor e demais características estabelecidas para cada item;

i) Substituir, às suas expensas e sem ônus adicional para a Administração Pública, os produtos que apresentarem defeitos, avarias, vícios, danos decorrentes do transporte, desconformidade com as

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

especificações, prazo de validade inferior ao exigido ou qualquer outra irregularidade constatada pela fiscalização, no prazo estabelecido neste Termo de Referência ou pela Administração Pública;

j) Arcar integralmente com todos os custos decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, embalagem, acondicionamento, frete, seguros, tributos e demais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, até a efetiva entrega dos produtos nos locais indicados pela Administração Pública;

k) Comunicar formalmente à Administração Pública, com a maior brevidade possível, qualquer ocorrência ou fato superveniente que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou das condições de fornecimento, apresentando as respectivas justificativas e providências adotadas;

l) Atender prontamente às solicitações e determinações da fiscalização, prestando os esclarecimentos necessários e adotando as providências corretivas determinadas pela Administração Pública;

m) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento contratual, conforme o caso, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021;

n) Responder pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros decorrentes de dolo ou culpa na execução do fornecimento, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na legislação;

o) Fornecer, quando solicitado pela Administração Pública, documentos, informações, fichas técnicas, comprovações de regularização, certificados ou outros elementos necessários à verificação da conformidade dos produtos, quando aplicáveis;

p) Adotar, no transporte e fornecimento dos produtos, medidas que contribuam para a redução de impactos ambientais, observando a legislação ambiental aplicável e as condições de acondicionamento necessárias à preservação da qualidade dos materiais;

q) Assegurar que os produtos de higiene integrantes do Lote 01, quando sujeitos à regularização sanitária, estejam devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mediante registro, notificação, comunicação ou outro mecanismo de regularização exigido pela legislação aplicável, mantendo-se válidos os respectivos documentos durante o período de fornecimento;

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência, no edital, no contrato e na legislação aplicável:

a) Emitir as Ordens de Fornecimento de forma clara, precisa e tempestiva, indicando os quantitativos dos produtos de higiene e materiais de enxoval a serem fornecidos, bem como os locais, datas e demais condições para entrega;

b) Receber os produtos fornecidos, procedendo à conferência da quantidade, integridade física, acondicionamento, identificação, prazo de validade, qualidade e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos da contratação;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

c) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nos prazos e condições estabelecidos na contratação, desde que comprovado o fornecimento regular dos produtos e cumpridas as demais condições necessárias à liquidação da despesa;

d) Fiscalizar a execução da contratação por meio de servidores formalmente designados, acompanhando o fornecimento dos produtos de higiene e materiais de enxoval e comunicando à Contratada quaisquer ocorrências, falhas, atrasos ou não conformidades identificadas;

e) Fornecer à Contratada as informações e instruções necessárias ao adequado cumprimento da contratação, inclusive quanto aos locais de entrega, horários de funcionamento das unidades, quantitativos solicitados e demais orientações operacionais pertinentes;

f) Notificar a Contratada, por escrito, acerca de eventuais falhas, defeitos, avarias, vícios, divergências de quantidade ou especificação, acondicionamento inadequado, prazo de validade inferior ao exigido ou quaisquer outras desconformidades identificadas nos produtos fornecidos, fixando prazo para substituição ou regularização, sem ônus adicional para a Administração Pública;

g) Rejeitar, total ou parcialmente, os produtos de higiene e materiais de enxoval que não atendam às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta vencedora, na Ata de Registro de Preços e/ou no instrumento contratual, bem como às normas técnicas e sanitárias aplicáveis;

h) Assegurar à Contratado tratamento isonômico, observando os princípios que regem as contratações públicas e garantindo o regular exercício do contraditório e da ampla defesa nos casos em que forem aplicáveis;

i) Adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive a aplicação das penalidades previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, quando configuradas as respectivas hipóteses legais;

j) Cumprir as demais obrigações legais e contratuais necessárias ao regular andamento da contratação, assegurando as condições necessárias para o fornecimento adequado e tempestivo dos produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas Creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Para a presente contratação, não será exigida garantia contratual, considerando a natureza do objeto, que consiste no fornecimento de SSDs, smartphones e Smart TVs destinados às unidades da Rede Municipal de Ensino de Brumado/BA, cujas especificações são previamente definidas e passíveis de conferência no recebimento.

17.2. A não exigência de garantia contratual não afasta a responsabilidade da Contratada pelo cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto à garantia dos equipamentos, nem prejudica a aplicação das penalidades previstas na legislação, no edital e no instrumento contratual.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE

13.1. Os preços contratados não poderão sofrer reajustes durante o período de 12 (doze) meses. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, contados a partir da data do orçamento estimado, nos termos do inciso § 3º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.2. O reajuste será calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Forma de Aplicação:

O cálculo do valor reajustado observará a seguinte fórmula:
VR= VO x IF/IB

Onde:
•VR = Valor reajustado;
•VO = Valor original contratado;
•IF = Índice do mês imediatamente anterior ao da aplicação do reajuste;
•IB = Índice na data-base do orçamento estimado

13.1.3. Caso a variação do índice adotado seja negativa, o valor contratual será reduzido proporcionalmente, observando-se o mesmo critério de cálculo.

13.1.4. Além do reajuste anual, poderá ser promovida revisão contratual para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que onerem ou tornem excessivamente onerosa a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

15.1. O recebimento dos produtos de higiene e materiais de enxoval será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, por intermédio dos servidores formalmente designados para essa finalidade, que procederão à conferência quantitativa e qualitativa dos itens entregues, observando as especificações constantes deste Termo de Referência, da proposta vencedora, da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento contratual, conforme o caso.

15.2. O recebimento ocorrerá em duas etapas distintas, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

I – Recebimento provisório: realizado no ato da entrega, mediante termo detalhado, registro ou documento equivalente, para verificação preliminar da quantidade, integridade física, acondicionamento, identificação, prazo de validade e condições aparentes dos produtos;

II – Recebimento definitivo: realizado após a conferência da conformidade dos materiais com as especificações técnicas, quantidades, condições de acondicionamento, prazo de validade e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos da contratação, mediante termo detalhado ou atesto na Nota Fiscal, conforme procedimento adotado pela Administração Pública.

15.3. Na conferência dos produtos de higiene, serão observados, conforme aplicável ao item, a quantidade fornecida, a apresentação e o conteúdo das embalagens, as dimensões ou tamanhos especificados, especialmente no caso das fraldas infantis, a integridade das embalagens, a identificação do produto, lote, fabricante, prazo de validade, composição e demais características previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

15.4. Na conferência dos materiais de enxoval, serão observados, conforme aplicável ao item, as dimensões, composição, tipo de tecido, quantidade de fios, acabamento, cor, características do tecido, presença ou ausência de elástico e demais especificações estabelecidas para cada produto.

15.5. Serão recusados, total ou parcialmente, os produtos que apresentarem defeitos, avarias, danos decorrentes do transporte, divergência de quantidade ou especificação, embalagem violada ou inadequada, prazo de validade inferior ao estabelecido, ausência de informações obrigatórias, ou qualquer outra desconformidade que comprometa a qualidade, segurança, durabilidade, funcionalidade ou finalidade dos materiais.

15.6. Constatadas irregularidades ou desconformidades, a Contratada será formalmente notificada para proceder à substituição dos itens recusados, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ou em outro prazo expressamente estabelecido pela fiscalização, quando devidamente justificado, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

15.7. O recebimento definitivo somente ocorrerá após a constatação de que os materiais entregues atendem integralmente às especificações, quantidades e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos instrumentos da contratação.

15.8. O prazo para análise, conferência e recebimento definitivo dos materiais será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, podendo ser prorrogado, mediante justificativa formal da Administração Pública, quando a complexidade ou a necessidade de conferência dos produtos assim exigir.

15.9. O recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada de sua responsabilidade pela qualidade, durabilidade e adequação dos produtos fornecidos, inclusive quanto a vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação e desconformidades posteriormente identificadas, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

15.10. A rejeição de produtos não conformes não afasta a possibilidade de aplicação das penalidades cabíveis, quando caracterizado o descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, sem prejuízo da obrigação de substituição dos itens recusados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

16.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

16.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

16.2.1. A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução do objeto especificado no instrumento contratual.

16.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação do Município de Brumado , responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

16.3. A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o Município de Brumado estará exposto.

16.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

16.4.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do Município de Brumado e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

16.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao Município de Brumado , sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

16.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao Município de Brumado , mediante solicitação.

16.5.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Município de Brumado , em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

16.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela **CONTRATADA** a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

16.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

16.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao Município de Brumado a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

16.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a **CONTRATADA** das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Município de Brumado e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando **a CONTRATADA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

16.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional, decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo Município de Brumado para as finalidades pretendidas neste contrato.

16.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo Município de Brumado .

16.11.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLAUSULA DECIMA SETIMA - DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução do contrato/ata de registro de preço deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora, a Sra. Zilma da Sulva Porto, Portaria n. 0147, de 21 de maio de 2026, nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021 e este deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o serviço e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

17.2. Compete ao(à) fiscal do contrato, sem prejuízo das demais atribuições previstas na legislação e nos instrumentos da contratação:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

a) Acompanhar a execução do fornecimento, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta vencedora, na Ata de Registro de Preços e/ou no instrumento contratual;
b) Conferir, por ocasião das entregas, as quantidades, unidades de fornecimento, especificações, características, integridade das embalagens, identificação dos produtos e demais condições pertinentes;
c) Verificar, quanto aos produtos de higiene, quando aplicável, os tamanhos, quantidades por embalagem, prazo de validade, condições de acondicionamento e demais características previstas nas especificações de cada item;
d) Verificar, quanto aos materiais de enxoval, a conformidade das dimensões, composição, tipo de tecido, quantidade de fios, acabamento, cor, presença de elástico e demais características exigidas para cada item;
e) Registrar ocorrências, falhas, atrasos, não conformidades ou quaisquer irregularidades identificadas durante a execução do fornecimento;
f) Comunicar formalmente à Contratada as irregularidades constatadas, determinando, quando cabível, a adoção das medidas corretivas e a substituição dos produtos recusados, observados os prazos estabelecidos nos instrumentos da contratação;
g) Acompanhar o cumprimento das providências determinadas à Contratada, verificando a efetiva regularização das ocorrências e a substituição dos produtos não conformes;
h) Informar ao(à) gestor(a) do contrato ou à autoridade competente as ocorrências que ultrapassem sua competência, especialmente aquelas que possam comprometer a continuidade do fornecimento, o atendimento das necessidades das unidades escolares ou o cumprimento dos prazos estabelecidos;
i) Subsidiar o recebimento definitivo dos produtos e a atestação das notas fiscais, mediante verificação do efetivo e regular cumprimento das obrigações pela Contratada;
j) Registrar e manter formalizados os atos e ocorrências relacionados à fiscalização, por meio de relatórios, termos, registros ou sistemas próprios, quando existentes;
k) Comunicar à autoridade competente situações que possam ensejar a aplicação de penalidades, glosas, substituições ou outras medidas administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa, quando aplicáveis.

17.3. As verificações, registros e demais atos praticados pelo(a) fiscal deverão ser formalizados de maneira suficiente para subsidiar o acompanhamento da execução, o recebimento do objeto, a liquidação da despesa, o pagamento e, quando necessário, a apuração de responsabilidades.

17.4. A fiscalização exercida pela Administração Pública não exime a Contratada de sua responsabilidade pela qualidade, integridade e conformidade dos produtos fornecidos, nem reduz ou exclui as responsabilidades decorrentes da execução do objeto.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

17.5. A atuação do(a) fiscal não implica transferência de responsabilidade à Administração Pública ou a seus agentes pelos atos e obrigações de responsabilidade da Contratada, permanecendo esta responsável pelo fiel cumprimento das condições estabelecidas na contratação e na legislação aplicavel.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DAS SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da legislação vigente, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa, praticar atos relacionados ao procedimento licitatório ou à execução da contratação para fornecimento de produtos de higiene e materiais de enxoval destinados às crianças atendidas pelas Creches e pela Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação de Brumado/BA, especialmente:

18.1.1. Dar causa à inexecução parcial da contratação;

18.1.2. Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. Dar causa à inexecução total da contratação;

18.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;

18.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

18.1.5.1. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.5.2. Pedir para ser desclassificado, após o envio da documentação necessária para a sua participação no certame;

18.1.5.3. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.8. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo licitatório ou durante a execução da contratação;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

18.1.10. Fraudar o procedimento licitatório, em qualquer de suas fases, ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

18.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.11.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.11.2. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando exigida no certame;

18.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo licitatório;

18.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 18.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

18.5. A multa será aplicada em percentual que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato ou do instrumento equivalente, conforme o caso, observados os critérios estabelecidos no edital ou no instrumento de contratação, e será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. A multa poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1, observados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos causados à Administração Pública.

18.7. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5 e 18.1.6, a multa poderá ser fixada entre 10% e 20% do valor do contrato ou do instrumento equivalente, conforme o caso, observados os critérios de dosimetria previstos neste instrumento e na legislação aplicável.

18.8. Para as infrações previstas nos itens 18.1.9, 18.1.11, 18.1.12 e 18.1.13, a multa poderá ser fixada entre 15% e 30% do valor do contrato ou do instrumento equivalente, conforme o caso, observados os critérios de dosimetria previstos neste instrumento e na legislação aplicável.

18.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, na forma da legislação vigente.

18.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.2, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6 e 18.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Brumado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.12. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.9, 18.1.10, 18.1.11, 18.1.12 e 18.1.13, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.2, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6 e 18.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.13. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.8,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas na legislação vigente e neste instrumento.

18.14. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.15. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.16. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.17. A aplicação das sanções previstas neste instrumento observará o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, bem como as demais disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

18.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
18.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.21. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

18.22. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório dos licitantes e contratados, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados no processo licitatório ou nos documentos de habilitação e contratação, conforme o caso.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

18.23. Os endereços de e-mail informados pelo licitante ou contratado serão considerados de uso contínuo, devendo ser mantidos atualizados durante o procedimento licitatório e a execução da contratação, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações comprovadamente enviadas aos endereços informados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÈSIMA – FORO

20.1. Os contratantes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato a métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de **BRUMADO/BA**.

20.1.1. Não logrando êxito a conciliação, fica eleito o foro da Comarca de **BRUMADO/BA, Estado da Bahia,** para dirimir as questões oriundas do presente contrato, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

MUNICÍPIO DE BRUMADO/BA
Representante legal do órgão gerenciador
CONTRATANTE

[EMPRESA]
representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)
CONTRATADA

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 -SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0800/2026.

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A
Prefeitura Municipal de Brumado
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X-SRP
Objeto:
Abertura:
Horário:

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X-SRP**, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital.
Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) prazo de validade da proposta:..... (.....) dias;
b) prazo para fornecimento:..... (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer o bem licitado pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R$ _____(_____).
Os dados da nossa empresa são:

a) Razão Social:_____;
b) CNPJ n.º:_____;
c) Endereço Completo: _____;
d) Fone:_____;
e) Fax (se houver):_____;
f) E-mail: _____;
g) Conta Bancária/Agência/Banco: _____.

Local, Data

Razão Social
CNPJ
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL BRUMADO NOSSA GENTE NOSSA RIQUEZA

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS
PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		
		UF:
CEP:	**E-MAIL:**	**FONE:**
CONTATO:		
CNPJ:	**INSC. ESTADUAL:**	
VALIDADE DA PROPOSTA:	**REPRESENTANTE LEGAL:**	
DADOS BANCÁRIOS: BANCO:	**AGÊNCIA:**	**C/C:**
OBJETO:		

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Und.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01					
02					
03					
VALOR GLOBAL:					

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal nº 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 - SRP.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, _____/_____/_____

_____

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 - SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0800/2026.

ANEXO V – MODELOS DE DECLARAÇÕES

A – MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

C - MODELO DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO AOS MENORES DE IDADE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

D - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

E - MODELO – DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 - SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0800/2026.

ANEXO V – A

MODELOS DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

(nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____e do CPF nº _____, DECLARA que:

1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes Políticos da Prefeitura Municipal de **BRUMADO/BA** ou responsável pela licitação;

2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agentes Políticos da Prefeitura Municipal de **BRUMADO/BA** ou responsável pela licitação;

....., ... de.....de 2026.

_____
Assinatura do Representante Legal da Empresa

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 - SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0800/2026.

ANEXO V – B

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Ao
Agente de Contratação
Ilmo(a) Sr(a):

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.° ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

....., ... de.....de 202X.

_____
Assinatura do Representante Legal da Empresa

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 - SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0800/2026.

ANEXO V – C

MODELO DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO AOS MENORES DE IDADE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa (nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº_____e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, na forma e sob as penas impostas pela Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empresa menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(**Observação:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____de _____de 202X.

Assinatura: _____
Razão Social da licitante e CARIMBO COM CNPJ

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 - SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0800/2026.

ANEXO V – D

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº. _____e CPF nº_____DECLARA, para fins do disposto do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/202X, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

( ) COOPERATIVA, conforme art. 34 da Lei 11.488 de 15 de Junho de 2007, e gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade), _____de _____de _____.

_____ _____
Representante Legal Contador e nº CRC

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 - SRP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0800/2026.

ANEXO V – E

MODELO – DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Declaramos para os devidos fins:

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço da Empresa:		Nº:
Bairro:	Cidade:	Estado:
Telefone / Fax:	E-mail:	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE PARA A ASSINATURA DE CONTRATO		
Nome:		
Cargo:	RG:	CPF:
Endereço do Representante Legal:		Nº:
Bairro:	Cidade:	Estado:
Telefone / Fax:	E-mail:	

DADOS DA CONTA BANCÁRIA PARA DEPÓSITO		
Banco:	Agência:	Conta:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR PORTAL GOV SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 25176060000190. VERIFIQUE O DOCUMENTO EM https://validar.iti.gov.br/